

===== **ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OLIVEIRA DE AZEMÉIS, REALIZADA EM VINTE E NOVE DE DEZEMBRO DO ANO DOIS MIL E OITO:** =====

===== Aos vinte e nove dias do mês de Dezembro do ano dois mil e oito, pelas dezasseis horas e trinta minutos, na Sala Polivalente da Biblioteca Municipal Ferreira de Castro, reuniu, em Sessão Ordinária, a Assembleia Municipal de Oliveira de Azeméis, sobre a Presidência do Excelentíssimo Senhor **Hermínio José Sobral de Loureiro Gonçalves**, Secretariado pelos Senhores **António Luís da Fonseca e Grifo** – Segundo Secretário e **José Alves da Silva** – Presidente da Junta de Freguesia de Ossela e cuja Ordem de Trabalhos era a seguinte: =====

===== **Ponto um:** *Votação das actas nºs 29 e 30;* =====

===== **Ponto dois:** *Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da actividade e situação financeira do Município;* =====

===== **Ponto três:** *Isenção de documentos entregues ou fornecidos via electrónica – Autorização;* =====

===== **Ponto quatro:** *Perda de qualidade de associado efectivo fundador do IAREN do Município de Oliveira de Azeméis – Autorização;* =====

===== **Ponto cinco:** *Protocolo celebrado entre a Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto e o Município de Oliveira de Azeméis em 14/11/2008 – Autorização/Ratificação;* =====

===== **Ponto seis:** *Protocolo celebrado entre o Município de Oliveira de Azeméis e a Freguesia de Macieira de Sarnes, para cedência de instalações para funcionamento da sede da Junta de Freguesia – Autorização/ Ratificação;* =====

===== **Ponto sete:** *Adenda ao protocolo de delegação de competências celebrado com a Freguesia de Carregosa em 03/10/2005 – Autorização;* =====

===== **Ponto oito:** *Protocolo de delegação de competências a celebrar com a Freguesia de Macinhata da Seixa, para execução de obras de beneficiação da Rua das Ribeiras, Rua do Canto e Travessa do Alto do Monte – Autorização;* =====

===== **Ponto nove:** *Protocolo de delegação de competências a celebrar com a Freguesia de S. Roque, para execução do arranjo urbanístico do Largo da Capela de S. Roque – Autorização;* =====

===== **Ponto dez:** *Protocolo de delegação de competências a celebrar com a Freguesia de Carregosa, para execução das seguintes obras de beneficiação: Rua das Fontainhas, Rua d'Além, Rua João Correia, Rua da Cavadinha e Rua Mártir S. Sebastião – Autorização;* =====

===== **Ponto onze:** *Protocolo de delegação de competências a celebrar com a Freguesia de Macieira de Sarnes, para execução de obras de conclusão do troço compreendido entre o campo de futebol (antigo) até à Pedra Má, com saída junto de Cesar e Milheirós de Poiares – Autorização;* =====

===== **Ponto doze:** *Protocolo de Intenções celebrado com a REFER, CP, Município de S. João da Madeira e Município de Santa Maria da Feira – Autorização/ Ratificação;* =====

===== **Ponto treze:** *Segunda adenda ao protocolo celebrado com “EDVENERGIA – Associação de Energia do Entre Douro e Vouga” em 06/05/2007 – Autorização/ Ratificação e convalidação de todos os actos entretanto praticados;* =====

===== **Ponto catorze:** *Regulamento de Cedência e Utilização dos Veículos Municipais de Transporte de Passageiros – Aprovação final;* =====

===== **Ponto quinze:** *Proposta de estacionamento destinado a cargas e descargas na Rua António Bernardo desta cidade – Aprovação;* =====

===== **Ponto dezasseis:** *Proposta de sinalização vertical na Rua dos Bombeiros Voluntários, desta cidade – Aprovação;* =====

===== **Ponto dezassete:** *Proposta de sinalização para as PN e Pi da Abelheira – Aprovação;* =====

===== **Ponto dezoito:** *Proposta de sinalização vertical nas Ruas Centro Vidreiro e Júlio Mateiro, desta cidade - Aprovação;* =====

===== **Ponto dezanove:** *Proposta de sinalização vertical junto à Escola de Enfermagem – Aprovação;* =====

===== **Ponto vinte:** *Processo n.º 2252/06 – Manuel Pinho Martins Ferreira – Margem de acerto e rectificação;* =====

===== **Ponto vinte e um:** *Alteração parcial da Macroestrutura Organizacional e Funcional dos Serviços Municipais – Aprovação;* =====

===== **Ponto vinte e dois:** *Aprovação do mapa de pessoal para 2009;* =====

===== **Ponto vinte e três:** *Orçamento e Grandes Opções do Plano/ 2009 – Aprovação;* ==

===== **Ponto vinte e quatro:** *Empréstimo a curto prazo para o ano económico de 2009 – Autorização;* =====

===== **Ponto vinte e cinco:** *Adaptação da Associação de Municípios de Terras de Santa Maria à Lei n.º 45/2008 de 27 de Agosto – Aprovação.* =====

===== **Verificou-se a presença dos seguintes Membros da Assembleia Municipal:** ==

===== **Do Partido Social Democrata (PSD):** António Isidro Marques Figueiredo, Ana Maria Ferreira Alves da Silva Neves, António da Silva Xará, José Francisco Brandão de Oliveira, Jorge Leonel Figueiredo de Almeida, Paulo Manuel Matos Ferreira, Jorge Manuel da Costa Alves Rosa, José Filipe da Silva Carvalho, Nuno Ricardo Fernandes Pires, José Maria de Pinho Silva, Marcial Abel de Ascensão Vaz Santiago, António Alberto Bastos, Diamantino Melo de Almeida, António Rodrigues dos Reis, Francisco de Jesus Jacinto, Américo de Almeida Carvalho, Ramiro Pereira Alves Rosa, Miguel Mendes da Silva, José António de Pinho Santos, António Nobre Azevedo, Ilídio Barbosa Lopes, Ilídio António Tavares Ferreira, António de Jesus Silva e André Lourenço Pinheiro Ribeiro. =====

===== **Do Partido Socialista (PS):** Maria Helena Terra de Oliveira, Fernando Manuel Gomes Pais Ferreira, Ana Maria Jesus da Silva, Joaquim Jorge Ferreira, Hélder Martinho Valente Simões, Paulo do Amaral Alegria, Carlos Manuel Afonso de Bastos Oliveira, Armindo Fernando Martins Nunes, Lino Manuel da Costa Ferreira, José Ramos da Silva, Bruno Armando Aragão Henriques, Agostinho Carmo Tavares, António Costa Godinho Oliveira, Nuno Miguel Soares de Jesus e Maria Isabel Correia da Costa. =====

===== **Do Partido Popular (CDS/PP):** António Alberto Vieira Dias. =====

===== **Do Partido Comunista Português (PCP):** Óscar Fernando Soares de Oliveira. =

===== **Independentes:** Luís Filipe Moreira Silva Bastos Oliveira. =====

===== **E a ausência do seguintes Membro:** Rodrigo Moreira da Silva. =====

===== O Senhor Presidente da Mesa verificou a identidade e legitimidade do Senhor António Alberto Bastos, que marcou presença nesta Assembleia para substituir a sua colega de Partido Prof. Isabel Maria Fernandes Guimarães Ferreira de Vilhena – Primeira Secretária, em virtude da mesma ter solicitado a suspensão do mandato, por motivos de saúde. Seguidamente, verificou a identidade e legitimidade do Senhor Ilídio António Tavares Ferreira, que marcou presença nesta Assembleia para substituir o Senhor Manuel Figueiredo Pereira – Presidente da Junta de Freguesia de Ul, em virtude do mesmo ter solicitado a sua substituição por motivos de saúde. =====

===== O Senhor Presidente da Mesa declarou: =====

===== Boa tarde. Espero que todos tenham passado um Natal agradável, um Natal feliz. Estamos em condições de dar início à Assembleia Municipal. Chegaram à Mesa votos das diferentes Bancadas, quer do PS, quer do PSD, que julgo que os podemos fundir e depois no final do “Período de Antes da Ordem do Dia” discutir e aprovar. Estamos a falar de um voto de congratulação, da satisfação pela prestação dos dois Oliveirenses que ontem participaram num programa da TVI chamado “Uma Canção para Ti”. Estamos a falar do Miguel Silva e da Diana Oliveira, que passaram à final do respectivo evento. E também dois votos de pesar: um pelo falecimento do jovem de S. Roque, candidato a Bombeiro, de nome José Mário Ribeiro, que faleceu vítima de um acidente de viação e também pelo falecimento da Mãe do nosso Colega Prof. Isidro Figueiredo. Portanto, depois no final do “Período de Antes da Ordem do Dia” procederemos à respectiva votação e discussão se for caso disso. Nós hoje temos uma agenda de trabalhos sobrecarregada e pelas indicações que eu tenho das diferentes Bancadas, vamos ter

que, obviamente, respeitar o mais possível o Regimento. É esse o apelo que eu faço neste momento, porque para início da Assembleia Municipal temos catorze inscrições para o “Período de Antes da Ordem do Dia”. =====

===== O Senhor Presidente da Mesa deu início à Sessão. =====

===== **PERÍODO DE “ANTES DA ORDEM DO DIA” (ART.º 19º DO REGIMENTO)** =====

===== No uso da palavra, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia concedeu a palavra ao Senhor António Nobre, Presidente da Junta de Freguesia do Pinheiro da Bemposta, que interveio da seguinte forma: =====

===== Cordiais saudações para todos vós. Há já vários anos que as Juntas de Freguesia do nosso concelho, por onde passa a Linha do Vale do Vouga negociaram com a REFER o fecho de algumas passagens de nível, tendo sempre em atenção a segurança de todos que por ali passam. Na Vila do Pinheiro da Bemposta, após serem criadas alternativas foram suprimidas quatro passagens de nível, ficaram pendentes duas para fecharem, com aval da Junta de Freguesia, após a construção de alternativas. A REFER comprou já alguns terrenos destinados a esse fim. No passado dia 12 do corrente mês, a população do Pinheiro da Bemposta e a Junta de Freguesia foram surpreendidos, durante a noite, com a colocação de separadores de betão, de grande porte, na passagem de nível da Remolha, por parte da REFER com o objectivo do seu fecho. Nesse mesmo fim-de-semana desapareceram desse local os separadores, sem deixarem qualquer rasto. No dia 17 de mesmo mês fomos novamente surpreendidos, desta vez ao nascer do sol, com a tentativa da REFER em querer fechar a referida passagem de nível. Houve um ajuntamento popular que não permitiu a concretização dos trabalhos por parte da REFER. Foi chamado ao local a Guarda Nacional Republicana que, através dum aparato muito significativo e exagerado se limitou a assistir ao desenrolar dos acontecimentos. A população do Pinheiro da Bemposta é ordeira e pacífica e, seguramente, não merecia semelhante aparato policial. Logo que a Junta de Freguesia teve conhecimento dirigiu-se ao local, para se inteirar da situação. Após conversação telefónica entre o Senhor Presidente da Câmara Municipal e o Presidente da Junta de Freguesia, foi dado ordens a um técnico superior da Câmara para se deslocar ao local e verificar in loco o que se estava a passar. Imediatamente o Senhor Presidente da Câmara se pôs em contacto com os responsáveis da REFER de forma a sensibilizá-los para a necessidade de um diálogo com as populações. E esse seu pedido produziu efeito junto da REFER, que de imediato desmobilizou todo o seu efectivo, assim como a GNR, deixando satisfeitas todas as pessoas presentes. Senhor Presidente da Câmara, seria injusto da minha parte não dar-lhe aqui uma palavra de apreço e de admiração pelo seu empenhamento pessoal na resolução deste problema que, seguramente, iria implicar muito no futuro das vidas das pessoas daquela zona da freguesia densamente povoada. Por tudo o que fez, aceite um sincero obrigado de reconhecimento do trabalho feito em prol das populações, o que muito nos sensibiliza. Perante esta situação, queria perguntar ao Senhor Presidente o seguinte: Afinal, o que é que se passou para que a REFER fechasse a passagem de nível da Abelheira em Oliveira de Azeméis e desejasse fechar as passagens de nível no Monte em S. Tiago de Riba-Ul e da Remolha no Pinheiro da Bemposta? E o que é que está previsto para o futuro, quanto à supressão de passagens de nível no nosso concelho? Há um outro assunto que aqui trago e que entendo ser de vital importância para o nosso concelho: trata-se da construção da A32/ IC2 para sul de Oliveira de Azeméis. Terminou há já algum tempo a discussão pública sobre o Estudo de

Impacte Ambiental sobre os vários traçados, que irão conduzir à construção da referida auto-estrada. E permita-me Senhor Presidente que lhe dê os meus sinceros parabéns e agradecimentos por ter conseguido juntar à mesma mesa todos os envolvidos neste processo: Câmara Municipal, Técnicos e todos os representantes das Juntas de Freguesia intervenientes no processo. E congratulo-me pela decisão tomada unanimemente aprovando como melhor projecto para o concelho a Alternativa 5A. E aqui a Câmara Municipal falará a uma só voz. E a minha preocupação é maior sabendo da posição da Junta de Freguesia da Branca e do Município de Albergaria-a-Velha que pretendem a solução 1, aquela que todos nós rejeitamos. O próprio Estudo de Impacto Ambiental diz-nos que: “As alternativas 5 e 5A surgem na sequência de se ter verificado em campo que o território onde se desenvolvia a solução 1 entre a zona da Branca e do Pinheiro da Bemposta se encontrava muito ocupada e que o efeito barreira nas localidades iria constituir um impacte significativo. Senhor Presidente, permita-me que lhe deixe aqui duas perguntas: A Câmara Municipal já tomou alguma posição oficial sobre os traçados apresentados? E o que pretende fazer no futuro? Nesta quadra natalícia desejo a todos vós a continuação de Boas Festas e um excelente 2009. Muito obrigado, Senhor Presidente. ==

===== O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Armindo Nunes, do PS. =====

===== O assunto que trago a esta Assembleia versa também sobre as passagens de nível e tem a ver com os recentes acontecimentos relacionados com as tentativas de encerramento de passagens de nível, concretamente em S. Tiago de Ribai-UI e Pinheiro da Bemposta. O processo utilizado foi o mesmo e merece o nosso veemente repúdio, pelo seguinte: Sem que tenha havido por parte de nenhuma das entidades envolvidas, REFER e Autarquia, nenhuma diligência de diálogo com as populações, a REFER, ao início da noite, sem aviso, cortou a via pública, depositando pesados separadores de cimento. Tais separadores foram entretanto retirados. No caso do Pinheiro da Bemposta, poucos dias depois, a REFER apareceu, agora à luz do dia, mas também sem nenhuma tentativa de diálogo com as populações por nenhuma das entidades envolvidas, com pesado equipamento e vários trabalhadores, devidamente enquadrados por um desproporcionado dispositivo da GNR, disposta a tapar de novo a via pública, numa clara atitude de prepotência e falta de respeito pelo povo, que condenamos. O povo é sereno e respeitador, não precisa nem cede a intimidações. Questionado por mim, que estive presente, um dos militares da GNR sobre a legitimidade da REFER para cortar uma via pública, com servidão para inúmeras pessoas e veículos, mesmo pesados, que a utilizam com frequência, mesmo para actividades económicas que aí se desenvolvem foi-me respondido que receberam a ordem escrita da Câmara Municipal e fez menção de ma mostrar. Vendo ameaçados abusivamente os seus direitos, o povo acorreu ao local, ali se juntando algumas dezenas de pessoas, manifestando o seu repúdio e após contactos do representante da Junta de Freguesia ali presente, com a Câmara, houve o bom senso de retirar o dispositivo da GNR e depois o equipamento e pessoal, suspendendo-se a operação e reforço suspendendo-se a operação. Mas estamos cientes de que este foi apenas um episódio da novela, pelo que coloco ao Senhor Presidente, que bem conhece os locais, as seguintes perguntas: - Deu a Câmara Municipal acordo ao corte da via pública nestes locais? - Entende que é legítimo o processo utilizado, de ignorar as populações e as Juntas de Freguesas e de fazer este trabalho pela calada da noite, bem como o recurso à intimidação por parte da GNR? - Que utilização está prevista para a Linha a sul de Oliveira de Azeméis? - Tem alguma razão de ser as informações que correm de que vai servir apenas, e só, para acesso dos comboios às oficinas de manutenção? Muito obrigado. =====

===== *Seguidamente, o Senhor Presidente da Mesa concedeu a palavra ao Senhor Dr. Vieira Dias, do CDS/PP.* =====

===== *Há anos, talvez há meia dúzia de anos, chamei à atenção numa Assembleia realizada na vizinha S. Tiago de Riba-Ul, para a perigosidade da curva chamada “Zé” já que o seu restaurante se chama “O Zé da Curva”. Há dias soube que a Câmara, numa atitude de prudência, evitou que o trânsito ascendente na direcção de Oliveira de Azeméis, a passar a poente do cemitério, que fosse parado, que fosse fechado. Perfeito. Mas acontece também que quando eu vi a inauguração da ponte do comboio, a passagem desnivelada da ponte do comboio, que grande quantidade de geada se formou, que durou além do meio-dia. Foi prudente o acto da Câmara Municipal. Foi de louvar a abertura do traçado da ponte de nível inferior para os veículos em relação ao comboio, mas a verdade é que se pergunta: para se pôr a funcionar essa ponte e atendendo a que muito trânsito pesado precisa de ter acesso nomeadamente aos Transportes Azevedo, nomeadamente à Lactogal, impõe-se que haja a partir de Oliveira de Azeméis Norte um acesso à Zona Industrial, portanto à antiga Estrada Nacional n.º 1, com condições de segurança. Quero dizer, Senhor Presidente, que não gostaria que se sucedesse uma desgraça pelo facto de se ir adiando barreiras de defesa para que os carros, agora que o trânsito vai ser agravado pelo aproveitamento da ponte do caminho-de-ferro, esse aumento de trânsito com veículos pesados, é perigoso demais para que não tenha protecção. Por outro lado, também quero dizer, falaram à pouco nos cem anos dos caminhos-de-ferro em Oliveira de Azeméis. O caminho-de-ferro de Oliveira de Azeméis levou muitas vezes aqui algumas achegas nesta Assembleia, é preciso acordarmos no sentido do ambiente. É preciso acordarmos no sentido da economia. Tem que haver, naturalmente, quem esteja concordante ou discordante com as passagens de nível. Era bom que houvesse entendimento. Primeiro, os homens deviam ter reunido, devia ter havido junção das Juntas de Freguesias, dos lugares das freguesias, da Câmara e da REFER, para que essas atitudes não se verificassem. Oxalá que ainda vá a tempo e vai sempre a tempo. E vai sempre a tempo, até porque precisamos do comboio para ter acesso a outros comboios, porque o tempo das vacas magras está a acabar, o preço do petróleo, porque dentro de algum tempo as vacas gordas e o preço aparecerão com certeza. E mais uma achega sobre ecologia. Verificamos que é necessário alargar o âmbito dos oleões, que não podem ser simplesmente destinados aos restaurantes e estabelecimentos de hotelaria, há que os impor de outra maneira à população total. Tenho conversado com os picheleiros, com os canalizadores, para saber a quantidade de entupimentos que aparecem nas canalizações provocados porque os produtos oleaginosos são deitados do modo mais conveniente para a comodidade de quem os usa e para a incomodidade de quem sofre essas consequências. É preciso que os prédios de andares passem a ter obrigatoriamente oleões. Por outro lado, verifiquei também, nas várias perguntas que fazem nos vários sítios, se aqueles estabelecimentos que vendem pilhas, se têm receptáculos para as mesmas. Não têm. As pilhas são outra circunstância agressiva para o meio e não estão devidamente acautelados. Quem vende pilhas devia ter a obrigação de receber as usadas. Esta é uma das pequenas notas que quero deixar ao Senhor Presidente. É um favor que estou a pedir. Bem sei que a Lei é omissa, mas é bom que na Câmara apareçam normas, porque essas normas são para bem da comunidade. Muito obrigado.* =====

===== *Pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, foi concedido o uso da palavra ao Senhor Óscar Oliveira, do PCP-PEV.* =====

=====
Boa tarde a todos. Espero que todos tenham tido um bom Natal, conjuntamente com as vossas famílias, e um bom ano para 2009. O que me trás aqui são duas questões. A primeira questão, novamente uma pergunta ao Senhor Presidente da Câmara em relação à evolução do Centro de Saúde. O Senhor Presidente da Câmara na anterior Assembleia Municipal, realizada no dia 29 de Setembro, após a minha intervenção, informou aqui os eleitos que a situação estava na alçada da Administração Regional de Saúde do Centro; que o empreiteiro não estava interessado em continuar a obra, por uma questão de situação financeira, obra que já deveria estar pronta em Setembro de 2006; que a situação, ou seja, o desbloquear do processo passava pela transferência do contrato para a Administração Regional de Saúde do Centro, para que esta não avançasse, ou tivesse condições de avançar, para abertura de concurso público. Neste quadro também o Senhor Presidente da Câmara e o próprio Senhor Director do Centro de Saúde, Dr. Virgílio, se iriam encontrar para que de alguma forma houvesse um acordo em relação à situação e também efectuar alguma démarche junto da Administração Regional de Saúde do Centro. Aquilo que eu queria perguntar ao Senhor Presidente, é se efectivamente existe alguma evolução após o dia 29 de Setembro e quando é que está perspectivada a conclusão da obra. Possivelmente, se calhar de hoje a um ano, ainda poderemos estar a colocar esta situação, mas esperemos eu não. A segunda questão que me trás aqui, é também em relação a uma preocupação que já aqui foi colocada pelos meus dois anteriores colegas, que é em relação à Linha do Vale do Vouga e em relação às passagens de nível. Pelo simples conhecimento do investimento que a REFER está a realizar neste Troço, não é só na Linha do Vale do Vouga em Oliveira, é de Espinho até Águeda, e irá com certeza agora começar com obras em S. João da Madeira. Sabemos das necessidades e dos perigos em relação à segurança que tem as passagens de nível sem guarda e nesse aspecto acho que as medidas todos estamos de acordo, agora aquilo que eu queria aqui colocar é se a colocação destas barreiras que foi de um momento para o outro, após a celebração do centenário da Linha do vale do Vouga, foi de um momento para o outro, as populações foram confrontadas com a colocação de barreiras em determinadas passagens de nível, em determinadas freguesias de um momento para o outro. Através das informações, queria saber se houve acordo por parte da Câmara e se houve negociação entre a Câmara e as Juntas de Freguesia e se as populações de alguma forma também foram ouvidas. Agora a verdade é que estamos a ser confrontados por parte de algumas populações em relação à situação de porque é que não há alternativas. Aquilo que eu queria perguntar ao Senhor Presidente da Câmara, era o seguinte: primeiro, se esta atitude da REFER teve o consentimento, o aval, da própria Câmara? Que informações foram dadas às Juntas de Freguesia? Se as populações atingidas foram devidamente auscultadas e se efectivamente tiveram conhecimento das alternativas possíveis? Por estas informações e pelo próprio protesto deduzo que não, mas já agora quero dar também a minha opinião. Eu tenho sido confrontado por alguns residentes, ali na zona da Abelheira, em relação àquelas barreiras, não sei se já foram tiradas, a última vez que lá passei foi na passada quarta-feira, deduzo que ainda se mantenham. O que as pessoas me têm colocado é o seguinte: que efectivamente aquilo era uma passagem de nível com alguma perigosidade e a questão que eles colocam é que há pessoas que não têm meio de transporte e que estando perto da Lactogal, deslocam-se a pé porque não têm outras alternativas ou então têm de pedir ajuda aos seus familiares, deslocam-se a pé e então como é que se deslocam: têm de ir à rotunda da zona industrial, ir em frente, entrar à direita no Troço 07 e depois seguir para estes locais. E há pessoas idosas que também têm necessidade de ir para o Lar da Terceira Idade e como é que fazem? Ou avançam aquelas barreiras, que é um perigo e as pessoas idosas não têm condições, ou então têm de fazer este percurso a pé. É sobre isto que as pessoas me têm questionado. Senhor Presidente, em conjunto com a REFER, em relação a estas questões, não era possível, pelo menos, abrir ali um espaço

para passagem de peões? Eles não põem em causa a colocação das barreiras. Não será possível a deslocação das barreiras para as pessoas passarem? Penso que era a melhor medida e resolução para este problema. =====

===== Para dar resposta às intervenções anteriores o Senhor Presidente da Mesa concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos.

===== Boa tarde. Desejo que tenham tido um bom Natal e espero que tenham também um bom Ano Novo. Eu vou responder aos três da mesma forma, não vou alterar absolutamente nada, mas queria dizer que a Câmara Municipal tem um protocolo com a REFER para a Linha do Vale do Vouga, para supressão e reclassificação de passagens de nível no concelho de Oliveira de Azeméis. São vinte e cinco passagens de nível. Quero dizer que este protocolo foi aprovado pela Assembleia Municipal e por unanimidade. Claro que nós não sabíamos como é que eles iam actuar no terreno. Eles têm o direito a executar o que está aprovado no protocolo, em que figura também um apoio financeiro para a Pi, agora como é que eles vão fazer, se vão fazer de noite ou dia, se vão colocar aquelas peças que colocaram, a Câmara Municipal não tem conhecimento. Sei que há Juntas de Freguesia que se interessaram mais em saber o que é que se ia passar com a supressão das passagens de nível, porque além da supressão há também a construção de uma via alternativa e também há a construção de passagens para peões, no caso em que o Óscar falou, no protocolo há passagens para peões, que serão respeitadas, assim como na passagem da Auto-Barcelona. O que estava previsto neste dia, dia de inauguração do Troço 07 e pôr em funcionamento a Pi do Troço 07, o que estava combinado com a REFER era única e simplesmente fechar a da Abelheira para posteriormente também preparar a passagem para peões e fechar também a da Auto-Barcelona, mais nada. Tudo o que aconteceu além disto, eu fui apanhado de surpresa, por chamadas telefónicas dos Presidentes de Junta e até da população. Eu falei com a REFER, a REFER mandou parar o que estava a fazer. Neste momento está agendada uma reunião para a primeira semana de Janeiro com a REFER, para nós analisarmos, reanalisarmos o que eles estão a fazer, porque se estiverem a fazer desta forma nós não podemos concordar, porque uma passagem que é anulada, se é anulada e se é para passagem de peões, tem então que se fazer passagem para peões o mais rápido possível. Portanto, isto está protocolado e está inclusive um protocolo para aprovar hoje na agenda. Ainda vai construir mais uma Pi sem custos para a Câmara Municipal, vai construir mais uma Pi e nós sabemos exactamente ponto a ponto qual é a acção da REFER, temos de fiscalizar a acção da REFER e iremos com certeza dar conhecimento aos Presidentes de Junta, que tomaram conhecimento desta negociação e destas alterações, tiveram reuniões, quem liderou este processo foi a Directora do Departamento das Obras Municipais, e muitas das vezes estive eu também presente e alguns responsáveis da REFER, o Eng.º Viena que é um dos responsáveis da REFER. Outros Presidentes de Junta talvez não tenham conhecimento, não sei se foram abordados ou não, mas a grande maioria dos Presidentes de Junta foram abordados pela Câmara Municipal para estarem presentes e até irem ao local e ver com os homens da REFER qual era a solução que eles previam para ali. Até particulares intervieram neste processo, por exemplo, sobre a pista de karting que era para construir no Pinheiro da Bemposta há uma passagem de nível que foi negociada directamente entre a REFER e o próprio responsável e dono desse terreno para fazer a pista de karting. Sobre esta matéria quero-vos dizer que nós iremos, além das supressões, ter dez automatizações e quero-vos dizer que no mês de Janeiro iremos voltar a reunir com a REFER. Está tudo suspenso, eu pedi a suspensão imediata dos trabalhos, falei com o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de S. Tiago de Riba-Ul, estava ele na Junta de Freguesia e depois veio ao local e eu falei pelo telefone com o Eng.º Serpa

Pinto, que era o homem que estava a comandar as operações, mas que depois foi embora. Em relação ao Pinheiro da Bemposta, eu praticamente soube só quando estavam lá já durante a noite e eu pedi a intervenção de um técnico da Câmara Municipal, para que fosse entrar em diálogo com os responsáveis da REFER para suspender aqueles trabalhos que não estavam previstos naquele dia. Sobre esta matéria penso que é isto que me apraz registar neste momento, dar-vos essa informação. Relativamente à ENI, sobre a intervenção do Dr. Vieira Dias, há um projecto para recuperação da ENI, ainda não chegou ali, chegou só até à Ponte dos Cavaleiros e agora vai continuar até às portas da cidade. Portanto, a ENI neste lanço irá até Oliveira de Azeméis, depois irá para sul, portanto da D. Maria I, do Auto Parque até à ligação a Pinheiro da Bemposta. Isto é uma obra que tem já projecto, onde engloba o alargamento e uma grade para esse local, portanto isso está salvaguardado no projecto. Relativamente aos pilhões e também oleões, estamos na fase de entrega e da adjudicação a uma empresa, que hoje já faz algum trabalho deste, já faz recolha, mas nós queríamos ver se isto era muito mais alargado no nosso Município e se tinha uma cobertura perfeita para o serviço, mas isso já se faz hoje. Relativamente à intervenção do meu amigo Óscar, sobre a Linha do Vale do Vouga, já foi explicado para todos os Grupos. Eu queria-lhe dizer que em relação ao Centro de Saúde eu não sei mais nada do que aquilo que transmiti aqui. Só sei que está assumido pela Administração Regional do Centro, que vai passar isto para o Norte a partir de Janeiro, isto está assumido, não sei se os Presidentes se entendem com esta passagem e como é que vão fazer com a obra. Por enquanto estavam a fazer a auditoria porque achavam que havia muitos autos de trabalhos facturados e pouca obra feita, não está a “dar a cara com a careta”, mas até aqui ainda ninguém me disse nada sobre esta matéria.guardo que no princípio do ano tenha notícias para poder transmitir à Assembleia Municipal. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor José Francisco Oliveira, do PSD. =====

===== Boa tarde a todos. Temos vindo a constatar que a Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis, apesar das dificuldades, das restrições financeiras e dos bloqueios de alguns, mesmo assim tem continuado a promover a realização de obras por todo o concelho, sempre com responsabilidade e demonstrando preocupação na melhoria da qualidade de vida dos Oliveirenses. Muitas obras e benfeitorias foram realizadas neste último trimestre. Foram várias as inaugurações que assisti, desde a rede rodoviária até a parte do lazer, foram muitas as obras realizadas pela Câmara Municipal. Mas permitam-me que destaque o dia 14 de Novembro e o dia 12 de Dezembro. No dia 14 de Novembro foi inaugurada, a Praça da Cidade. A inauguração da Praça da Cidade marca mais uma etapa na construção do futuro de Oliveira de Azeméis. A grande maioria recordar-se, seguramente, do que foi este espaço durante muitos e muitos anos. De parque de estacionamento improvisado a palco de espectáculos de circo, o descampado foi servindo um pouco para tudo. Hoje a Praça da Cidade oferece a todos os Oliveirenses uma alameda, uma galeria, posto de turismo, parque infantil, ecrã gigante e ainda o café concerto, tudo a pensar na melhoria da qualidade de vida dos Oliveirenses. Um investimento que rondou os cinco milhões de euros. Temos que reconhecer que é um bom investimento. Mas há mais. O dia 12 de Dezembro assinala a conclusão de uma das mais importantes, senão mesmo a mais importante, a infra-estrutura rodoviária da cidade de Oliveira de Azeméis nas últimas décadas. A via circular externa da cidade. Esta via circular externa foi pensada para libertar a cidade de tráfego desnecessário e julgo que não restarão dúvidas para ninguém que essa vai ser a sua principal virtude. A via estruturante que está ao dispor do Oliveirenses demonstra de forma clara e inequívoca a importância do planeamento estratégico e do desenvolvimento harmonioso

que temos procurado para o nosso concelho. Esta obra foi crescendo por fases e vai ser fundamental na organização rodoviária permitindo aos Oliveirenses e a quem nos visita vantagens de circulação e mobilidade absolutamente incomparáveis com as que existiam. As acessibilidades são consideradas por muitos como um dos principais factores que permitem medir a qualidade de vida das nossas populações. Esta obra que durante muito tempo passou despercebida é hoje considerada por muitos uma obra emblemática e marcante do concelho de Oliveira de Azeméis. Todos nós conhecemos e já sentimos na pele as dificuldades de circular na cidade em hora de ponta, sobretudo nos horários que coincidem com a entrada e saída de centenas e centenas de pessoas que trabalham na nossa zona industrial. Esta via estruturante é composta pelos troços 5 e 6, que já se encontravam ao serviço das populações, e pelo troço 7 que completa este novo eixo rodoviário. Mais dois milhões e oitocentos mil euros de investimento. E é bom salientar o valor do investimento global, porque muitas vezes há pessoas que quando falam, só atiram poeira para os olhos dos Oliveirenses. Com sete anos de governação camarário com a liderança de Ápio Assunção, os Oliveirenses têm ao seu dispor várias infra-estruturas que muito nos orgulham: Zona Pedonal, Biblioteca, Centro Formação Ápio Assunção, Arquivo e Ludoteca em fase de conclusão, Via Circular Externa da Cidade e Praça da Cidade, estas obras com mais visibilidade para o concelho. Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhor Ápio Assunção, deixe-me em primeiro lugar agradecer em quanto Oliveirense por todo o seu empenho que vem demonstrando para com o concelho de Oliveira de Azeméis. O Senhor Presidente, muito que custe para os seus opositores, é, e será o responsável autárquico de Oliveira de Azeméis com realização de mais obra, e não perca tempo com aqueles que nunca fizeram ou que nunca se interessam pelo concelho. Esses sim, preocupam-se em dar cobertura a tudo o que o Governo de mal vai fazendo ao nosso País e aos Portugueses, sobre Governo, nunca os viu nos jornais a escrever artigos de opinião, mas para com o Município não perdem oportunidade em criticar quem trabalha. Não se desvie da sua rota. O seu caminho e o seu compromisso é com Oliveira de Azeméis e com os Oliveirenses, e esses, sabem reconhecer quem trabalha diariamente para melhorar a qualidade de vida. Obrigado. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Bruno Aragão, do PS, que disse: =====

===== Boa tarde! Sintam-se todos cumprimentados! Aproveito a oportunidade para desejar desde já a continuação de boas festas e, naturalmente, renovar os votos de um ano de 2009 sempre melhor para Oliveira de Azeméis. “Azeméis é Vida”, esse slogan que facilmente se confunde com a publicidade a uma qualquer marca de iogurte, é o símbolo dessa tão propalada modernização administrativa que, desde há uns anos, parece varrer Oliveira de Azeméis. Se não pelas mudanças efectivas na facilidade de acesso aos serviços e no aumento de qualidade que seja uma mais valia para os Municípios, pelo menos na feroz propaganda a que o Executivo nos foi habituando Aliás, como disse não há muito tempo o Senhor Presidente de Câmara (cito) “de alteração em alteração temos tido níveis espantosos de produtividade” (fim de citação). Repito, às vezes não acreditem ou duvidem, “níveis espantosos de produtividade”. Ora, num estudo divulgado este ano pela Universidade do Minho, sobre a “Presença na Internet das Câmaras Municipais Portuguesas em 2007”, os dados são muito pouco simpáticos para o Município de Oliveira de Azeméis. Num total de duzentos e oitenta e sete sites municipais avaliados, Oliveira de Azeméis, essa vanguarda da modernização administrativa, surge na modestíssima posição duzentos e dez. A pontuação total atribuída ao site do Município, entenda-se, por exemplo, à sua capacidade de disponibilizar informação útil ou de disponibilizar serviços on-line, foi de cerca de cinquenta pontos. A Câmara Municipal com melhor pontuação (Pombal), somou cerca de

setecentos pontos. Se uma diferença destas não permite outras leituras, permite repensar a postura que o Município pode e deve adoptar futuramente e as medidas que podem ser implementadas. Aliás, Senhor Presidente, excepcionalmente faço minhas as suas palavras: “a introdução das novas tecnologias de informação é uma ferramenta essencial nas novas formas de organização de processos”. Concordo em absoluto, mas passemos à prática. A utilização deste tipo de tecnologias é um factor cada vez mais decisivo, mais a mais quando existe uma aposta clara neste tipo de conteúdos na formação das pessoas. Se bem que não se detenha neste tipo de população, naturalmente que a juventude é por excelência um dos alvos principais destas tecnologias. Por isso mesmo, Senhor Presidente, como o Senhor próprio afirmou nas Jornadas sobre Formação para a Administração Local, temos que trabalhar (cito) “pela busca e obtenção de soluções de excelência” (fim de citação). Há medidas simples e sem custos que podem fazer a diferença. Política de juventude, de envolvimento da juventude, é apostar nestas matérias e não achar que tudo se encerra em assembleias para miúdos. Ser Pólo de Ensino Superior é ter uma preocupação acrescida nestas áreas e não achar que todos os investimentos se encerram em queimas de fitas com outros nomes. Não tem sido esta a aposta e talvez por isso, como se pode ler na página 25 do ponto 22 desta ordem de trabalhos, se pense contratar para a Divisão de Desporto e Tempos livres, uma área que em muito significa juventude, um técnico, repito, um técnico, com especialização em ciências históricas. Prioridades estranhas no mínimo. Seja como for, Senhor Presidente, e como acredito pelas suas palavras que existe uma forte vontade de modernização administrativa, peço-lhe que encare estas palavras como um desafio. Por isso mesmo deixo este estudo, em CD, ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal, também ele sensível e conhecedor da importância destas matérias, para que faça chegar, se assim o entender, ao Executivo e aos restantes Membros desta Assembleia, já agora, porque não, por e-mail. =====

===== O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Nuno Pires, do PSD. =====

===== Boa tarde. Desejo a todos a continuação de umas boas festas, desejando que 2009 seja, e seja sempre, um ano melhor do que o ano anterior. O assunto que me trás cá hoje também é a modernização administrativa. Por acaso não concordo com o meu colega e amigo Bruno Aragão e gostava também de lhe lembrar que não sou o único a não concordar com isso, pelo menos pelas palavras da Senhora Secretária de Estado, que muito elogiaram o trabalho desenvolvido pela Câmara Municipal. Só e apenas para lembrar que Oliveira de Azeméis tem hoje trinta e cinco serviços certificados pela Norma Iso 9001/2000. Quem sou eu para julgar a atribuição destes certificados? Gostaria ainda de lembrar que em 2001, o Município de Oliveira de Azeméis ganhou o primeiro prémio nacional de excelência de modernização administrativa, através da implementação estruturada do POCAL. Quem fez a atribuição deste prémio, também não sei. Quais os critérios de avaliação, também não sei. Desde 1997 que o Município desenvolve projectos ligados à modernização administrativa. Não sou daqueles que diz que tudo está bem, porque nem tudo está bem, há sempre que melhorar. Mas também não sou daqueles que critica tudo por criticar, fazendo alusão a um estudo, que eu desconheço, que eu não duvido que possa estar bem feito, mas desconheço os critérios que foram utilizados para a avaliação desse estudo. Gostaria depois, Senhor Presidente da Assembleia Municipal, que me fizesse chegar também chegar o cd para puder pronunciar-me sobre isso. Quanto à modernização administrativa, Senhor Presidente, a Bancada Parlamentar do PSD entende que o Município está a desenvolver um bom trabalho. Esperemos que assim continue. É óbvio que acatando algumas das sugestões do nosso colega Bruno Aragão, consigamos no próximo ano ainda ter mais serviços, através das novas tecnologias de comunicação, disponíveis. Uma pequena nota,

também ligada às novas tecnologias de comunicação, é o serviço que está ao dispor dos Oliveirenses, que é o novo Portal Geográfico, que certamente irá permitir um melhor uso e uma diminuição da burocracia utilizada pelos serviços municipais. Tenho dito. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Ápio Assunção, Presidente da Câmara Municipal, para prestar os devidos esclarecimentos. =====

===== Eu vou adiantar muito pouco sobre a matéria, porque acho que as coisas foram esclarecidas e quando assim é, é estarmos a gastar tempo mal desta Assembleia Municipal. Toda a gente conhece a caminhada que o Município de Oliveira de Azeméis tem feito ao longo dos anos no que diz respeito à modernização administrativa. A modernização administrativa não é só feita de “chavões”, normalmente as empresas precisam de se modernizar e têm sempre como objectivo mais lucro, de baixar as suas taxas horárias para poder vender mais e ter mais lucro. E para isso há métodos a criar, as gamas operatórias, saber os tempos de produção e é medir depois tudo isto. A Câmara Municipal tem um sistema muito parecido com isso, com aquilo que se passa nas grandes empresas, empresas multimunicipais ou internacionais, que estão mesmo instaladas em Oliveira de Azeméis. É assim que eles gerem as suas empresas e que procuram ter lucro. Mas eu queria dizer que não foi a Câmara Municipal que convidou a Senhora Secretária de Estado da Modernização Administrativa, foi ela que convidou a Câmara Municipal a realizar uma acção de apresentação do caso de Oliveira de Azeméis e quem apresentou não foi o Presidente da Câmara, eu única e simplesmente fiz uma pequena intervenção para saudar e agradecer a presença da Senhora Secretária de Estado da Modernização Administrativa aqui em Oliveira de Azeméis. Foram técnicos da Câmara Municipal, foi pessoal da Câmara Municipal que mostrou e que apresentou o que nós estávamos a fazer. Eu não vou repetir o que se apresentou, a certificação de qualidade, quantos serviços; o POCAL, a implementação do POCAL; SIADAP, que fomos dos primeiros a implantar o SIADAP e está a funcionar em pleno; a avaliação por objectivos, como é que chegamos lá e como é que fazemos. Não vou dizer absolutamente nada sobre isto. Uma outra pessoa que visitou Oliveira de Azeméis e que fez intenção de vir cá porque ouvia falar de que o Município de Oliveira de Azeméis era um exemplo em algumas matérias, foi o próprio Secretário de Estado das Autarquias Locais. Eu sei que alguns não ficaram muito satisfeitos por ele se ter deslocado, se ficaram insatisfeitos com ele eu não tenho culpa nenhuma, porque não fui eu que o convidei, foi ele que se propôs a vir assistir a uma apresentação da nossa modernização administrativa, que estava a decorrer. Também não temos culpa de ganharmos o primeiro prémio e o terceiro prémio que foram atribuídos pelo júri, que eu tenho a certeza que foi isento, porque já foram dos vários quadrantes políticos. Sobre esta matéria eu acho que não vale a pena estarmos aqui a discutir, interessa-me eu ter a mesma condução do barco e que os nossos funcionários consigam acompanhar os desafios que o Executivo lhes vai colocando pela frente, o que não é fácil. Eu sei que não é fácil, mas têm respondido positivamente. Eu não tenho mais nada a dizer sobre estas intervenções, porque se o Bruno Aragão entregou ao Senhor Presidente da Mesa um CD, nós vamos ver e analisar e com certeza que vamos aproveitar para o Município valorizar-se cada vez mais. =====

===== O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Marcial Santiago, do PSD. =====

===== Boa tarde a todos. O Governo da República aprovou, em 27 de Novembro último,

a criação do Centro Hospitalar de Entre o Douro e Vouga, E.P.E., por integração do Hospital S. Sebastião, E.P.E., do Hospital Distrital de S. João da Madeira e do Hospital São Miguel de Oliveira de Azeméis. Congratulamo-nos com esta medida, a qual representa um passo importante na melhoria dos serviços de saúde para as populações abrangidas. Esperamos que não seja uma decisão para ficar na gaveta e que não tenhamos de esperar dez ou mais anos para a sua concretização. O novo Centro englobará os três Hospitais de Entre o Douro e Vouga num único Conselho de Administração, com reorganização também na distribuição de serviços e valências entre as três unidades hospitalares. A ver vamos o que vem desta reorganização na área da saúde. Para já resta-nos aguardar pelos próximos desenvolvimentos do projecto para perceber um pouco mais do que será este Centro Hospitalar. À partida não se vê desvantagens, mas as vantagens estarão sempre dependentes da forma como o processo for conduzido e acompanhado. Senhor Presidente da Câmara, o Executivo tem acompanhado o processo desta nova estrutura? O que sabe desta nova Unidade de Saúde? Com a criação deste novo Centro Hospitalar será que o Hospital São Miguel irá ser afectado nos serviços que presta às populações, correndo de desinvestimentos prometidos a justificar com o referido Centro Hospitalar? Outro assunto que quero aqui abordar, já abordado pelo colega Óscar Oliveira mas não o deixo de referir, prende-se com o Centro de Saúde de Oliveira de Azeméis. Há precisamente um ano, neste mesmo local, interpelei V. Exa. no sentido de saber em que situação se encontravam as obras e para quando a sua entrada em funcionamento. Nessa altura V. Exa. referiu, entre o demais, o seguinte: passo a citar “A obra se esteve parada e se está parada, o empreiteiro garantiu-me que não iam fazer a obra, que não iam continuar, agora a Administração Regional de Saúde do Centro ou do Norte eventualmente, que trate o problema com o empreiteiro”. Um ano depois, verificamos que a situação de impasse se mantém, continuando doente e moribundo o Centro de Saúde. Peço a V. Exa. que nos esclareça, se possível, qual é a situação actual e que diligências foram feitas no sentido de desbloquear o impasse existente entre o empreiteiro e o dono da obra, se é que ele existe. Obrigado. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra à senhora Dra. Ana de Jesus, do PS. =====

===== Boa tarde a todos, os meus cumprimentos. Senhor Presidente, a minha intervenção hoje prende-se com o negócio de um dos terrenos onde será implantado o futuro shopping, celebrado entre a Câmara Municipal e um particular. No âmbito desse negócio a Câmara assumiu as seguintes obrigações: adquirir uma parcela de mil e oitocentos metros pelo valor de € 470.000,00 (quatrocentos e setenta mil euros), pagar € 230.000,00 (duzentos e trinta mil euros) por oitocentos e quarenta e oito metros cedidos para arruamento em 2001, ficou ainda obrigada a conceder capacidade construtiva acima da cota da Avenida Abílio Campos de dez mil e seiscentos metros para uma parcela do particular sita a poente e por fim dispensou de taxas e licença tal construção. Partindo do princípio que a Câmara já pagou os valores em causa, a minha questão prende-se com a referida concessão da capacidade construtiva, pois como V. Exa. sabe tal concessão obrigaria a uma alteração do PDM ou a contemplação de tal solução em PU aprovado. Ora, se na Revisão do PDM notícias não temos, da aprovação do PU o mesmo nem a discussão pública entrou. Por isso, a minha pergunta: Como pensa V. Exa. cumprir com a data assumida nesse contrato, pois como se deve recordar nas condições especiais ficou escrito, e passo a citar “obriga-se ainda a Câmara Municipal até 31 de Dezembro de 2008 a obter todos os vistos e disposições regulamentares aplicáveis para a construção deste complexo habitacional, comercial e de serviços que também vai-se inserir nesta parcela. Se nessa data não houver tais documentos, incluindo a licença de construção, a

Predial de Azeméis, Lda. poderá desde logo, nessa data de 31 de Dezembro de 2008 proceder à cláusula de reversão referida no parágrafo seguinte e nas condições indemnizatórias aí referidas”. Hoje é dia 29 de Dezembro de 2008, que resposta tem a Câmara a dar se esta empresa no dia 31 procurar a Câmara, ou para comprovar se as alterações assumidas já foram efectuadas, ou caso de não estarem exercer o seu direito de reversão e de indemnização? Quando este assunto foi discutido na Assembleia Municipal respectiva, a minha Bancada além de considerar o negócio mau economicamente para a Câmara, alertou o perigo de não cumprimento dos prazos assumidos. É claro que V. Exa. e a Bancada do PSD reduziram estes alertas a um só slogan “O PS não quer o shopping, o PS não quer o desenvolvimento para Oliveira de Azeméis”. E agora, Senhor Presidente, está pronto para assumir as consequências do negócio? Continua a pautar as negociações da Câmara Municipal pela boa vontade que espera encontrar do outro lado? E se essa boa vontade não aparecer? Eu, Senhor Presidente, estou preocupada. Espero contudo que tenha V. Exa. uma resposta que nos possa a todos descansar. =====

===== Seguidamente, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, concedeu o uso da palavra ao Senhor Dr. Jorge Almeida, do PSD. =====

===== É sem dúvida uma obra inigualável e extremamente útil na sociedade de hoje. Falo da nossa Biblioteca Municipal Ferreira de Castro. Fez precisamente no passado dia 14, um ano, que a Biblioteca foi inaugurada por Sua Excelência o nosso Presidente da República, Cavaco Silva. Uma infra-estrutura que os Oliveirenses necessitavam que fosse construída e que hoje é uma realidade, uma porta aberta a todos e com um balanço de utilização, ao final de um ano, bastante positivo. Até ao início de Dezembro, existiam cerca de mil e oitocentos leitores inscritos e efectuaram-se dezasseis mil empréstimos domiciliários. Uma biblioteca que oferece ao fim de um ano de actividade, ou seja, de instalação, um catálogo de trinta e oito mil documentos. Uma biblioteca que tem desenvolvido inúmeras actividades e acolhido outras que são desenvolvidas por entidades locais. Se me permitem quero apenas salientar o projecto “Guardiães da Biblioteca”, um projecto de voluntariado que contou com a presença e elogios da Direcção Geral do Livro. Devo também referir, a semana que preencheu o aniversário, decorreu de nove a catorze e teve algumas actividades bastante interessantes, como: a hora do conto para as crianças, o concurso de presépios e o concerto para bebés. No fundo, os resultados que a biblioteca nos dá ao fim de um ano de actividade, diz-nos que era uma infra-estrutura necessária que traz pesquisa, conhecimento, saber, convívio, bem-estar e uma melhor qualidade de vida a todos os Oliveirenses, a todos que a utilizam. É também ao mesmo tempo, o resultado bastante positivo do esforço da Câmara Municipal ao conseguir ter uma BM3 como esta, construída e a funcionar, tendo em conta as exigências dos regulamentos para este tipo de biblioteca ter a porta aberta com toda a dignidade. Parabéns a todos os colaboradores que cá trabalham. Tenho a certeza que no próximo ano o número de leitores será bem maior e as referências positivas serão bem mais das que já existem. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Dr. Fernando Pais Ferreira, do PS. =====

===== A minha intervenção é uma intervenção curta e vem no sentido daquelas críticas que normalmente são apontadas ao PS, no sentido de que o PS neste momento é um Partido que não tem ideias políticas, não tem soluções nem dá sugestões. E uma dessas sugestões que foram acolhidas, e ainda bem, e eu quero alertar todos os presentes para esta situação em concreto, é

o facto do novo Diploma da Acção Educativa, mais ali para o Prof. Albino, em que por sugestão dos Vereadores do PS entendeu aplicar um novo regime, ainda que algumas dúvidas, os juristas normalmente complicam demasiado, interpretam demasiado as coisas, mas que a Câmara Municipal depois de algumas investidas dos Vereadores do PS entendeu por bem acolher uma pretensão, que é uma pretensão absolutamente justa e equitativa. E eu se calhar vou demorar só dois minutos a explicar o que é que se passa. Existe um Regime de Acção Social Escolar, em que prevê até Março, creio eu, penso não estar errado, as famílias carenciadas podem, de acordo com os critérios e objectivos da Lei, não estou aqui para os discutir, candidatar-se a esse tipo de apoios. Havia de facto depois uma lacuna na Lei, se se aplicava, se a Câmara era totalmente autónoma na gestão desse tipo de acção, se não era, mas o que é facto é que a Lei não contemplava as acções em que supervenientemente houvesse uma situação de carência absoluta. Com o novo regime entendeu-se que aplicar-se-ia o novo regime e havia uma disparidade entre as pessoas, entre famílias, com crianças no 2.º e 3.º ciclo e no secundário, ficavam numa situação diferente das crianças que estavam no 1.º ciclo. Isto foi um alerta dado pela Vereação Socialista, no sentido de alertar o Executivo Camarário, no sentido de proceder a uma uniformidade. Inicialmente a Vereação do PSD, maioritária, reprovou dizendo que não havia base legal, que os concursos já estavam feitos, mas felizmente imperou o bom senso e de facto foi admitida uma análise pontual. A situação é esta, Senhor Vereador do Pelouro, eu acho que se deve ir mais longe relativamente a esta situação. Há muitas situações de carência económica e nós, Bancada Socialista, temos ainda mais uma proposta, para além do que foi feito ao nível da Vereação, temos mais uma proposta que é a seguinte: que haja uma preocupação, no imediato, de regulamentação da atribuição da Acção Social Educativa aos alunos do 1.º ciclo, uma regulamentação clara quanto ao nível dos procedimentos a observar e igualmente que haja uma publicitação clara e inequívoca quanto ao regime do apoio a considerar, porque nós estamos a falar de pessoas carenciadas, de pessoas que têm alguma dificuldade até a entender o óbvio. Portanto, deve haver uma sensibilização absoluta da Câmara Municipal nesse sentido. É a proposta que o Partido Socialista deixa aqui, no sentido de fazer uma dinamização mais concreta e real, para que a Acção Social Educativa chegue a todos, fundamentalmente aos alunos do 1.º ciclo. Obrigado. =====

===== Para dar resposta às intervenções anteriores o Senhor Presidente da Mesa concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos.

===== Eu começaria então pela intervenção do Senhor Marcial, relativamente ao Centro Hospitalar do Entre Douro e Vouga, pois nós estamos dentro desta decisão que o Governo tomou. Achamos que é uma posição positiva para Oliveira de Azeméis, porque a estrutura que se pensa vir a construir, o Centro Hospitalar, ficará instalado junto de Oliveira de Azeméis, ou mesmo em Oliveira de Azeméis, e junto de S. João da Madeira, porque é preciso haver aqui uma relação entre os Municípios e tem que se escolher muito bem o local para a instalação do Hospital. Já mostrei alguns locais à Administração Regional de Saúde do Norte, já foram estudados e analisados e alguns têm pernas para andar. É ponto assente que irão construir, porque o Hospital da Misericórdia não tem estrutura, nem tem área, para se poder alargar, porque há novas valências que vão ser criadas, novas valências nestes hospitais que ficarão a pertencer ao Centro Hospitalar do Entre Douro e Vouga. Nós estamos em contacto porque mesmo a nível de formação da administração, a administração terá três administradores nomeados por Santa Maria da Feira, um por S. João da Madeira e um por Oliveira de Azeméis. Os administradores formarão um conselho que vai gerir os três hospitais. É natural que alguns sejam indexados aos hospitais de Oliveira de Azeméis ou S. João da Madeira. Eu tive logo que

cortar um bocado isto e assegurar isto para Oliveira de Azeméis, porque S. João da Madeira já defendia que a administração deveria ficar em S. João da Madeira, porque é o centro do Entre Douro e Vouga e que por isso devia ficar no centro. Eu contrariei isso com muito propósito. Percebo perfeitamente que o Hospital de Santa Maria da Feira seja o local onde se façam as reuniões do Conselho de Administração, mas deve ficar um administrador indexado ao Hospital de S. João da Madeira e outro ao Hospital de Oliveira de Azeméis. Isto é o que está inicialmente definido. Portanto, relativamente ao Centro Hospitalar penso que temos de ter calma, também uma coisa é certa, os terrenos que estão à volta do Hospital de Oliveira de Azeméis, onde estão construções do Estado, praticamente são todos da Câmara Municipal. Relativamente à outra questão que me colocou, o Centro de Saúde, estou completamente convencido que o Centro de Saúde está a um passo de solução, isto não pode continuar assim, porque a obra vai-se degradando e o custo total do Centro de Saúde no final vai ser muito maior. Ou negoceiam com o empreiteiro, ou o Norte ou o Centro, foi a minha opinião negociar com o empreiteiro, porque o empreiteiro não vai largar da mão e isso pode obrigar a que o Governo ou o Ministério da Saúde tome posse administrativa da obra, mas isso demora muito tempo, se calhar é melhor indemnizar, por mais pequena que seja a indemnização, para libertar-se do empreiteiro e Administração de Saúde do Norte continuar com a obra, porque a partir de Janeiro vai passar tudo para o Norte e eles têm que preparar tudo para passar também a obra para o Norte. Relativamente à intervenção da Dra. Ana de Jesus, eu passo já ao Dr. Ricardo Tavares para lhe dar uma resposta relativamente a essa matéria. O Dr. Jorge Melo falou sobre a biblioteca, efectivamente é verdade, a biblioteca hoje é uma referência em Oliveira de Azeméis, e ainda bem que é para todos, ela não é do PSD, nem é do PS, nem é do CDS, é de Oliveira de Azeméis. E ainda bem, porque na última visita da Senhora Secretária de Estado da Modernização Administrativa, ela fez questão em visitar a nossa biblioteca toda, tirou um bocadinho do tempo dela para andar a visitar todos os cantos e recantos da biblioteca. É bom sinal. Nós vamos ver se conseguimos aumentar os títulos, está no PIDDAC verba que é destinada para nos financiar nos títulos, nos fundos documentais, porque nós ainda não recebemos tudo, mas está uma verba de €45.358,00 (quarenta e cinco mil trezentos e cinquenta e oito euros), que com certeza vai dar para comprar mais alguns livros. Relativamente à questão que o Dr. Fernando Pais Ferreira levantou, eu passo depois para o Vereador Prof. Albino que lhe dará a resposta. =====

===== O Senhor Presidente da Câmara Municipal delegou a palavra ao Senhor Vereador Dr. Ricardo Tavares, para prestar mais esclarecimentos. =====

===== Muito boa tarde a todos. Relativamente à questão levantada pela Dra. Ana de Jesus, eu não tenho presente exactamente a cláusulas do contrato do ano passado. O que lhe posso dizer é que nós continuamos empenhados em apoiar o investimento do Shopping em Oliveira de Azeméis. Relativamente à concessão da capacidade construtiva, eu não sei que pedido é que o particular irá fazer para o terreno em causa, portanto depois só face ao pedido em concreto é que poderemos analisar qual a forma em que poderemos ou não conceder a capacidade que ele pretender. Informar que a empresa PROMOQUATRO já instaurou um pedido de informação prévia para alteração do loteamento do local em questão e que pretende ainda no primeiro semestre do próximo ano iniciar as obras de construção do shopping. Relativamente à boa-vontade, pois irá sempre haver boa-vontade e boa-fé da Câmara Municipal na celebração dos negócios e é com isso que também contamos da outra parte, porque é assim que nós também agimos perante as outras pessoas. =====

=====
O Senhor Presidente da Câmara Municipal delegou a palavra ao Senhor Vereador Prof. Albino Martins, para prestar mais esclarecimentos.
=====

=====
Boa tarde para todos. Eu terei que dar naturalmente a explicação e a resposta que foi pedida pelo Dr. Fernando Pais Ferreira, vou procurar ser sucinto até porque não queria que esta explicação desse azo a pedidos de defesa de honra e se isso acontecer eu abster-me-ei de voltar à questão, até pensei que este assunto já estava morto, enterrado no seio do Executivo a algum tempo, porque o assunto foi suficientemente discutido e penso que foi clarificado o suficiente. Estranhei vir aqui o assunto, mas aproveitei para aconselhar alguma ponderação ao Dr. Fernando Pais Ferreira, e concretamente ao Partido Socialista, no levantar das questões, para que não haja um cair no ridículo por falta de informação. E para que essa falta de informação não exista eu vou passar a explicar. Há aqui duas afirmações do Dr. Fernando Pais Ferreira, que tenho de desde já refutar. A primeira, é que foi o Partido Socialista que propôs ao Executivo que se aplicasse ao 1.º ciclo o Despacho 20956/08, Despacho da Acção Social Escolar criado este ano e publicado a 11 de Agosto. É mentira e é mentira, porque na reunião de Setembro, a primeira reunião após as férias de Verão, eu propôs e foi aprovado por unanimidade na reunião de Câmara que se aplicasse e na altura ninguém falava nisso ainda. Tinha saído o despacho do Ministério da Educação que criava novas regras para a Acção Social Escolar e foi extemporâneo porque ele foi aplicado a 11 de Agosto e em lado nenhum se aplica uma regulamentação que exige tanto trabalho anterior, que exige trabalho de preparação e de levantamento como exige todos os anos, que exige essa preparação ainda no decurso do ano lectivo anterior, em lado nenhum se cria uma regulamentação em 11 de Agosto para aplicar no dia 01 de Setembro. Portanto, quando propus, e volto a dizer que fomos nós que propusemos a aplicação, sem que nada na Lei o fizesse obrigar, deste Despacho ao 1.º Ciclo no intuito de que não houvesse meninos de primeira e meninos de segunda, ou seja, meninos de primeira, 2.º e 3.º ciclo, e meninos de segunda os do 1.º ciclo. Mas desde logo, tive o cuidado de dizer que era impossível aplicá-lo na íntegra neste ano lectivo e a interpelação da Vereadora Dra. Madalena Gomes, eu tive ocasião, e isso está em acta também, de dizer que para os casos de extrema carência iríamos ter em atenção e iríamos contemplar extraordinariamente todos os casos que nos fossem propostos pelas escolas, e naturalmente nós iríamos verificá-los. E tudo aquilo que se fez depois, as interpelações do Partido Socialista sobre este assunto, não foi mais do que a aplicação dessa discussão, dessa primeira intervenção a 09 de Setembro. Portanto, essa é a primeira coisa. A segunda refutação que quero fazer ao Dr. Fernando Pais Ferreira, é em relação à regulamentação. É que também aqui nós não gostamos de dizer que somos pioneiros só para nos envaidecermos com isso. Dizemos que somos pioneiros quando somos efectivamente. Também aqui quando saiu a regulamentação de 11 de Agosto, nós tínhamos e provo rapidamente, já tinha ido à reunião de Câmara e estava para discussão pública, já tínhamos criado um Regulamento para Acção Social Escolar, só que o tivemos que o retirar, porque veio esta legislação e, portanto, neste momento tivemos de começar de novo, começar a discussão pública de novo e o Regulamento ainda não está aprovado, mas no decurso deste ano lectivo necessariamente será aprovado e será implementado. E aquilo que se propôs em 09 de Setembro aplicar, embora isso represente um custo bastante agravado para as finanças do Município, mas nós estamos em condições de o levar para a frente, que é a aplicação integral do Despacho 20956/08, creio eu, ao 1.º ciclo também. Propusemos isso e queremos levá-lo para a frente na íntegra no próximo ano. Agora temos que ter em atenção ainda uma outra coisa: não abdicamos, e isto também fazemo-lo com algum esforço, com algum sacrifício, porque implica muito trabalho, não abdicamos de verificar in loco, pôr técnicas no terreno a avaliar casos duvidosos que sabemos que existem, de falsas declarações ao fisco que nos dão números irreais.

Ainda hoje antes de vir para aqui estive a analisar uma situação que me foi posto de uma pessoa que tinha pedido auxílios económicos, foi-lhe atribuído pela declaração que recebeu da Segurança Social o escalão A, o escalão um, portanto foi afirmado pela declaração da Segurança Social de que era carenciado, a nossa técnica foi verificar, fundamentou-se e concluiu-se que era escalão C, tinha muitos sinais exteriores de riqueza, que se vieram a verificar no terreno, de que não havia razão nenhuma para se atribuir o escalão um. Portanto, isto é só para dizer que iremos aplicar o Despacho no próximo ano, mas gostaríamos também aqui ser acompanhados pelas instâncias que nos fornecem as declarações, concretamente a Segurança Social, porque apesar de aceitarmos a aplicação do Despacho ao 1.º ciclo, achamos que não tem lógica nenhuma aplicar em 2008, as declarações de IRS de 2006 e até este momento ainda não há no terreno mais declarações do que aquelas que referem o IRS de 2006. É bom que a Segurança Social actualize rapidamente os dados e que para o próximo ano lectivo 2009/2010, a Segurança Social tenha, já não digo o IRS 2008 que será impossível, mas pelo menos 2007, para que a atribuição dos escalões seja a mais justa possível. Esta era a reposição que eu queria fazer desta situação toda, penso que fui claro. Volto a dizer: só me predisponho a responder sobre esta questão se houver alguma coisa a esclarecer, isto já foi suficientemente aprofundado. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra à Senhora Dra. Helena Terra, do PS. =====

===== Antes de mais quero na pessoa de V. Exa. cumprimentar todos os presentes e na pessoa do Senhor Presidente da Câmara cumprimentar todo o Executivo desejando, ainda que a posteriori todos tenham tido um excelente Natal e aproveitando a oportunidade para em nome do Senhor Presidente da Assembleia Municipal, que é o representante máximo de todos os Oliveirenses, por intermédio dele como referi, desejar a todos os Oliveirenses, sem excepção, um excelente ano 2009. E como estamos em final de ano e é habitual nesta altura, os próprios, todos e cada um de nós, façamos um balanço mínimo daquele que foi o ano que acabou, também do ponto de vista político é relevante que isso se faça, tanto mais que este final de ano, do ponto de vista político, é um ano relativamente “sui generis” uma vez que é o último final de ano que podemos fazer, digamos assim, um balanço daquilo que foi este mandato do Executivo Municipal de Oliveira de Azeméis. Portanto, é nesse sentido que vai a minha intervenção de hoje. Em Outubro de 2005, iniciava-se a campanha eleitoral para as últimas eleições autárquicas. O Dr. Luís Marques Mendes vem a Oliveira de Azeméis, apresentar a candidatura, ou melhor a recandidatura do PSD, na dupla Ápio Assunção/ Hermínio Loureiro e então refere e passo a citar: “O País tem muito a aprender com Oliveira de Azeméis”; “Oliveira de Azeméis, é um exemplo para o País”; “Oliveira de Azeméis, está no rumo certo e não pode voltar para trás”; “Os políticos têm um discurso de promessas que muitas vezes não podem cumprir. Em Oliveira de Azeméis, isso não acontece”. Isto era o Dr. Luís Marques Mendes a falar – claro está! Vamos, frase a frase, passar à fotografia de Oliveira de Azeméis, real. Foi este caminho certo que levou Oliveira de Azeméis a uma situação de desequilíbrio financeiro estrutural grave – assim o concluiu a última auditoria externa contratada pelo Município. Foi este rumo ou caminho certo que levou Oliveira de Azeméis ao ranking dos Municípios mais endividados e piores pagadores deste País. Foi este caminho certo que levou Oliveira de Azeméis a incluir-se no número reduzido de Municípios que teve que contratar um empréstimo extraordinário de trinta e quatro milhões de euros para pagar a longuíssima lista de fornecedores que, alguns há vários anos, financiavam o nosso Município. Foi este mesmo caminho certo que nos conduziu nos últimos três anos ao aumento exponencial de dívida directamente proporcional à diminuição

do investimento no nosso concelho! Foi este mesmo caminho certo que transferiu trinta e quatro milhões de euros de dívidas a fornecedores para todos, e cada um de nós, os Oliveirenses que além destes trinta e quatro milhões de euros, pagarão mais vinte milhões, repito vinte milhões de euros), só de juros nos próximos doze anos. Foi este caminho certo que gerou a maior das incertezas quanto ao futuro do nosso concelho! Hoje, pode dizer-se novamente, mas agora sim, com toda a propriedade que Oliveira de Azeméis não pode voltar para trás – tem razão Dr. Luís Marques Mendes! Além do mais, porque tal não era possível! Já batemos no fundo e daqui não podemos descer, das duas, uma: ou continuamos a definhar até à agonia final; ou nos levantamos, com esforço é certo, mas com coragem e determinação com um projecto, com uma estratégia e com a tática correcta para os concretizar é possível ir emergindo. Ainda bem, que ninguém deu ouvidos ao Dr. Marques Mendes quando disse que o País tinha muito a aprender com Oliveira de Azeméis, porque de facto Oliveira de Azeméis só pode constituir exemplo de como não se deve fazer, de como não se deve gerir - grande seria a desgraça se multiplicássemos o nosso mau exemplo por trezentos e oito Municípios. Estou certa que o Dr. Marques Mendes que é, eu conheço-o, um homem que tem vergonha na cara e, portanto, ainda bem que não sendo já líder do PSD não tem que cá voltar dentro de meses, pois coraria de vergonha para ter que, novamente, vir vender mais uma ilusão e prometer um futuro cheio de nada ou então repleto de coisa nenhuma! Já o perdoamos Dr. Marques Mendes. Afinal o Senhor, não sabendo do que falava, veio cá promover os seus velhos amigos de sempre. A amizade tem destas coisas, mas a política deve ter outras regras! Continuando em Outubro de 2005, dizia Hermínio Loureiro, na sua qualidade de Presidente da Concelhia do PSD e candidato à Assembleia Municipal, passo a citar: “Oliveira de Azeméis, tem muito mais notoriedade e visibilidade do que tinha há quatro anos”. Permito-me dizer que, por todos os maus motivos que atrás referi, hoje tem ainda muitíssimo mais notoriedade, pena é que seja por estes motivos. Disse ainda que: “Oliveira de Azeméis está mais descentralizada, depois de delegar competências às freguesias, apostando na proximidade com o cidadão”. Foi certamente por isto que, logo após a eleição deste Executivo, com o voto favorável aqui da Bancada do PSD e portanto também do seu Presidente Hermínio Loureiro, se cortou 42% das transferências para todas e cada uma das Juntas de Freguesia do nosso concelho! Nessa altura disse ainda, além do mais: “A cidade está mais atractiva ao ter melhorado a sua oferta turística”. Eu aqui permito-me dizer que esta é uma proclamação, no mínimo, risível, e isto para não dizer mais! Nessa altura Hermínio Loureiro, disse mais ainda: “Oliveira de Azeméis está mais desenvolvida, no apoio aos investidores locais, bem como a todos aqueles que querem investir no nosso concelho”. Uma vez mais, vamos ao Oliveira de Azeméis real. Isto é tão verdade, quanto o número de Zonas Industriais que temos desde então no nosso concelho, ou seja, zero! Foi certamente por isso que vários industriais e investidores, procuraram, desde então, concelhos vizinhos para lá instalarem as suas unidades industriais. Foi certamente por via desta promessa de apoio ao investimento e ao desenvolvimento no nosso concelho, que ainda na última Assembleia Municipal o PSD aumentou o IMI e o IRS no nosso concelho, quando o próprio Governo da Nação vai em sentido contrário para não aumentar as dificuldades dos privados, dos verdadeiros criadores de riqueza e sobretudo das famílias portuguesas. Se todas estas afirmações e proclamações tivessem sido feitas no Carnaval dizer-se-ia que ninguém leva a mal – mas não foram! Disse então, ainda em Outubro de 2005, o Senhor Ápio Assunção, quando perguntado pelas grandes apostas do próximo Executivo, este que temos agora, para os próximos quatro anos de mandato: “As linhas mestras que irão marcar o nosso futuro mais próximo são nos campos do desenvolvimento industrial e económico, acessibilidades, educação e formação, ambiente e qualidade de vida” – disse. E se bem o disse, em nada o fez, é pena. No que toca ao plano para o desenvolvimento económico e social elaborado por uma equipa de

especialistas contratada pelo Município para o efeito – está tudo por fazer, lamentavelmente! Acessibilidades, nem as que já tínhamos desde a minha infância estão em bom estado, quanto às novas, Senhor Presidente, tome providências rápidas para que logo após a pompa da inauguração algumas delas não caíam em ruína – falo, por exemplo, do Troço 03 das Vias Estruturantes. Quanto à educação, fomos os primeiros, é certo, a apresentar a proposta da Carta Escolar – o papel, e aí apontamos a necessidade, num curto prazo, da construção de quatro centros escolares. Não temos nenhum deles construídos! Ambiente, aqui nem é bom pensar; saneamento não existe, continuamos a desinvestir nesta área e a alimentar os vergonhosos últimos lugares da tabela dos trezentos e oito Municípios do País e portanto continuamos a ter esgoto a ser conduzido para as diversas linhas de água e até a cisterna do nosso Município despeja esgoto a céu aberto. Quanto à qualidade de vida, e relembro que ela não se mede pelo número de procedimentos administrativos certificados por um qualquer ISO, ela continuará a ser uma miragem enquanto a água e o saneamento forem simples minudências, como têm sido até agora e enquanto, como agora parece fazer crer este Executivo, se acreditar que qualquer dia, um qualquer privado, como que por artes mágicas ou milagres resolva um problema que a incapacidade dos sucessivos Executivos Municipais fez perpetuar até hoje. Numa altura em que se fazem votos para o novo ano, lembramo-nos que a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas caiu; o Muro de Berlim foi derrubado; os Estados Unidos elegeram um Presidente negro, até a China e Cuba começam a abrir-se ao mundo. Por isso, nada é impossível mudar e só a mudança é capaz de gerar a diferença. Fazemos por isso votos de que 2009 seja um ano de mudança, gerador de diferença e renovador da esperança, isto porque adoptando as palavras do Dr. Luís Marques Mendes com que comecei e que ele proferiu em 2005 “não podemos continuar a andar para trás”. Um bom ano. =====

===== Seguidamente, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, concedeu o uso da palavra ao Senhor Dr. Isidro Figueiredo, do PSD. =====

===== Boa tarde. É no mínimo caricato, a um ano do final do mandato, estarmos a fazer o balanço desse mesmo mandato. No mínimo, faz-me supor que o Partido Socialista vai de armas e bagagens para outras paragens, certamente, já que deu como encerrado o seu trabalho nesta Assembleia Municipal. Tempo de balanço, tempo de balanço, será certamente daqui a um ano, mais coisa menos coisa, quando não só os Membros desta Assembleia se pronunciarem sobre aquilo que foi o mandato, não apenas da Câmara Municipal, mas também daquilo que é o nosso mandato, que exercemos aqui nesta Assembleia e que devemos também fazer esse julgamento. É certo que, apesar da visão aqui apresentada pelo Partido Socialista, nada de novo nos trás, sempre a mesma visão pessimista, sempre a mesma visão negativista com a qual certamente não comungamos, com a qual certamente não estamos de acordo. Também não posso dizer, de forma nenhuma, que tudo vai bem em Oliveira de Azeméis, mas não há só coisas más, não há só catástrofes, muito se faz com as limitações que temos, muito se faz para que se consiga proporcionar em tempos de crise, como aquele em que vivemos, melhores condições, melhor qualidade de vida a todos os nossos concidadãos. Mas esta sugestão permite-me lembrar, sobretudo, este ano que termina. E este ano que termina ficou marcado sobretudo por uma, e nesta Assembleia Municipal, questão que já vinha a arrastar-se desde Junho de 2007. Como sabem, e como é sabido, o empréstimo no valor de trinta e quatro milhões de euros que aqui aprovamos, foi viabilizado pelo Tribunal de Contas no final do mês de Outubro. Uma solução viabilizada por um Plano de Saneamento Financeiro credível e sustentado, que tem vindo a mostrar resultados positivos e que tem sido implementado com sucesso pela Câmara Municipal. Aliás, sobre isso também iremos falar aquando das Opções do Plano e Orçamento.

Uma solução viabilizada certamente pela determinação e arrojo com que o Partido Social Democrata sempre encarou esta medida, que recorde não é mais do que apropriação de um mecanismo legal que está previsto na Lei. Se é certo que na versão da Lei que sustentava o primeiro pedido de visto ao Tribunal de Contas, poderia haver algumas dúvidas, a Lei actualmente em vigor veio dissipar quaisquer dúvidas e deu razão às nossa pretensões. Uma solução viabilizada apesar do antagonismo insistente e demagógico da Oposição com assento nesta Assembleia, em particular do Partido Socialista, que mais não fez desde Junho de 2007, como disse numa Assembleia Municipal realizada em Nogueira do Cravo, altura em que iniciamos este processo. Por um lado, o Partido Socialista, tentar denegrir a imagem pública da Câmara Municipal, por outro, com enorme ruído quer na comunicação social, quer nas reuniões camarárias, quer nesta Assembleia, tentando trazer sempre mais e mais areia para a engrenagem, ora atirando-nos com o ónus da teimosia e da ilegalidade, ora com as questões da interpretação jurídica, ou até de simples interpretação da questão relativa ao que seria a situação de ruptura conjuntural ou estrutural. Uma solução viabilizada, apesar de procurarem sempre o problema em vez da solução, porque o Partido Socialista estava mais interessado em prolongar o problema do que encontrar a solução. Isto para além de apresentar um conjunto de epítetos relativos à gestão camarária que certamente não se coadunam com o sentido da decisão tomada pelo Tribunal de Contas. Ora, o que mais se esperava de uma Oposição responsável era que para além daquilo que ideologicamente nos divide, solidariamente se juntasse a nós na procura de uma solução que tivesse em mínimo de conta o supremo interesse dos Oliveirenses e em particular dos fornecedores da Câmara Municipal. Não foi esse o caminho seguido pelo Partido Socialista, mas foi esse o trilho que percorremos cientes de que a razão estava do nosso lado, tal como se veio a confirmar. Foi graças a essa determinação que os fornecedores, e quando falo nos fornecedores falo em especial das associações, colectividades, Juntas de Freguesia e outras entidades, terem visto satisfeitos os compromissos que a Câmara Municipal tinha para com eles. Mas recorde também, que mesmo sem este empréstimo e respectivo Plano de Saneamento Financeiro aprovada, a Câmara Municipal já tinha colocado em prática, e cumprido escrupulosamente um plano de pagamentos para com as associações e colectividades, regularizando situações a que urgia dar uma resposta eficaz. As Juntas de Freguesia têm as transferências de capital em dia, estando todas as Juntas, e digo todas sublinhando aqui aquelas que não votaram favoravelmente o Plano de Saneamento financeiro, com a situação a ser regularizada pela Câmara Municipal. Também não deixa de ser curioso e sintomático que a um ruído ensurdecedor, durante o período em que votamos pela aprovação do Plano de Saneamento Financeiro, o Partido Socialista tenha remetido repentinamente a um comprometedor silêncio. Silêncio inconveniente, por exemplo até no que diz respeito às verbas que o PIDDAC destina e atribui ao concelho de Oliveira de Azeméis. Bem sabemos que há outros instrumentos de financiamento para a comparticipação do Estado para a realização das obras. Sabemos, não discutimos essa questão. E um desses instrumentos é a celebração de contratos-programa com cada autarquia. No entanto, deixava aqui um repto e uma pergunta ao Senhor Presidente da Câmara, se tiver essa disponibilidade de informação, que é seguinte: quantos contratos-programa foram estabelecidos pelo Governo com a Câmara Municipal, relativamente a obras a desenvolver no concelho de Oliveira de Azeméis? E, mediante essa resposta, certamente teremos a confirmação de que o investimento no nosso concelho por parte do Governo Central é irrelevante, vendo-se obras importantes sucessivamente adiadas, em alguns casos adiada apenas a sua conclusão. =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Ápio Assunção, Presidente da Câmara Municipal, para prestar os devidos esclarecimentos.* =====

===== *Senhor Presidente, eu gostaria que numa próxima intervenção da Dra. Helena Terra, arranjasse forma de acompanhar com um violino, porque acho que na sala se ouvia melhor ainda aquilo que dizia com o acompanhamento de violino. Eu vou falar sobre os contratos-programa. Deste Governo a Câmara Municipal teve zero de contratos-programa. Os contratos-programa que nós fizemos: está um em vigor, com a DREN que apoia com €250.000,00 (duzentos e cinquenta mil euros) o pavilhão-oficina; tivemos um contrato-programa, feito noutra tempo, a apoiar a Escola Soares de Basto, em que fizemos aquela intervenção e creio que tivemos um contrato-programa para a Estrada 224, a EN1 e para a 163. São contratos-programa dos Governos anteriores, portanto deste Governo não temos nenhum contrato-programa. A Biblioteca não tem contrato-programa, é PIDDAC e candidatura. Eu queria falar muito rapidamente sobre algumas questões que a Senhora Deputada acabou de referir. Esquece-se, quando fala em saneamento diz que é zero. Dá a impressão que a Senhora Deputada não conhece Oliveira de Azeméis. Não conhece. Não conhece o que se fez em Cesar/Macieira de Sarnes, mas estão aqui os Presidente de Junta que conhecem, o que se fez de saneamento e repavimentações de vias em S. Roque e Nogueira de Cravo, em Cucujães, em Oliveira de Azeméis, em Santiago de Riba-Ul. Ainda há um ano fomos lá inaugurar um troço bastante grande e bastante caro. Se isto não é saneamento, não sei o que é que se chama, é meter os tubos debaixo do alcatrão e depois alcatroar outra vez. Não temos acessibilidades? O que é a D. Maria I? Não é uma acessibilidade? Fui eu que a comecei. O que é a ligação a S. Roque? Não é nenhuma acessibilidade? Fui eu que a comecei. A Praça da Cidade, a pedonização, nasceu por obra e graça do Divino Espírito Santo. A Ludoteca, que brevemente vai ser inaugurada, o Arquivo Municipal. E depois ainda vêm falar que subimos o IMI, mas não se fala que se reduziu drasticamente a derrama e a derrama não foi reduzida somente por efeito dos lucros das empresas terem baixado, mas também por alteração que o Governo introduz no cálculo da derrama. Atenção que era 8% que nós recebíamos antes e agora é uma outra fórmula que aplicam. Relativamente à cidade ser mais atractiva, que está mais atractiva, disso eu não tenho dúvida nenhuma, não tenho dúvida absolutamente nenhuma de afirmar isso, só não afirma quem por má-fé não quer ver as coisas que estão feitas. Senhora Dra., eu vou continuar a trabalhar, gosto muito de a ouvir com esse tom agradável, muito agradável e desejo-lhe um bom ano e depois no final do ano cá estaremos para fazer o balanço.* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra à Senhora Dra. Helena Terra, do PS, para fazer uma interpelação à Mesa.* =====

===== *Foram ditas coisas que não podem de forma nenhuma passar em claro, sob pena de eu ter que chamar a atenção e vou novamente voltar a citar o Senhor Presidente Ápio Assunção em Outubro de 2005, quando ele referia que era preciso ter ética no exercício da actividade política. É precisamente em nome dessa ética no exercício da actividade política que eu sou forçada a fazer esta interpelação à Mesa. Senhor Presidente, nós dois já várias vezes, e em público, dissemos que uma coisa que se chama PIDDAC não serve rigorosamente para coisa nenhuma, senão para ser instrumento de arremesso político-partidário, consoante estamos ora no poder ora na oposição. Nessa matéria estamos ambos de acordo, o que diz bem daquilo que cada um de nós conhece do dito instrumento, é pena que provavelmente sejamos os únicos nesta sala, ou pouco mais para além de nós, estejam em acordo com isto. Foi aqui dito que eu*

precisarei de um violino para me acompanhar. Senhor Presidente, não imagina como eu tomo isso como um enorme elogio, isso quer dizer que eu no mínimo sou capaz de cantar, ainda que hoje esteja rouca, mas isso tem a ver com o tempo e com as gripes que para aí andam. V. Exa., que pelos vistos se escusa de ter um violino, é porque não é capaz de cantar, porque quanto a encantar nós todos já concluímos que também não é capaz de o fazer e, portanto, haja entre nós alguma diferença. Relativamente àquilo que aqui foi referido a propósito de contratos-programa, eu quero referir que isto é uma pergunta absolutamente perniciososa e que contraria tudo aquilo que é a ética no exercício da actividade política, porque eu permito-me dizer que o Estado financia investimento em todo este País e, portanto, também no Município de Oliveira de Azeméis, sem precisar de um PIDDAC e sem precisar de um contrato-programa. Eu quero-lhe só lembrar duas coisas às quais o meu colega e amigo Isidro Figueiredo com certeza absoluta não fugirá e pergunto: qual foi o contrato-programa que foi outorgado, ou se é preciso um contrato-programa, para que as Piscinas Municipais de Oliveira de Azeméis tenham para a sua construção uma comparticipação do Estado, entre Estado e Fundos Comunitários, 90%? Isto só para lhe dar um exemplo, mas vou dar-lhe mais exemplos. Eu vou citar novamente o Senhor Marcial Santiago que a determinada altura passou a ser o “ponta de lança” da questão do Centro de Saúde de Oliveira de Azeméis, e há uns anos atrás dizia ele que jamais acreditaria que se fizessem obras no Hospital de S. Miguel e eu quero-lhe dizer que não foi preciso nenhum PIDDAC para que as obras nas Urgências do Hospital S. Miguel fossem efectuadas, pois mal de nós se as que foram feitas tivessem sido pagas com a verba que lá estava e quero-lhe dizer que não foi preciso nenhum PIDDAC para que as obras fossem feitas e pagas por este Governo, e muito bem que só cumpriu com a sua obrigação. Quero-lhe dizer que não foi preciso nenhum PIDDAC, nem nenhum contrato-programa específico para que o Governo pagasse a nova ligação à auto-estrada em Estarreja. Isto só para lhe dar alguns exemplos. E, portanto, meus caros amigos pensemos e não queiramos de forma nenhuma, e isto sim pode ser atirar areia para os olhos dos Oliveirenses, isto sim pode ser atirar areia para os olhos dos Oliveirenses, e, portanto, chamemos as coisas pelos nomes e não queiramos inventar a falta de um qualquer contrato-promessa para que isto aconteça ou deixe de acontecer, porque senão eu dou-lhe um outro exemplo: o espaço onde nos encontramos e a comparticipação, fundos estatais, para a sua construção, e muito bem, muitíssimo bem. Agora não acenemos com bandeiras que não servem de coisa nenhuma. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para dar explicações. =====

===== Só quero esclarecer uma coisa, a Assembleia precisa de ser esclarecida, é que as verbas que estão no PIDDAC, relativamente à saúde, são para pagar o que se fez, mas com certeza que é a dívida do Governo, que com certeza fez obra sem cabimento. As Câmaras Municipais são penalizadas, as Câmaras Municipais são inspeccionadas e o Governo faz isto. Comprem os livros que vocês quiserem para a biblioteca e depois eu vou-vos enviando o dinheiro aos bocadinhos, é assim tal e qual. O Dr. Bento e o Dr. Lima que arranquem com as obras, custe o que custar, e depois o dinheiro aparece mais tarde. Eu sei o que custou para receber do protocolo que tínhamos relativamente a Soares de Basto, eu sei o que custou e tenho registos. Posso ainda acrescentar que nós temos uma Inspeção das Finanças, e bem, eu gosto imenso de inspecções dentro da Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis. Quero partilhar convosco a reunião que eu tive com os dois Inspectores das Finanças, também estive o Executivo presente e técnicos da parte financeira, e nós perguntámos “como é que está a correr?” e eles disseram “tomáramos muitas Câmaras no País como a vossa”. =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia Municipal interveio da seguinte forma:* =====

===== *Está encerrado o período de intervenções e de esclarecimentos, um longo período de intervenções, quero-vos dizer que apesar de tudo não houve muitos excessos em termos de tempo. O Partido Socialista ultrapassou em quatro minutos na primeira versão e depois mais cinco na segunda versão, ultrapassou o tempo tal como o CDS/PP e o PCP-PEV, mas não foi muito, eu reconheço que não foi muito e agradeço a vossa compreensão e por terem acedido ao pedido que formulei no início da Assembleia. Vamos agora votar. Nós temos um voto de congratulação que foi apresentação pelo PS e pelo PSD que se prende com a prestação dos dois Oliveirenses que participaram no programa “Uma Canção para Ti” da TVI e que passaram à final do referido evento, deu ontem na TVI.* =====

===== *Foi apresentado o seguinte voto de congratulação: “A Assembleia Municipal manifesta o seu regozijo pela prestação dos dois Oliveirenses – Miguel Silva e Diana Oliveira – no programa da TVI “Uma Canção para Ti” e a sua consequente passagem à final do referido evento”.* =====

===== *Colocado à votação o voto de congratulação pela prestação dos dois Oliveirenses – Miguel Silva e Diana Oliveira – no programa da TVI “Uma Canção para Ti” e a sua consequente passagem à final do referido evento, foi o mesmo aprovado por unanimidade.* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu continuidade aos trabalhos:* =

===== *Temos agora também dois votos de pesar, também apresentados pelas duas Bancadas, um pelo falecimento do familiar próximo, neste caso concreto pela Mãe do Prof. Isidro Figueiredo e também pelo falecimento de um jovem candidato a Bombeiro, não sei bem o termo que se utiliza nestas situações, julgo que estava na Escola de Bombeiros, aspirante a bombeiro, que faleceu, um jovem de S. Roque que se chamava José Mário Ribeiro.* =====

===== *Foi apresentado o seguinte voto de pesar: “A Assembleia Municipal manifesta o seu profundo pesar pelo falecimento da Mãe do Prof. Isidro Figueiredo, Membro desta Assembleia Municipal. Pelo sucedido, propomos a realização de um minuto de silêncio em sua homenagem”.* =====

===== *Colocado à votação o voto de pesar e minuto de silêncio pelo falecimento da Mãe do Prof. Isidro Figueiredo, Membro da Assembleia Municipal, foi o mesmo aprovado por unanimidade.* =====

===== *Foi apresentado o seguinte voto de pesar: “A Assembleia Municipal propõe a aprovação de um voto de pesar pelo falecimento do jovem Bombeiro Oliveirense José Mário Ribeiro, residente na freguesia de S. Roque, vítima de acidente de viação no passado dia 20 de Dezembro”.* =====

===== *Colocado à votação o voto de pesar e minuto de silêncio pelo falecimento do jovem Oliveirense José Mário Ribeiro, foi o mesmo aprovado por unanimidade.* =====

===== *Fez-se um minuto de silêncio.* =====

=====*Após todas as intervenções e esclarecimentos dados, o Senhor Presidente da Mesa deu como terminado o “Período de Antes da Ordem do Dia”.*=====

=====**PERÍODO DA ORDEM DO DIA (ART.º 20º DO REGIMENTO)**=====

=====*Seguindo os trabalhos, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, deu início ao Período da Ordem do Dia.*=====

=====**Ponto um:** *Votação das actas nºs 29 e 30.*=====

=====*Foram presentes para aprovação as seguintes actas: n.º 29 – Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal, realizada em 05.09.2008 e n.º 30 – Sessão Ordinária da Assembleia Municipal, realizada em 29.09.2008.*=====

=====*Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição.*=====

=====*Posto isto, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, colocou o ponto número um à votação, sendo aprovadas por unanimidade as actas nºs 29 e 30.*=====

=====**Ponto dois:** *Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da actividade e situação financeira do Município.*=====

=====*Pela Câmara Municipal, foi apresentado um “dossier” exaustivo dando a conhecer todas as actividades realizadas pela Câmara Municipal, assim como a situação financeira do Município.*=====

=====*O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para iniciar a discussão do ponto.*=====

=====*Eu penso que os Grupos já devem ter lido a informação, que é a informação de índole financeira.*=====

=====*De seguida, o Senhor Presidente da Assembleia abriu as inscrições para a discussão deste ponto, não se registando pedidos de inscrição.*=====

=====*A Assembleia Municipal apreciou e tomou conhecimento da referida informação.*

=====**Ponto três:** *Isenção de documentos entregues ou fornecidos via electrónica – Autorização.*=====

=====*Pela Câmara Municipal, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando que: 1) Os serviços e organismos da Administração Pública estão ao serviço do cidadão e devem orientar a sua acção de acordo com os princípios da qualidade, da protecção da confiança, da comunicação eficaz e transparente, da simplicidade, da responsabilidade e da gestão participativa, tendo em vista privilegiar a opção pelos procedimentos mais simples, cómodos, expeditos e económicos e adoptar procedimentos que garantem a sua eficácia e a assunção de responsabilidades por parte dos funcionários (art. 2.º alíneas d) e e) do DL 135/99, de 22 de Abril); 2) O município de Oliveira de Azeméis está em fase de implementação de várias*

medidas de simplificação administrativa, nomeadamente através de criação de mecanismos electrónicos de interacção do cidadão com o município; 3) Com a implementação da medida anteriormente referida se pretende: a) Aumentar a celeridade no tratamento das Pretensões dos Cidadãos uma vez que será eliminada a tarefa de digitalização de todos os Documentos de Entrada; b) Reverter para o Cidadão a poupança que o município obterá e motivar os mesmos a utilizar as novas ferramentas ao seu dispor. c) Reduzir os encargos administrativos e custos de contexto que passam a reverter para benefício do Cidadão. 4) A assembleia municipal pode, por proposta da câmara municipal, através de deliberação fundamentada, conceder isenções totais ou parciais relativamente aos impostos e outros tributos próprios (art. 12.º n.º 2 da Lei das Finanças Locais), propõe-se: 1) A aprovação da proposta de isenção parcial, na percentagem de 15% do pagamento de todas as taxas, cujos procedimentos (requerimentos, documentos que instruem os processos) tramitem via electrónica; 2) A aprovação da proposta de isenção total da taxa de emissão de planta topográfica fornecida on-line pelo município; 3) A posterior remessa das referidas isenções para aprovação na próxima reunião da Assembleia Municipal, nos termos e para os efeitos do art. 12.º n.º 2 da Lei das Finanças Locais”. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====

===== Encontra-se o Município em fase de implementação de diversas medidas de simplificação administrativa, designadamente a possibilidade de entrega de documentos pela via electrónica, visando desta forma satisfazer as necessidades dos seus Municípes de uma forma mais simples, cómoda, expedita e económica. Dado que cabe a esta Assembleia Municipal pronunciar-se sobre as isenções de taxas e impostos sob proposta da Câmara Municipal, propõe-se: a isenção de 15% no pagamento de todas as taxas, cujos procedimentos (requerimentos, documentos que instruem os processos) que sejam apresentados por via electrónica; a isenção total da taxa de emissão de planta topográfica fornecida on-line pelo Município. =====

===== Aberto o período de inscrições, registaram-se os pedidos de inscrição dos Senhores Filipe Carvalho e Helder Simões. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Eng.º Filipe Carvalho, do PSD. =====

===== Boa tarde a todos. No passado dia 19 mais uma vez o Município de Oliveira de Azeméis foi reconhecido por um Membro do Governo, a Senhora Secretária de Estado da Modernização Administrativa, como sendo um concelho moderno e dinâmico. Isto devidamente publicado na comunicação social. A Câmara Municipal fazendo justiça aos vários elogios apresentou o seu Portal Geográfico. Esta ferramenta é de grande importância e utilidade para os cidadãos Oliveirenses e não só, pois faculta-nos um vasto leque de informação com plantas topográficas, a toponímia do concelho, entre outras. No conforto das nossas casas, por exemplo, podemos agora imprimir as plantas topográficas para os pedidos de licenciamento que pretendemos fazer. Tentando ajudar a população numa altura de crise económica poderemos obter um desconto de 15% das taxas, quando a apresentação da documentação for por via electrónica. Sabemos que o desconto é baixo, mas demonstra a vontade deste Executivo em tentar ajudar os Municípes da melhor forma possível. =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Helder Simões, do PS.* =====

===== *Muito boa tarde a todos. Que a quadra natalícia esteja a correr pelo melhor e que o ano 2009 seja profícuo para todos. Concretamente sobre este ponto da ordem de trabalhos, eu só queria deixar aqui duas pequenas notas. A primeira, é que isto está feito numa perspectiva de isenção parcial e poderia, a nosso ver, estar com um preço diferenciado na própria tabela de taxas e licenças da Câmara Municipal, que todos os processos que seguissem esta via tivessem um preço diferenciado. O objectivo final será o mesmo, mas em termos de burocracia da própria Câmara Municipal parece-nos que será muito mais fácil, porque evita que depois a Assembleia Municipal tenha que vir posteriormente a ratificar todas estas isenções que serão concedidas. Estamos em crer que fruto da modernização, até do parque informático da casa de cada um de nós, muitos serão os Municípios que poderão recorrer a esta via. Portanto, será um expediente burocrático para a Câmara Municipal ter que na Assembleia Municipal seguinte proceder à ratificação destas isenções, pelo que está explanado na proposta. A segunda questão, tem a ver com a isenção total da taxa de emissão da planta topográfica, isto está nestes moldes, isto não é uma isenção, é uma valência que o Portal Geográfico disponibiliza, são os próprios Municípios que imprimem e têm os custos em sua casa de um documento que o PS por várias vezes disse aqui e propôs aqui na Assembleia Municipal, que mesmo não sendo em casa dos cidadãos, que a Câmara Municipal deveria fornecê-la gratuitamente. Não o fazendo nos serviços da Câmara Municipal, pelo menos já é um caminho a seguir. A Câmara Municipal exige este documento, que é um documento interno da Câmara Municipal e mesmo nos serviços da Câmara Municipal deveria isentar no que diz respeito à emissão da planta topográfica. De qualquer das formas, corroboramos a opinião de 15%, que se calhar será um desconto manifestamente escasso. Esta Câmara Municipal não está a fazer redução, o que a Câmara Municipal está a dizer é que o custo que a Câmara Municipal não tem passa para o Município e terá chegado a um valor de 15% e isto não é nenhum benefício extra que a Câmara Municipal está a ter, são custos que o Município tem, que passa a pagar menos. De qualquer das formas consideramos e achamos que deve ser esse o caminho e se possível no futuro cada vez maior o valor da redução. Mas deixava aqui aquela nota do procedimento burocrático, porque a nosso ver parece demasiado pesado. É só. Obrigado.* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para dar explicações.* =====

===== *O Senhor Presidente da Câmara Municipal delegou a palavra ao Senhor Vereador Dr. António Rosa, para prestar os devidos esclarecimentos.* =====

===== *Muito boa tarde a todos. Foi importante a intervenção do Helder Simões, para clarificar ou para colocar uma questão que não havia surgido e que penso que é importante clarificar. A proposta efectivamente diz posterior remessa, mas pretendendo-se referir à Assembleia de hoje e não naturalmente a cada acto individual, ou seja, isto é uma proposta para reunião de Câmara, foi à reunião de Câmara e posteriormente a remessa à Assembleia Municipal para esta decisão de deliberação genérica, obviamente que não é para cada caso que seja aplicada a isenção, que tenha de vir cá, naturalmente seria absolutamente dispensável. Eu gostava só de fazer aqui uma referência a pretexto deste ponto, enfim porque não posso deixar de o fazer, a pretexto de uma intervenção já aqui foi feita, o carácter irónico com que ela foi feita, dispensou-me de qualquer esclarecimento, mas penso que aqui é importante fazê-lo. É*

notório, é conhecido, aliás há aqui uma incoerência também, porque conhecedores que são deste ponto a intervenção do “Período de Antes da Ordem do Dia” acaba por deixar de ter cabimento. Obviamente que a Câmara Municipal nunca disse a ninguém, em nenhum local, que tinha um site interactivo com os Municípios e que prestava serviços através do site e, portanto, o ranking referido pelo Bruno Aragão refere-se a um ranking de sites de Câmaras Municipais. A Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis é efectivamente um exemplo de modernização administrativa e isto não o dizemos com qualquer pertença, glória pessoal, é porque é um facto e porque investimos aqui para melhorar a vida dos Municípios na relação com a Câmara Municipal. E tem sido feito um trabalho de grande alcance ao nível da estruturação interna da Câmara Municipal, que nos permite agora dar um passo adicional na relação do Município através do site e, portanto, assinámos há dias um Simplex autárquico em que dentro de seis ou sete medidas, sete medidas aliás, a que a Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis se propõe em termos de simplificação, está uma também que tem a ver com um GAM on-line, que logicamente não na totalidade dos serviços, mas com uma lógica crescente vamos disponibilizando serviços aos cidadãos através da Internet. Este é o objectivo e é por este objectivo ser uma realidade que aqui se trás antecipadamente esta proposta de isenção, tendo em conta que isso acontecerá a breve prazo. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu novamente a palavra ao Senhor Helder Simões, do PS, para mais um pedido de esclarecimentos. =====

===== Senhor Vereador, só uma questão, porque a Lei das Finanças Locais diz claramente que têm que vir à Assembleia Municipal todas as isenções, quer dizer isto não é genericamente, é todas as isenções. Portanto, partindo do princípio que vamos isentar todos os Municípios isso depois tem de ser ratificado pelo menos, aliás já aqui fizemos com a questão da cedência dos autocarros e isenções parciais. Portanto, a questão aqui era preventiva na medida que se fosse um preço definido na tabela de taxas e licenças evitaríamos talvez isso. Por mim, não vejo inconveniente que a Câmara Municipal queira ter trabalho. Quando diz a questão, e volto aqui a trazer a questão da intervenção do Bruno Aragão, importa sintetizar o seguinte: o Bruno Aragão única e simplesmente da questão da presença da Câmara Municipal na Internet e essa é uma presença que revela também modernização administrativa, ou pode revelar, e à data de 2007 já o Município de Oliveira de Azeméis apregoava isto como uma bandeira de modernização administrativa e nesta parte concreta estava muito aquém daquilo que já se fazia em muitos outros Municípios. Aquilo que o Município por vezes tanto se vangloria de que outros Municípios vêm cá ver as experiências de modernização administrativa, o Município de Oliveira de Azeméis deve ir ao Município de Pombal e/ou ao Município da Maia perceber o que é que são sites de Internet e interactividade com os Municípios. Portanto, não deve ser só cá receber as pessoas, deve ir também procurar esses ensinamentos, porque isto da modernização administrativa, eu há bocado dizia em jeito de brincadeira, tem muito que se lhe diga, o cidadão comum não percebe isto, se calhar internamente para a Câmara Municipal interessa que a modernização administrativa possibilite saber exactamente, e ao dia, quantos buracos é que existem nas estradas de Oliveira de Azeméis, mas ao cidadão interessa é o resultado disso, e o resultado disso é que vêem os buracos na rua e não os vêem tapados. Portanto, a modernização administrativa não tapa buracos, pode permitir que o Executivo Municipal saiba em cada momento quantos buracos é que tem, mas não os tapa. Portanto, isso é que interessa ao cidadão comum, o trabalho final. Obviamente que a modernização administrativa, na maioria dos casos, serve os autarcas e ajuda os autarcas, os cidadãos em muitos dos casos não percebem, nem sentem no seu dia-a-dia tanto apregoar da administração administrativa. É só. =====

=====
 ===== *Posto isto, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número três à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada.* =====

=====
 ===== **Ponto quatro:** *Perda de qualidade de associado efectivo fundador do IAREN do Município de Oliveira de Azeméis – Autorização.* =====

=====
 ===== *Pela Câmara Municipal, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando que: 1) Os municípios dispõem de atribuições no domínio do ambiente e saneamento básico, competindo aos Órgãos Municipais o planeamento, gestão de equipamentos e a realização de investimentos no domínio dos sistemas municipais de abastecimento de água (art. 13.º n.º 1 alínea l) e 26.º n.º 1 alínea a) da Lei n.º 159/99, de 14 de Setembro); 2) Compete à Assembleia Municipal, em matéria regulamentar e de organização e funcionamento, sob proposta da Câmara, autorizar o município, nos termos da lei, a integrar-se em associações e federações de municípios a associar-se com outras entidades públicas, privadas ou cooperativas e a criar ou participar em empresas privadas de âmbito municipal que prossigam fins de reconhecido interesse público local e se contenham dentro das atribuições cometidas aos municípios, em quaisquer dos casos fixando as condições gerais dessa participação (art. 53.º n.º 2 alínea m) da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro e posteriores alterações); 3) Compete à Câmara Municipal, no que respeita às suas relações com outros órgãos autárquicos, apresentar à Assembleia Municipal propostas e pedidos de autorização, designadamente em relação às matérias constantes do n.º 2 a 4 do art. 53.º (art. 64º n.º 6 alínea a) da lei n.º 169/99, de 18 de Setembro e posteriores alterações); 4) A associação IAREN tem por objecto o exercício da actividade científica e tecnológica em investigação e desenvolvimento experimental e em outras actividades científicas e técnicas no domínio das análises e do tratamento de águas, nomeadamente a prestação de serviços e a colaboração com organismos, empresas e instituições universitárias e não universitárias (art. 3.º n.º 1 dos Estatutos do IAREN); 5) Conforme consta do art. 5.º n.º 2.2.1 dos estatutos do IAREN, o município de Oliveira de Azeméis é associado efectivo fundador; 6) De acordo com o art. 7.º n.º 2.2.1 dos estatutos do IAREN, perdem a qualidade de associado efectivo, os que, por escrito, o solicitarem à Direcção; 7) O município actualmente não tem utilizado os serviços prestados pelo IAREN, uma vez que recorre, nos termos da lei, aos mecanismos de contratualização com as empresas existentes no mercado, tendo obtido prestações de serviço com o mesmo nível de qualidade, mas com preços mais económicos e competitivos, pelo exposto propõe-se: 1) Que se delibere aprovar a proposta de perda de qualidade de associado efectivo do IAREN nos termos e para os efeitos do art. 64.,º n.º 6 alínea a) da lei n.º 169/99, de 18 e Setembro e posteriores alterações, com o fundamento por um lado, da redução de benéficos auferidos do IAREN e por outro, do aumento das vantagens inerentes para o município de Oliveira de Azeméis, nomeadamente no que diz respeito à contratualização dos serviços com o mesmo nível de qualidade e a preços mais económicos e competitivos; 2) Que se remeta a proposta aprovada para autorização da perda de qualidade de associado efectivo fundador para a Assembleia Municipal, nos termos e para os efeitos do art. art. 53.º n.º 2 alínea m) da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro e posteriores alterações; 3) Que se solicite, por escrito à Direcção, nos termos e para os efeitos do art. 7.º n.º 2.2.1 dos estatutos do IAREN a perda de qualidade de associado efectivo do Município de Oliveira de Azeméis”.* =====

=====
 ===== *O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos.* =====

=====*Tendo em conta que o Município é sócio fundador do IAREN, entidade que se dedica à actividade científica e tecnológica no domínio de tratamento de águas e que actualmente não tem utilizado os serviços prestados por este Instituto, uma vez que recorre aos mecanismos de contratualização com empresas existentes no mercado, tendo obtido prestações de serviço com o mesmo nível de qualidade mas a preços mais competitivos e económicos. Propõe-se que seja aprovada a proposta de perda de qualidade de associado efectivo do IAREN.*

=====*Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição.*=====

=====*Posto isto, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número quatro à votação, tendo sido deliberado por unanimidade autorizar a perda de qualidade de associado efectivo fundador do IAREN do Município de Oliveira de Azeméis.*=====

=====***Ponto cinco:** Protocolo celebrado entre a Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto e o Município de Oliveira de Azeméis em 14/11/2008 – Autorização/Ratificação.*=====

=====*Pela Câmara Municipal, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando que: - Em 14 de Novembro de 2008, foi entre o Município de Oliveira de Azeméis e FEUP – Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, celebrado Protocolo de colaboração, o qual define os termos e as condições da colaboração institucional para a realização do projecto de mestrado do colaborador Rui Miguel Nunes Brandão de Pinho Soares, propõe-se: - A ratificação do citado Protocolo, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de actas, com efeitos e nos termos nele constante, ao abrigo do disposto no artigo 137º do C.PA, bem como convalide todos os actos entretanto praticados; - Se submeta a presente proposta à Assembleia Municipal para os mesmos efeitos e do determinado na alínea m) nº 2 do art.º 53º da Lei nº 169/99 de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro.”*=====

=====*O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos.*=====

=====*O presente protocolo surge no âmbito de um projecto de mestrado do colaborador Rui Miguel Soares, na área de Engenharia Informática e Computação e tem como objectivo o desenvolvimento de uma plataforma de serviços da rede de bibliotecas de Oliveira de Azeméis, que visa a constituição de um catálogo colectivo das bibliotecas escolares do concelho, integradas no programa nacional de rede de bibliotecas escolares, incluindo a Biblioteca Municipal e vinte e três bibliotecas escolares.*=====

=====*Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição.*=====

=====*Posto isto, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número cinco à votação, tendo sido deliberado por unanimidade autorizar/ ratificar o protocolo celebrado entre a Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto e o Município de Oliveira de Azeméis em 14/11/2008.*=====

=====***Ponto seis:** Protocolo celebrado entre o Município de Oliveira de Azeméis e a Freguesia de Macieira de Sarnes, para cedência de instalações para funcionamento da sede da Junta de Freguesia – Autorização/Ratificação.*=====

=====
 ===== *Pela Câmara Municipal, foi apresentada a seguinte proposta: “Tendo em conta que: - Em 26 de Novembro último, foi entre o Município de Oliveira de Azeméis e a Freguesia de Macieira de Sarnes celebrado protocolo, tendo como objecto a cedência de instalações para funcionamento da sede da Junta de Freguesia, propõe-se: A ratificação do referido protocolo, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de actas, ao abrigo do disposto no n.º 3 do artigo 68.º da Lei n.º 169/99 de 18 Setembro, na redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro. Que o mesmo seja remetido à Assembleia Municipal, para efeitos do determinado na alínea m) n.º 2 do art.º 53.º do referido diploma.”* =====

=====
 ===== *O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos.* =====

=====
 ===== *Sendo o Município proprietário de um edifício onde se encontra instalada a Junta de Freguesia de Macieira de Sarnes, através do presente protocolo é cedida a utilização do referido edifício àquela Junta de Freguesia a título gratuito e pelo período de dez anos, renováveis por iguais períodos, ficando à responsabilidade desta todas as obras necessárias ao bom aproveitamento e funcionalidade do edifício.* =====

=====
 ===== *Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição.* =====

=====
 ===== *Posto isto, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número seis à votação, tendo sido deliberado por unanimidade autorizar/ ratificar o protocolo celebrado entre o Município de Oliveira de Azeméis e a Freguesia de Macieira de Sarnes, para cedência de instalações para funcionamento da sede da Junta de Freguesia.* =====

=====
 ===== **Ponto sete:** *Adenda ao protocolo de delegação de competências celebrado com a Freguesia de Carregosa em 03/10/2005 – Autorização.* =====

=====
 ===== *Pela Câmara Municipal, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando que: - Em 03 de Outubro de 2005, foi celebrado protocolo de delegação de competências entre o Município de Oliveira de Azeméis e a Freguesia de Carregosa; - Para concretização do seu objectivo há necessidade de proceder à alteração da cláusula quarta do referido protocolo, propõe-se que: - Seja aprovada a minuta da adenda ao citado protocolo de colaboração, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de actas, bem como a ratificação de todos os actos entretanto praticados (incluindo pagamentos), com efeitos às datas a que os mesmos respeitem ou foram praticados; - se submeta a presente proposta à Assembleia Municipal para os mesmos efeitos, bem como do determinado na alínea m) do n.º 2 do art.º 53.º da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro.”*

=====
 ===== *O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos.* =====

=====
 ===== *A presente adenda altera a cláusula quarta do protocolo já mencionado, cláusula que se refere concretamente à produção de efeitos do mesmo.* =====

=====
 ===== *Aberto o período de inscrições, registou-se um pedido de inscrição do Senhor Helder Simões.* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Helder Simões, do PS.* =====

===== *Eu só queria que me elucidasse uma questão, porque o ponto tal e qual vem na Ordem de Trabalhos é muito vago, é só corrigir a cláusula quarta e não traz o protocolo anterior, mas eu fui procurá-lo. O protocolo anterior, cujo objecto é a comparticipação financeira para a construção do novo arruamento da EB 2/3 de Carregosa, na cláusula quarta, que se pretende corrigir agora, diz claramente que “o presente protocolo produz efeitos à data da sua assinatura, terminado em 31 de Dezembro de 2005”. Portanto, gostava de saber o que é que justificou que apenas quatro anos depois se venha corrigir um protocolo que tinha sido assinado em Setembro para vigorar até ao final do ano, supostamente para a Junta de Freguesia de Carregosa executar uma obra, que terá executado e que se calhar, o Senhor Presidente ainda há bocado queixava-se que demorava muito tempo a receber do Estado, e eu não quero acreditar que o Presidente da Junta de Freguesia de Carregosa ainda está desde 2005 à espera destes € 150.000,00 (cento e cinquenta mil euros) que estão aqui no presente protocolo. De qualquer das formas deixava aqui esta questão, o que porquê de apenas quatro anos depois estarmos a corrigir este protocolo. É só.* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos.* =====

===== *A obra ainda não estava executada.* =====

===== *Posto isto, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número sete à votação, tendo sido deliberado por unanimidade autorizar a celebração da adenda ao protocolo de delegação de competências celebrado com a Freguesia de Carregosa em 03/10/2005.* =====

===== **Ponto oito:** *Protocolo de delegação de competências a celebrar com a Freguesia de Macinhata da Seixa, para execução de obras de beneficiação da Rua das Ribeiras, Rua do Canto e Travessa do Alto do Monte – Autorização.* =====

===== *Pela Câmara Municipal, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - Os princípios gerais de descentralização de poderes e da cooperação instituída com as Juntas de Freguesia, com o objectivo da melhor e mais rápida satisfação dos interesses das populações; - Que a delegação de competências deve ser acompanhada dos meios necessários ao seu adequado exercício, num quadro de exigente utilização de recursos financeiros, para um maior rigor e eficácia na sua gestão de forma a ser dado cumprimento integral aos princípios gerais de boa conservação e manutenção das ruas, propõe-se: a aprovação da minuta do protocolo, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de actas, a celebrar com a Freguesia de Macinhata da Seixa e se remeta à Assembleia Municipal para efeitos do estabelecido na alínea s) do n.º 2 do art.º 53.º da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, na redacção da Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro”.* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos.* =====

===== *É um protocolo como aqueles que temos vindo a fazer com as várias freguesias, este no valor de € 7.000,00 (sete mil euros).* =====

===== *Aberto o período de inscrições, registou-se o pedido de inscrição do Senhor Bruno Aragão.* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Bruno Aragão, do PS.* =====

===== *Senhor Presidente, a minha intervenção é neste ponto mas extensível aos pontos que se seguem e que dizem respeito à mesma matéria. Antes de começar e porque muitas vezes parece haver alguma dificuldade em se perceber os argumentos contrários (e ainda quero fazer um esforço por acreditar que é isso mesmo e não má fé ou mediocridade), façamos um esclarecimento prévio: Não somos contra o investimento sustentado e devidamente justificado. Repito, não somos contra o investimento sustentado e devidamente justificado. Feito o esclarecimento prévio, e por terem V. Exas. entendido, podemos avançar sem mais necessidade notas prévias ou cartazes publicitários colados aqui ou ali, em jeito de cacique e de mediocridade. As Juntas de Freguesia viram num dos últimos orçamentos reduzidas significativamente as suas receitas. E significativamente significa 42 %, para os muitos que já se esqueceram. Na altura, estes cortes foram justificados pelas restrições orçamentais e financeiras da autarquia, mesmo que se continuem a dizer maravilhas e a afirmar que tudo vai de vento em poupa e que o investimento pulula e, ou temos cuidado, os tropeçamos nele a toda a hora, pelo menos acreditar nas palavras do Senhor Presidente do executivo e de alguns que convictamente o apoiam. Obviamente que não somos alheios às dificuldades financeiras da autarquia, pelo contrário, e que não só as conhecemos como alertamos inúmeras vezes para a sua gravidade. No entanto, política de rigor e transparência não é cortar cegamente porque o dinheiro é pouco, mas antes estabelecer prioridades. E as populações, Senhor Presidente, acredite, são a prioridade. Talvez por isso se compreenda porque na altura fomos frontalmente contra a redução asfixiante do orçamento das Juntas e da sua capacidade de trabalho e autonomia. Também talvez por isso sintamos algum alívio com estes protocolos de delegação de competências que, finalmente, permitirão a execução de obras que mexem directamente com a qualidade de vida das pessoas. Por esta razão, sobretudo por esta, o nosso voto não poderia ser outro que não o da aprovação. No entanto, alívio não significa despreocupação porque muitas questões se colocam ainda. Por isso pergunto: 1. Que Juntas de Freguesia não celebram protocolos de delegação de competências ainda este ano? 2. Que motivo o justifica? 3. Podem estas Juntas beneficiar ainda das verbas de 2008? 4. Como estão os pagamentos e o cumprimento de prazos dos protocolos já assinados? Obviamente que estas verbas suprem algumas das necessidades das Juntas de Freguesia, mas não esqueçamos que este sistema de financiamento imposto por vossa excelência, como resultado do desequilíbrio financeiro do Município também imposto por V. Exa., é altamente redutor autonomia e da capacidade de gestão de qualquer Junta de Freguesia. Queira vossa excelência explicar: 1- Como pode uma Junta de freguesia desenvolver e implementar um plano de actividades sem o mínimo de autonomia? 2- Como pode equacionar investimentos quando está sujeita à aprovação de protocolos deste tipo? 3- Que tipo de planeamento se pode ter sem um orçamento definido antecipadamente? Isto Senhor Presidente, é política-de-semanada, não vão às vezes os meninos não saber fazer um planeamento rigoroso dos seus orçamentos. Um sistema como o anterior, em que cada Junta planeava as suas actividades conhecendo o orçamento de que dispunha, não só permitia agilizar e desburocratizar o financiamento, como sobretudo possibilitava o exercício de verdadeira autonomia e descentralização do poder. Aliás, isto mais não é do que o primeiro considerando que se pode ler nos protocolos agora submetidos a aprovação. Cito: “os princípios gerais de descentralização de poderes, e da cooperação instituída com as Juntas de*

Freguesia, com o objectivo da melhor e mais rápida satisfação dos interesses das populações”. Enfim, não somos contra o investimento, mas sem dúvida que temos formas muito mais eficazes de o potenciar. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====

===== Eu queria acrescentar algo a esta intervenção. Eu gostava de saber se algum Presidente de Junta não concorda com este procedimento que temos vindo a fazer. Se algum Presidente de Junta se manifestar e não queira este procedimento, nós acabamos com estes protocolos. Eu sei que todos estão de acordo com a Câmara Municipal, é a única forma de também aproveitar as Juntas de Freguesia como “braços-de-ferro” para resolver alguns problemas nas freguesias e evita que o pessoal da Câmara se desloque trinta ou trinta e cinco quilómetros e percam tempo. Assim a Junta de Freguesia faz a gestão do dinheiro e depois no final, muitas das vezes, a Câmara Municipal vê se a verba foi suficiente ou se não foi suficiente, porque se não foi suficiente a Câmara Municipal arranja forma de compensar as Juntas de Freguesia. A não ser que os Membros do Partido Socialista não queiram fazer obras deste tipo, eu acho que todos querem. Eu penso que até se esqueceram que no orçamento estão €285.000,00 (duzentos e oitenta e cinco mil euros) destinado a isto e no próximo orçamento vai continuar. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Helder Simões, do PS, para mais um pedido de esclarecimentos. =====

===== Antes de mais deixar aqui uma nota de que o Bruno fez aqui notas concretas que não foram respondidas. Algumas, eu corro o risco de errar, mas penso que não, se afirmar que ainda não veio a esta Assembleia Municipal nenhum protocolo de delegação de competências com as Juntas de Freguesia de Nogueira do Cravo, Fajões e Madail, salvo erro, para aprovação concretamente neste ano de 2008. Estou a fazer uma afirmação, não preciso de fazer por escrito, Senhor Presidente, eu fiz aqui uma afirmação daquilo que conheço e das Ordens de Trabalho da Assembleia Municipal e isso não aconteceu. Mas de qualquer das formas registo esse sentimento do Senhor Presidente, aliás eu tenho feito por escrito uma série de requerimentos, muitos deles há mais de dois meses e continuo sem resposta, portanto seria mais um para ficar se resposta. Senhor Presidente, não o vou fazer, eu estou aqui a fazer uma afirmação, aquela que o Senhor Presidente não quis fazer, eu fi-la aqui. Mas também registei, e isto aqui na qualidade de Tesoureiro da Junta de Freguesia de S. Roque, o seguinte: o Senhor Presidente, disse aqui que caso o valor fosse insuficiente iria fazer a reposição e aumentar essas verbas. Acontece que para a Junta de Freguesia de S. Roque disse exactamente o contrário, ou seja, só dava até x não obstante o valor da obra ser superior a isso. E tanto que aquilo que foi dito é que para averba de € 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil euros) ou € 260.000,00 (duzentos e sessenta mil euros) que estava atribuída para estes protocolos, iria ser distribuída de forma equitativa, utilizando o método de cálculo do Fundo de Financiamento das Freguesias, foi isso que o Senhor Presidente aqui disse. Portanto, não compreendo essa atitude agora de dizer que apenas vai cobrir alguns excessos. Espero que a cobrir, cubra para todos, Senhor Presidente, isso é o que eu lhe peço honestamente, em nome de todos os Presidentes de Junta acho que é isso que se pede. O Senhor Presidente de Câmara, e permita-me que lhe diga isto com toda a franqueza, é hoje Presidente da Câmara mas dá a nítida sensação de que já se esqueceu de que foi Presidente de Junta, porque esta forma é de tal forma extensiva que o

Senhor Presidente corta 42,5% às Juntas de Freguesia e diz que prefere estes contratos-programa. Estes contratos-programa são uma forma, aquilo que o PS diz não é que está contra esta forma, é que preferia a forma anterior e os Presidentes de Junta estou certo que também prefeririam a forma anterior, em que não tinham que andar sistematicamente a pedir um contrato-programa por ano, ou dentro daqueles valores. Faço também o mesmo repto: se há algum Presidente de Junta aqui presente que diga que prefere este sistema agora em vigor ou o anterior, porque isso são as tais perguntas de retórica que nós já sabemos quais são as respostas. Mas queria-lhe também dizer o seguinte: o Senhor Presidente, fala na questão dos protocolos e nas verbas que está a atribuir, mas no tratamento com as Juntas de Freguesia, serão estes os protocolos que justificam que na elaboração do orçamento para o ano 2009, pelo menos que eu tenha conhecimento, nem todas as Juntas de Freguesia foram tidas, nem achadas, sobre quais as iniciativas que queriam para o orçamento de 2009? É que pelo menos eu conheço algumas que não foram tidas, nem achadas, e o Senhor Presidente da Câmara já foi Presidente de Junta e certamente não gostava que isso acontecesse no seu tempo. Reflicta nisso Senhor Presidente, o Senhor Presidente antes de ser Presidente da Câmara Municipal já foi Presidente de Junta e tinha a obrigação de ter mais sensibilidade para esta matéria. É só. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Nuno Jesus, Presidente da Junta de Freguesia de Travanca, para mais um pedido de esclarecimentos. =====

=====Boa tarde a todos. O pedido de esclarecimento é para o Senhor Presidente da Câmara, porque disse aí uma coisa que eu gostei de ouvir, que foi se alguma obra ultrapassar o valor que está estipulado no protocolo a Câmara vai arranjar. É que o protocolo com Travanca inclui duas obras e a verba não dá nem para meia missa. Era só para ficar bem vincado aqui. Relativamente também ao que foi dito, eu próprio, como Presidente de Junta, também preferia a forma antiga, até porque se não tivesse havido o corte dos 42,5% o valor era superior ao protocolo, ou pelo menos à verba, cujos critérios que pelos vistos foram os mesmos critérios do Fundo de Financiamento de Freguesias, é uma verba inferior. Eu gostaria também de dizer aqui, corroborando um pouco o que o Helder disse, não me leve a mal Senhor Presidente, mas dizer-lhe que o Senhor Presidente é Presidente de Câmara e já foi Presidente de Junta e ao que sei o Senhor era Presidente de Junta e Líder da Bancada do PSD na Assembleia Municipal, acho que não estou enganado em dizer isto, e uma das coisas por que se debatia, e muito bem na altura, era não pelo esvaziamento de verbas por parte da Câmara às Juntas, mas pelo contrário. Na realidade, é pena eu ter que dizer isto, mas foi exactamente isso que o Senhor fez, não sei se estarei a “meter a pata na poça” como se costuma fazer, nomeadamente e relativamente ao passado, porque se calhar na altura eu ainda não era considerado gente. Portanto, eram só essas considerações e esclarecimentos que eu queria fazer. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====

===== Já agora aproveito para dizer que quando fui Presidente de Junta, fui vinte anos, nunca tive o apoio que estas Juntas têm. Não tínhamos uma máquina, se quiséssemos alugar uma máquina tínhamos que a pagar, não tínhamos praticamente nada, o que tínhamos era muito pouco e tínhamos que esgadanhar-nos para fazer as obras e fazíamos as obras. =====

=====
 ===== *Posto isto, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número oito à votação, tendo sido deliberado por unanimidade autorizar a celebração do protocolo de delegação de competências com a Freguesia de Macinhata da Seixa, para execução de obras de beneficiação da Rua das Ribeiras, Rua do Canto e Travessa do Alto do Monte.* =====

=====
 ===== **Ponto nove:** *Protocolo de delegação de competências a celebrar com a Freguesia de S. Roque, para execução do arranjo urbanístico do Largo da Capela de S. Roque – Autorização.* =====

=====
 ===== *Pela Câmara Municipal, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - Os princípios gerais de descentralização de poderes e da cooperação instituída com as Juntas de Freguesia, com o objectivo da melhor e mais rápida satisfação dos interesses das populações; - Que a delegação de competências deve ser acompanhada dos meios necessários ao seu adequado exercício, num quadro de exigente utilização de recursos financeiros, para um maior rigor e eficácia na sua gestão de forma a ser dado cumprimento integral aos princípios gerais de boa conservação e manutenção das ruas, propõe-se: a aprovação da minuta do protocolo, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de actas, a celebrar com a Freguesia de S. Roque e se remeta à Assembleia Municipal para efeitos do estabelecido na alínea s) do n.º 2 do art.º 53.º da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, na redacção da Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro”.* =====

=====
 ===== *O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos.* =====

=====
 ===== *Este protocolo é no valor de € 17.025,00 (dezassete mil e vinte e cinco euros). A razão é a mesma.* =====

=====
 ===== *Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição.* =====

=====
 ===== *Posto isto, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número nove à votação, tendo sido deliberado por unanimidade autorizar a celebração do protocolo de delegação de competências com a Freguesia de S. Roque, para execução do arranjo urbanístico do Largo da Capela de S. Roque.* =====

=====
 ===== **Ponto dez:** *Protocolo de delegação de competências a celebrar com a Freguesia de Carregosa, para execução das seguintes obras de beneficiação: Rua das Fontainhas, Rua d’Além, Rua João Correia, Rua da Cavadinha e Rua Mártir S. Sebastião – Autorização.* =====

=====
 ===== *Pela Câmara Municipal, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - Os princípios gerais de descentralização de poderes e da cooperação instituída com as Juntas de Freguesia, com o objectivo da melhor e mais rápida satisfação dos interesses das populações; - Que a delegação de competências deve ser acompanhada dos meios necessários ao seu adequado exercício, num quadro de exigente utilização de recursos financeiros, para um maior rigor e eficácia na sua gestão de forma a ser dado cumprimento integral aos princípios gerais de boa conservação e manutenção das ruas, propõe-se: a aprovação da minuta do protocolo, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de actas, a celebrar com a Freguesia de Carregosa e se remeta à Assembleia Municipal para efeitos do estabelecido na*

alínea s) do n.º 2 do art.º 53.º da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, na redacção da Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro”. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====

===== É um protocolo no valor de € 13.075,00 (treze mil e setenta e cinco euros). =====

===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====

===== Posto isto, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número dez à votação, tendo sido deliberado por unanimidade autorizar a celebração do protocolo de delegação de competências com a Freguesia de Carregosa, para execução das seguintes obras de beneficiação: Rua das Fontainhas, Rua d’Além, Rua João Correia, Rua da Cavadinha e Rua Mártir S. Sebastião. =====

===== **Ponto onze:** Protocolo de delegação de competências a celebrar com a Freguesia de Macieira de Sarnes, para execução de obras de conclusão do troço compreendido entre o campo de futebol (antigo) até à Pedra Má, com saída junto de Cesar e Milheirós de Poiares – Autorização. =====

===== Pela Câmara Municipal, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - Os princípios gerais de descentralização de poderes e da cooperação instituída com as Juntas de Freguesia, com o objectivo da melhor e mais rápida satisfação dos interesses das populações; - Que a delegação de competências deve ser acompanhada dos meios necessários ao seu adequado exercício, num quadro de exigente utilização de recursos financeiros, para um maior rigor e eficácia na sua gestão de forma a ser dado cumprimento integral aos princípios gerais de boa conservação e manutenção das ruas, propõe-se: a aprovação da minuta do protocolo, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de actas, a celebrar com a Freguesia de Macieira de Sarnes e se remeta à Assembleia Municipal para efeitos do estabelecido na alínea s) do n.º 2 do art.º 53.º da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, na redacção da Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro”. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====

===== Este protocolo é no valor de € 8.975,00 (oito mil novecentos e setenta e cinco euros). =====

===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====

===== Posto isto, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número onze à votação, tendo sido deliberado por unanimidade autorizar a celebração do protocolo de delegação de competências com a Freguesia de Macieira de Sarnes, para execução de obras de conclusão do troço compreendido entre o campo de futebol (antigo) até à Pedra Má, com saída junto de Cesar e Milheirós de Poiares. =====

===== **Ponto doze:** Protocolo de Intenções celebrado com a REFER, CP, Município de S. João da Madeira e Município de Santa Maria da Feira – Autorização/ Ratificação. =====

=====
 ===== *Pela Câmara Municipal, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando que: - Em 23 de Novembro de 2008, foi celebrado protocolo de intenções entre o Município de Oliveira de Azeméis, a REFER EPE – Rede Ferroviária Nacional, CP – Caminhos de Ferro Portugueses EP, Município de S. João da Madeira e Município de Santa Maria da Feira; - Que o referido protocolo tem como objecto a criação de bases de colaboração para o estabelecimento de um sistema de comboios frequentes, no troço da Linha do Vouga, tendo em vista uma resposta adequada às necessidades actuais e expectáveis de mobilidade na região, propõe-se: A ratificação do referido protocolo, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de actas, ao abrigo do disposto no n.º 3 do art.º 68.º da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro; - Que o mesmo seja remetido à Assembleia Municipal para os devidos efeitos”.* =====

=====
 ===== *O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos.* =====

=====
 ===== *Este protocolo não tem nada a ver com o outro protocolo de que falamos. Este protocolo é para que os Municípios de Santa Maria de Feira e Oliveira de Azeméis possam também ter a preparação da via para comboios mais rápidos, tal e qual como S. João da Madeira vai ficar. Teve-se que fazer esta alteração ao protocolo, porque inicialmente o protocolo não previa abranger Oliveira de Azeméis, nem Santa Maria da Feira, mas a Senhora Secretária de Estado acabou por mandar acrescentar Oliveira de Azeméis e Santa Maria da Feira, para que mais tarde possamos usufruir daquilo que S. João da Madeira vai usufruir.* ==

=====
 ===== *Aberto o período de inscrições, registaram-se os seguintes pedidos de inscrição: Dra. Helena Terra, Senhor Óscar Oliveira e Senhor António Nobre.* =====

=====
 ===== *O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra à Senhora Dra. Helena Terra, do PS, que disse:* =====

=====
 ===== *Senhor Presidente da Câmara, eu peço desculpa, sem que isto que vou dizer seja entendido por V. Exa. como uma tentativa de insulto, que não é, mas V. Exa. não leu de certeza absoluta o protocolo pelo que acabou de falar, por um simples motivo: porque o mesmo não inclui no seu objecto o Município de Oliveira de Azeméis. É só por isso. Portanto, eu aconselho uma leitura atenta e, se for caso disso, um parecer jurídico aos serviços da Câmara Municipal, que é escusado porque não é uma questão jurídica, é uma questão de português corrente, mas um parecer aos serviços jurídicos da Câmara Municipal. Eu aproveitava a oportunidade e lembro-me agora daquilo que há pouco foi dito pelo Dr. Isidro Figueiredo. Este é um bom exemplo daquilo que ele disse que gostava de ver, que era a celebração de contratos-programa com o Governo, por iniciativa dos Municípios. Este é um bom exemplo disso mesmo e, portanto, Oliveira de Azeméis outorgou um contrato-programa por iniciativa de um Município, S. João da Madeira, de uma obra a realizar pelo Governo em S. João da Madeira. Só é pena é que tenha sido em S. João da Madeira. Eu estou certa que o Presidente Castro Almeida neste Natal com certeza mandou as Boas Festas ao Presidente da Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis e no próximo mandará com certeza, porque ele é um homem educadíssimo e portanto fá-lo-á. Agora a questão é a seguinte: Oliveira de Azeméis outorgou um protocolo com a REFER, um protocolo de intenções é certo, que é só por si um nome que começa por ser um bocadinho arrepiante, mas pronto há quem diga que de boas intenções está cheio um sítio que não é muito aprazível, mas adiante. Para a criação de uma coisa, eu gosto de chamar as coisas pelos nomes, é a criação de*

um metro de superfície em 7km² que é S. João da Madeira. Eu não tenho nada contra isso, eu não tenho nada contra que S. João da Madeira tenha um metro de superfície, bem pelo contrário acho muitíssimo bem. O meu problema é que aqui eu fui eleita pelos Oliveirenses, não fui eleita pelos Sanjoanenses, e que o Presidente Castro Almeida tenha tido esta iniciativa eu acho o mais normal possível e imaginário e certamente os Sanjoanenses acharão o mais normal possível e se calhar o gratificarão por isso no próximo acto eleitoral, caso ele seja recandidato à Câmara Municipal de S. João da Madeira. O que me parece a mim estranho, é que seja o Presidente da Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis e o Presidente da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira, sendo certo que esse ainda tem ali uns “metrozitos” da freguesia de Arriñana, a outorgarem um protocolo de intenções para criar um metro de superfície em S. João da Madeira. É tão estranho que eu pergunto duas coisas: Primeiro, por obra de que Santo é que a Assembleia Municipal de Oliveira de Azeméis há-de ter que autorizar/ ratificar a criação de um metro de superfície em S. João da Madeira? Porque se não amanhã corremos o risco que S. João da Madeira esteja a desautorizar ou a não ratificar uma obra qualquer em Oliveira de Azeméis? Em segundo lugar, eu pergunto, isto é uma pergunta que eu deixo no ar, nem quero dar a resposta, para que não me digam que eu aqui não sou jurista, e não sou, tenho é dificuldade de “despir o fato da Olívia patroa para pôr o da Olívia costureira, e vice-versa”, eu pergunto o que é que acontecerá, é evidente que não vai acontecer porque o PSD tem maioria e a proposta sendo da Câmara aquela Bancada levanta-se em bloco e votará favoravelmente, mas vamos pôr a hipótese académica de que esta Assembleia não autorizava nem ratificava este protocolo? Então, por causa da minha opinião de “má vizinhança”, “má vizinhança” entenda-se com uma das possíveis explicações, com S. João da Madeira, S. João da Madeira não há-de ter um metro de superfície, porque a mim, Oliveirense, não me apetece? Mas o que é que tenho a ver com isso? São tudo um conjunto de perguntas que eu deixo no ar. Nós já estamos habituados, isto é um “filme”, desculpem-me a expressão, mas falando linguagem terra a terra toda a gente se entende, isto é um “filme” que nós já vimos numa outra circunstância, vimos por exemplo a propósito da escolha de um traçado da A32, que é Oliveira de Azeméis carregar com o Dr. Castro Almeida, passo a expressão, às costas, na escolha de um traçado, que o único Município ao qual convém é o de S. João da Madeira. Portanto, nós Oliveira de Azeméis, fomos apressados atrás, arregaçamos as calças e as mangas para correr mais, para ir outorgar um protocolo de intenções, e continuo a dizer que é uma coisa que me arrepiava. Para quê, pergunto eu? Porque naquele dia era giro aparecer na fotografia? É porque outro efeito isto em Oliveira de Azeméis não tem. Eu pergunto: mas quem é que tem de cuidar dos interesses dos Sanjoanenses? Por enquanto é o Dr. Castro Almeida e cuida bem ainda por cima. Depois temos que ter em atenção que Oliveira de Azeméis bate palmas, aplaude, põe a sua assinatura por baixo, a um investimento de cerca de dez milhões de euros, repare-se dez milhões de euros, para criar uma nova alternativa de transporte urbano, para o tecido urbano de S. João da Madeira e não pedimos rigorosamente nada para nós. E pelos vistos isto parece normal a toda a gente, pelo menos ao nosso Executivo Camarário. Peço desculpa, a mim não me parece nada normal e com certeza que aos Oliveirenses lá fora também não pode parecer. Senhor Presidente, em primeiro lugar, Oliveira de Azeméis não tinha que se meter nisto. Em segundo lugar, Oliveira de Azeméis não se devia meter nisto. Em terceiro lugar, o Dr. Castro Almeida não precisa dos nossos favores, porque é um homem com influência política suficiente para reivindicar, e já temos n prova disso para o Município dele, e bem, foi para isso que ele foi eleito, aquilo que muito bem entender. Em quarto lugar, e isto é uma proposta concreta que deixo ficar à Assembleia Municipal. E já que nós demos o aval e “levamos às costas” o Dr. Castro Almeida para este investimento de dez milhões de euros, repito que não tenho nada contra ele, com certeza que os Sanjoanenses saberão fazer muito bom uso dele, aproveitamos então e a Bancada

do PS deixa uma proposta muito concreta, que é no sentido de aprovarmos aqui uma moção, para reclamar junto da REFER um estudo de reconversão de toda a Linha do Vouga, repito toda a Linha do Vouga, em toda a extensão do território de Oliveira de Azeméis e com base no estudo em causa, isto porque eu já ouvi aqui dizer que existe um estudo, existem vários, e não foi com base nesse estudo que foi celebrado este protocolo de intenções com S. João da Madeira, é bom que tenhamos isso em conta e, portanto, partindo desta realidade que existe, ou vai passar a existir em S. João da Madeira, porque S. João da Madeira não é uma ilha em toda esta região, não é um cogumelo que nasce isoladamente de tudo o resto e, portanto, quanto mais não seja, em primeiro lugar, por um princípio que tem que reger todo o investimento público estatal no nosso País, deste Governo ou de outro qualquer, que é o chamado princípio da solidariedade nacional, nós exigimos um estudo com vista a um investimento semelhante em toda a Linha do Vouga, que percorra pelo menos o território de Oliveira de Azeméis, porque é para isso que os Oliveirenses nos elegeram a nós e não para cuidar dos interesses das populações de S. João da Madeira. Muito obrigado. =====

===== Pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, foi concedido o uso da palavra ao Senhor Óscar Oliveira, do PCP-PEV. =====

===== Eu pactuo em algumas questões com a intervenção da Senhora Deputada. Aliás quando eu recebi isto achei estranho, porque eu falei com o eleito da Assembleia Municipal de S. João da Madeira e ele não tinha conhecimento disto, não sei se também iria à Assembleia Municipal, mas na Assembleia Municipal que já foi realizada há duas semanas não teve conhecimento disso. Agora, o que eu queria dizer era o seguinte: eu acho que aquilo que o documento transcreve efectivamente diz respeito ao Município, poderão chamar aquilo que eles pretenderem a isso que vem aí, a instalação de uma estação, por exemplo, numa zona que é Orreiro, junto à Faurecia, que diz respeito também ao Município de Oliveira de Azeméis, faz fronteira com Cucujães e também a renovação da estação em Arrifana e mais dois apeadeiros. Eu estou de acordo com a proposta da Senhora Deputada, acho que estes protocolos que foram assinados no passado dia 23, que o PCP saúda, que vem até da luta que o PCP tem desenvolvido em relação à necessidade da Linha do Vale do Vouga não só entre Espinho e Águeda, mas também Águeda e Aveiro. Aliás nós temos uma luta constante em relação a isto, nós em 2007 fomos recebidos pela REFER, em relação à nossa iniciativa, que até apresentamos uma petição recentemente onde foram recolhidas quatro mil e tal assinaturas, até apresentamos aqui uma moção que foi aprovada por unanimidade em relação à importância desta Linha e em que depois até fomos recebidos pela Comissão Parlamentar em relação a esta área, em relação ao estudo, porque efectivamente há um estudo em relação à Linha do Vale do Vouga. Agora eu penso que os protocolos, e bem-haja porque eu até resido em S. João da Madeira, bem-haja o papel importante que teve o Presidente da Câmara, eu acho que se calhar o que nós devíamos aqui fazer, e faço aqui um repto, é votarmos para que consigamos ter efectivamente um investimento diferente não só em relação ao investimento de suprir vinte e cinco passagens de nível, automatizar mais dez, mas irmos mais longe. Eu na minha intervenção em relação à questão da Linha do Vale do Vouga disse que era extremamente importante termos um estudo, por exemplo, entre Cucujães e Travanca, quem sabe até se calhar a Albergaria, mas em relação a Oliveira termos um estudo em relação a isto. Um investimento em relação aos horários, um investimento em relação às estações, porque nós temos uma estação na Vila de Cucujães que está num estado deplorável. Em relação a este assunto a REFER disse na reunião de Julho de 2007, que só é possível alterar esta situação através de parcerias e que, por exemplo, era importante que o Município de Oliveira de Azeméis utilizasse aquela estação para outros

objectivos, ceder aquilo a uma associação, etc. Mas eu acho que não é isso que nós devemos, nós devíamos investir, tal como em S. João da Madeira, porque estes protocolos que foram assinados entre os Municípios, o que ficou mais beneficiado foi efectivamente S. João da Madeira, foi o único, porque de resto daquilo que eu conheço não há mais. Penso que o objectivo era, e faço aqui o repto, que apostassem na importância da renovação e da valorização desta Linha e concretamente entre Vila de Cucujães e Travanca, tendo em conta o estudo, os horários, etc.. Eu estou de acordo em relação a este repto lançado pela minha colega e Senhora Deputada Helena Terra. =====

===== Pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, foi concedido o uso da palavra ao Senhor António Nobre, Presidente da Junta de Freguesia de Pinheiro da Bemposta. =====

===== Eu gostaria de dizer ao Óscar que Pinheiro da Bemposta também pertence ao concelho de Oliveira de Azeméis. Assinalando-se a 23 de Novembro de 2008 a passagem do primeiro centenário sobre a viagem inaugural da Linha do Vale do Vouga entre Espinho e Oliveira de Azeméis, presidida por Sua Majestade o Rei D. Manuel II, a Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis entendeu despoletar a iniciativa de das comemorações, através de um ofício de 17 de Julho de 2008 dirigido à CP, à REFER, ao IMTT e à Secretária de Estado dos Transportes. As entidades contactadas acataram a ideia de aproveitar e efeméride para promover a Linha e lhe dar um novo impulso, sendo realizadas a partir do Verão em Oliveira de Azeméis um conjunto de reuniões de trabalho em que participaram além da CP, da REFER, da Fundação Museológica Ferroviária, os sete Municípios atravessados pela Linha e que culminaram nas comemorações iniciadas a 23 de Novembro que se prolongarão ao longo de um ano. Do que está realizado destaca-se o programa de 23 de Novembro muito participado e a exposição itinerante iniciada nessa data na Galeria Tomás Costa, em Oliveira de Azeméis. Cumprido um mês entre nós, esta exposição irá agora para Santa Maria da Feira, percorrendo depois todos os restantes municípios envolvidos. Simultaneamente vão ser desenvolvidas acções de promoção da Linha do Vale do Vouga junto de utentes regulares e ocasionas, visando as viagens turísticas, viagens culturais ao Museu de Macinhata do Vouga e viagens regulares utilitárias. Também serão promovidas ao longo deste ano um conjunto de outras iniciativas a divulgar oportunamente. Segundo a CP na primeira metade de 2008 a utilização deste meio de transporte na Linha do Vale do Vouga cresceu 17,5%, o que é significativo. O objectivo agora é continuar a crescer. Para isso é necessário investir nesta infra-estrutura. Conforme foi amplamente anunciado na abertura das comemorações, foi assinado um protocolo entre o Governo, a REFER, a CP e os Municípios de S. João da Madeira, Oliveira de Azeméis e Santa Maria da Feira para promover esse investimento, trata-se de um plano de intenções inicialmente gizado para S. João da Madeira mas que se estenderá aos outros dois Municípios graças ao seu empenhamento. Sabendo nós da importância vital que teve no passado este meio de transporte que era muito utilizado por estudantes, por trabalhadores, por feirantes e por veraneantes que se deslocavam para a praia de Espinho, já que era mais económico e os comboios circulavam com regularidade e a horários compatíveis com as necessidades das pessoas. Hoje, com muita pena nossa, a realidade é bem diferente para pior. Os comboios quase não circulam e quando fazem, fazem-no em horários que não servem as populações e não satisfazem o seu desejo. Há uma degradação muito significativa na Linha do Vale do Vouga e todos esperamos que este protocolo não fique apenas pelo plano de intenções, mas que venha dar uma nova vida e um novo impulso a esta linha centenária, que outrora foi de vital importância para a satisfação das necessidades das pessoas e para o desenvolvimento das suas terras. Muito obrigado, Senhor Presidente. =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Dr. Vieira Dias, do CDS/PP, que interveio da seguinte forma: =====*

===== *Senhor Presidente, nos termos modernos, costumamos chamar agora metro aos antigos eléctricos. Enquanto lá fora se continua com o eléctrico e se tem a coragem de dizer que é um eléctrico ou uma linha electrificada, aqui queremos um nome pomposo e falamos em metro. Um metro para uma área de 7km²? Mas isto tem alguma viabilidade económica? Eu pasmo. Se é para ligar à Área Metropolitana do Porto, a que nós pertencemos ou pertenceremos, eu já não sei de nada, eu concordo, mas não admito que se comece a fazer um encosto ao Porto pelo meio, deveria ser por um extremo. Para além do mais, eu pergunto: quando se diz “ámen” a quatro quilómetros de comprido o que é que temos de dizer a nós concelho de Oliveira de Azeméis que teremos se calhar uns vinte e cinco ou trinta? Valha-me Deus, andamos a dar rebuçados, a brincar aos brinquedos e esquecemos a realidade. Senhor Presidente, embora eu não tenha nada contra S. João da Madeira, terra onde tenho amigos e onde trabalhei durante dezenas de anos, a verdade é que eu não poderei votar num “ámen”, num sim, a esta proposta. Corroboro a palavra de quem me antecedeu, nomeadamente a Senhora Deputada Helena Terra e o meu amigo Óscar, para dizer que vamos lutar e vamos assentar os pés no chão. Oliveira de Azeméis é dos Oliveirenses. Há que impor e pedir ao Governo Central, não somos terra pacata demais. É preciso que olhem para nós com respeito, porque já há aí muitas coisas que eu desconfio do sorrisinho e do “ámen” do outro lado. Desculpem a minha franqueza. =====*

===== *O Senhor Presidente da Assembleia Municipal interveio da seguinte forma: =====*

===== *Senhor Presidente, permita-me também, eu tinha a intenção de também usar da palavra neste ponto e de o fazer aqui deste local, mas chamando a atenção da Assembleia Municipal para o seguinte: nós estamos todos de acordo relativamente àquelas que são as pretensões e aquilo que todos desejamos para a Linha do Vale do Vouga. E quando falamos da Linha do Vale do Vouga nós não olhamos, eu julgo que isto era importante ser salientado, porque mais uma vez estamos a dar um exemplo de grandeza, nós não olhamos só para o nosso umbigo. Nós quando estamos a falar da Linha do Vale do Vouga estamos a falar, e já por diversas intervenções que aqui foram feitas, entre Espinho e Aveiro, quando se diz Aveiro é a zona de Albergaria, de Águeda, isto já são questões mais técnicas, ou seja, nós não estamos preocupados só com o nosso quintal, temos uma visão global sobre estes problemas. E por isso é que se calhar temos mais autoridade para reivindicar junto de quem de direito, e chamar a atenção junto de quem de direito, ao subscrevermos este protocolo, ou este protocolo de intenções como já foi aqui referido várias vezes, que é um protocolo de intenções. Agora, quando as pessoas responsáveis foram alertadas para o potencial, e houve muita gente distraída em todo este processo, para o potencial desta linha entre Espinho e Aveiro, tentaram evidentemente corrigir algumas coisas que já estavam a ser devidamente planeadas. Eu julgo que à partida, a partir deste momento, nós temos autoridade suficiente para, esta Assembleia Municipal em conjunto com a Câmara Municipal, com os Representantes de todas as Forças Políticas, porque estamos todos de acordo sobre esta matéria, pedirmos imediatamente uma reunião à Senhora Secretária de Estado das Obras Públicas, chamando-lhe a atenção deste problema de uma forma evidentemente construtiva, mostrando todas as potencialidades desta Linha e aproveitando inclusive alguns estudos que já estão feitos. Não faz, e isto concordo com aquilo que foi dito pela Dra. Helena Terra, pelo António Nobre e pelo Dr. Vieira Dias, não faz nenhum sentido estar a olhar para um investimento desta natureza por intervalos, ou seja, agora*

aqui está feito, ali fica por fazer, para um lado e para o outro também fica por fazer, ou seja, fica por fazer entre S. João da Madeira e Aveiro e fica por fazer entre Arrifana e Espinho. Não faz sentido e o estudo que existe, eu lembro-me desse estudo e que foi aqui discutido nesta Assembleia Municipal, já há muitos anos e é evidentemente que deve estar seguramente desactualizado, mas também serviu para que a REFER possa ter tomado algumas decisões. Acho que ainda estamos a tempo, agora não podemos é dividirmo-nos, ou seja, temos que estar concentrados naquilo que é essencial e eu deixava aqui no ar esta proposta, porque eu percebi que estamos todos de acordo e faz sentido, aproveitando o momento, na sequência do investimento que está previsto, aliás estamos a falar de candidaturas ao QREN, faz sentido a este momento para podermos mostrar aqueles que são os nossos argumentos e as nossas razões sobre a matéria. Mas, Senhor Presidente, eu dava-lhe a palavra para dar os esclarecimentos que lhe foram solicitados. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar os esclarecimentos que lhe foram solicitados. =====

===== Algumas pessoas não conhecem e não sabem o passado deste protocolo. Inicialmente, antes dois dias das comemorações dos cem anos, as Câmaras Municipais de Oliveira de Azeméis e Santa Maria da Feira, desconheciam o conteúdo de qualquer protocolo que existisse. Falou-se que efectivamente a Senhora Secretária de Estado dos Transportes viria a S. João da Madeira assinar um protocolo e que era um protocolo no valor de aproximadamente dez milhões de euros, aquilo equivale a três quilómetros. Se realmente nós desperdiçamos dinheiro, isto é uma forma de mesmo deitar dinheiro fora. Aonde é que o comboio tem a rentabilidade, como é que tira rentabilidade para andar entre S. João da Madeira e Orreiro? Mas não era entre S. João da Madeira, era Arrifana. O Presidente da Câmara de Santa Maria da Feira telefona-me e diz “Senhor Presidente, sabe que o Castro de Almeida vai assinar um protocolo e nós não fazemos parte do protocolo? Até já estão a colocar Arrifana como se Arrifana fosse de S. João da Madeira”. Telefonamos para a Senhora Secretária de Estado e dissemos que se não tomassem uma posição não iríamos às comemorações como protesto. Vocês sabem que as comemorações foram algo de importante, movimentou muita gente, juntou muitos populares, muita gente que estavam com saudades do Vouguinha, todas as estações estavam repletas, os comboios repletos durante o dia todo. Mais tarde telefona-me, creio que na quinta ou sexta-feira, o Chefe de Gabinete da Senhora Secretária de Estado, e telefona para o Presidente da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira, que aqui havia uma hipótese de salvar-nos. Eles acrescentarem uma cláusula de possibilidade de estender o troço dos comboios frequentes aos dois Municípios, a Oliveira de Azeméis e Santa Maria da Feira. Foi por isso que nós aceitamos assinar este protocolo, mas tenho grandes dúvidas, que façam alguma coisa, porque dez milhões de euros para três quilómetros, isto não tem rentabilidade e o País não tem dinheiro para andar a meter em comboiozinhos pequeninos. Ou o projecto avança, e eu concordo com a proposta do Senhor Presidente da Assembleia Municipal, com uma programação entre Santa Maria da Feira e Oliveira de Azeméis, englobando também S. João da Madeira, ou então não vale a pena. Eu sei que isto foi para nos calar e nos levar lá para assinar. Isto é uma vergonha. A cláusula décima terceira diz “as partes comprometem-se a desenvolver esforços no sentido de auferir de oportunidade e exequibilidade da extensão do serviço de transporte objecto do presente protocolo aos Municípios vizinhos, designadamente Município de Oliveira de Azeméis e Município de Santa Maria da Feira”. =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu novamente a palavra à Senhora Dra. Helena Terra, do PS.* =====

===== *Ainda bem que estamos todos de acordo. Ora bom, eu queria fazer neste momento uma proposta muito concreta e relembro as palavras, nem sempre mas às vezes sábias, do anterior Líder da Bancada do PS na Assembleia Municipal, Arqt.º Gomes Fernandes. Vamos aproveitar que estamos todos de acordo e vamos ter juízo, desculpem-me a expressão mas quando digo vamos incluo-me a mim também. Em primeiro lugar, não posso estar mais de acordo com aquilo que o Senhor acabou de dizer, isto é uma vergonha. Portanto, se nós ainda por cima estamos de acordo de que isto é uma vergonha, não embarquemos em vergonhas, santa paciência, não embarquemos em vergonhas. Eu vou fazer uma proposta muito concreta para que nós não embarquemos em vergonhas. Vem no sentido da que fiz anteriormente, mas agora esta que eu vou fazer é concretíssima e peço ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal, vai no sentido daquilo que ele acabou de dizer e muito bem, fazer uma proposta concretíssima e vou solicitar à Ex.ma Mesa que a submeta a votação. Em primeiro lugar, retirar, deliberar retirar este ponto da Ordem de Trabalhos, porque nós não embarcamos em vergonhas. Em segundo lugar, constituir hoje já uma Comissão para o efeito, da qual eu faço uma proposta de constituição: o Senhor Presidente da Câmara, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, um elemento representativo de cada uma das Bancadas, sendo que para esse efeito eu desde já, se a minha Bancada nada tiver a opor, me disponibilizo para o efeito, por uma questão logística e aqueles que não têm Bancadas e são elementos únicos pois naturalmente, e solicitamos de imediato e com carácter de urgência uma audiência à Senhora Secretária de Estados dos Transportes e Comunicações, Ana Paula Vitorino, e uma audiência com carácter de urgência ao Presidente do Conselho de Administração da REFER – Portugal. Porque das duas, uma: ou nós vamos por aqui, ou não podemos continuar a queixar-nos de que S. João da Madeira se comporta do ponto de vista regional como se de uma verdadeira ilha se tratasse, quando ainda por cima é com a nossa ajuda e com a nossa conivência. Portanto, de uma vez por todas, vamos usar as nossas cabeças todas juntas para pensar, porque acho que o caminho é por aqui e depois como disse, ainda por cima numa altura de vacas magras custa-me imenso que se possa vir a enfiar dez milhões de euros para fazer um metro de superfície numa ilha. E não foi a Secretária de Estado que vaticinou como alguns dizem, porque eu desafio qualquer um dos presentes, que pelos vistos alguns ainda não leram pelo menos com a devida atenção o protocolo em causa. É que o Governo não está vinculado a isto em coisa nenhuma e aí vimos os motivos com os quais eu disse que começo por me arrepiar que uma empresa que se quer séria, que é a REFER, andar com uma coisa destas e chama a uma coisa um plano de intenções porque como digo faz-me logo recordar quem é que está cheio de boas intenções. E, portanto, acreditando nas boas intenções de toda a gente, manda a jurisprudência das cautelas que cuidados e águas de galinha nunca fizeram mal ao doente. Portanto, vamos tratar do nosso doente sem pôr em causa as boas intenções dos outros, o problema é que elas não resolvem coisa nenhuma daquilo que é o nosso problema. Portanto, esta é a proposta muito concreta que eu deixo ficar. Primeiro, porque nós, e como disse o Senhor Presidente da Câmara e muito bem, não nos apercebemos disto antes, só que ainda estamos a tempo, não embarcamos em vergonhas e retiramos este ponto da Ordem de Trabalhos. Existe um estudo feito, pois existe, mas isto que surge é completamente ao arrepio daquilo que consta daquele estudo, é completamente ao arrepio, o que me faz desde logo ficar ainda mais arrepiada. Portanto, vamos todos em conjunto, porque há uma coisa que nos une, estamos todos de acordo nisto, todos nós estamos cientes da importância da nossa saudosa Linha do Vouguinha, mas vai ter que outra*

utilidade ou então estamos mal. E há outra coisa que temos todos em comum, o princípio da solidariedade necessária para qualquer investimento público. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal interveio da seguinte forma: =====

===== Na sequência da intervenção da Dra. Helena Terra, só dizer o seguinte: eu acho que este pedido de audiência com carácter de urgência, quer à REFER, quer à Senhora Secretária de Estado, é indiscutível e aliás tem que ser feito e seguramente que será marcada num prazo curto, porque o assunto é um assunto premente, como digo tem financiamento do QREN e, portanto, quanto mais depressa essas questões estiverem decididas melhor. E julgo que poderíamos voltar a discutir este assunto após as reuniões com a Senhora Secretária de Estado e com o Senhor Presidente da REFER. Portanto, nem chumbávamos, nem retirávamos, ou seja, suspendíamos e explicávamos mesmo no pedido da audiência de que foi suspenso o ponto. Esta é uma sugestão que eu deixo, mas é evidente que pode haver compromissos assumidos e por isso temos de ouvir a Câmara também sobre essa matéria. Mas era esta a sugestão que eu deixava no ar. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar os esclarecimentos. =====

===== Eu penso que nós nesta matéria não devíamos descolar de Santa Maria da Feira. O Prof. Albino que esteve dentro também desta problemática, porque fez parte da Comissão de Organização do Centenário da Linha, vai dizer alguma coisa. =====

===== O Senhor Presidente da Câmara Municipal delegou a palavra ao Senhor Vereador Prof. Albino Martins, para prestar os esclarecimentos. =====

===== Bom, eu não me quero arvorar em iluminado, mas queria ver algumas coisas que as pessoas não estão a ver, ou então estão a ver mais do que eu. Primeiro, eu acompanhei este processo desde Agosto, aliás desde Junho até, porque foi a Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis que promoveu as comemorações que estavam esquecidas. E foi aí que percebemos, aliás nós tivemos uma intenção clara, foi chamar à ribalta a Linha do Vale do Vouga para que aqueles estudos que foram feitos para a viabilidade da Linha do Vale do Vouga entre Oliveira de Azeméis e Espinho, porque era isso que diziam os estudos iniciais, se concretizasse de uma vez por todas. Felizmente, tanto a CP, como a REFER, como os outros, mais seis Municípios para além de nós, todos aderiram e todos entenderam que o melhor que podíamos fazer era dar visibilidade às comemorações, não pela festa em si, mas por aquilo que as comemorações poderiam trazer de válido. E foi aí que soube pela CP que a linha estava a crescer e tinha crescido 17,5% no primeiro semestre. Mas agora vejamos o seguinte: nós reunimos aqui em Oliveira de Azeméis dezenas de vezes ao longo desse período e reunimos as Câmaras, os sete Municípios, com representantes da REFER e da CP ao organizar as comemorações e algumas coisas mais e nunca nos foi dito de que havia qualquer coisa na manga. Eu acho que foi uma desonestidade muito grande do nosso Município vizinho quando soubemos disso dois dias antes e fomos nós e Santa Maria da Feira que batemos o pé por este protocolo. E vou dizer porquê: ele está mal feito, há aqui muita coisa para corrigir, o problema é que não houve tempo, mas deixou-se em aberto uma cláusula que nos abre a porta para podermos fazer tudo. Dra. Helena Terra, quero dizer o seguinte, e aí é que eu queria saber se sabia mais do que aquilo que eu sei, é que eu percebi desde a primeira hora que a Senhora Secretária de Estado, que está

comprometida, o Governo está comprometido neste protocolo, não é como diz que não está, está comprometido neste protocolo. A Senhora Secretária de Estado sempre percebeu que isto era um plano de intenções, sempre quis que isto não passasse de um plano de intenções e começou a perceber que podia deixar de ser plano de intenções quando entrou Oliveira de Azeméis e Santa Maria da Feira e outros que poderiam vir depois, porque eu acho que se ela conhece, e penso que conhece bem o território, ela percebe que dez milhões de euros aplicados em três quilómetros, que não tinham viabilidade nenhuma de concretização. E eu não estou a ver como é que se concretiza um comboio frequente a circular de meia em meia hora entre Orreiro e Arrifana. Que interesse é que isso tem? Que viabilidade é que tem? Que hipótese tem conjugado com o resto da Linha? Quando a Linha do Vale do Vouga terá viabilidade entre Oliveira de Azeméis e Espinho, senão tiver no resto. Agora para três quilómetros? Isto é uma anedota. Provavelmente, eu quero que me perdoem se eu estou a fazer maus juízos, mas provavelmente a Senhora Secretária de Estado estava consciente de que aquilo nunca teria viabilidade e assim ficaria no papel eternamente e assim que entrou Oliveira de Azeméis e Santa Maria da Feira começou a perceber que queríamos abalar o processo e queríamos entrar nele. Além disso queria dizer outra coisa: os dez milhões de euros não nos comprometem e nós não temos que pagar para eles. Nós não temos que entrar nessa participação. Estamos todos de acordo como disse o Senhor Presidente da Assembleia, que a Linha tem viabilidade, que tem interesse, no mínimo entre Oliveira de Azeméis e Espinho. Portanto, esse pode ser um caminho. Eu acho que recuar desta posição para onde avançamos, nós avançamos até aqui, recuar é dar argumentos para que isto não saia do papel. Eu acho que temos de marcar posição, é importante que se marque posição e que Oliveira de Azeméis e Santa Maria da Feira batam o pé pelo alargamento do protocolo, porque foi isso que dissemos a partir do momento em que soubemos disto e que avançamos para a assinatura. E digo-vos mais: não há ineditismo nenhum na proposta da Dra. Helena Terra para exigirmos reunirmos amanhã com a REFER e a CP. Nas reuniões que tivemos aqui na preparação das comemorações, ficou dito de imediato de que em Janeiro vão andar aqui técnicos da CP a bater o terreno, eu já dei os contactos todos, aqui e andarão também nos outros Municípios mas vão começar por aqui, vão andar a bater o terreno, as instituições, as fábricas, as escolas, etc., para incentivar a utilização e fazer o levantamento da realidade. E mais, foi-nos garantido de que se tivermos números que sustentem esse trabalho podemos avançar para a criação de outros apeadeiros de estações diferentes daqueles que existem no terreno. Portanto, a criação de uma estação no Orreiro, ou apeadeiro no Orreiro, não tem nada de novo, nós mesmo em Oliveira de Azeméis podemos ter um apeadeiro, não em Santiago de Riba-Ul, mas na Zona Industrial de Oliveira de Azeméis se houver movimento para isso e essa abertura é-nos manifestada já. Se tivermos movimento para isso, dentro de meio ano podemos ter apeadeiros ou estações nesses sítios. Quem vai ditar isso é o movimento, a utilização do Vale do Vouga. Aquilo que eu tinha para vos revelar era isto, por um lado a safadez de quem quis fazer isso nas costas dos outros e tenho-o de dizer publicamente. Nós não fomos, naturalmente não podíamos, não íamos ser carneirinhos a ajudá-los a fazer isso. Claro que não somos inocentes, nós fomos com uma outra intenção e continuamos com outra intenção que é fazer valer os nossos direitos e penso que temos toda a hipótese de os fazer valer. Pondo-nos de fora se calhar estamos a contribuir para que nunca mais seja viável, porque só em S. João da Madeira nunca será. =====

===== Pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal foi dito: =====

===== Senhor Prof., eu agradeço a sua intervenção, até a forma como a fez, porque acho que ficamos todos mais esclarecidos relativamente a esta matéria. Agora compete-nos a nós agir

e decidir politicamente, o que é que é melhor ou pior para o concelho. Se é pedirmos, fazemos uma coisa que é ao mesmo tempo que não aprovamos hoje o protocolo e pedimos o agendamento de uma reunião, dizendo nesse pedido de agendamento que pedimos a suspensão do protocolo até outros esclarecimentos vindo da Senhora Secretária de Estado e da REFER. Logo que esses esclarecimentos cheguem nós convocamos se for preciso uma Assembleia Municipal para aplaudir de pé o protocolo, se tivermos garantias que este processo vai andar. Eu pergunto: perdemos alguma coisa se não fizermos isto? Eu acho que ganhamos legitimidade e força política e não recuamos um único segundo e digo-lhes mais se este processo ainda não tivesse sido discutido em Santa Maria da Feira valia a pena alertar o Senhor Presidente da Câmara de Santa Maria da Feira para usar da mesma metodologia: não aprove e peça uma audiência. Mas é só a minha opinião, os Senhores é que decidem e daqui a bocado temos que passar à votação. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra à Senhora Dra. Helena Terra, do PS, que disse: =====

===== Atalhando caminho, subscrevo na íntegra a proposta acabada de fazer pelo Presidente da Assembleia. Queria só aditar mais dois aspectos. Em primeiro lugar, contrariamente àquilo que disse o Prof. Albino, e eu conheço-o desde que nasci porque sou mais nova que ele, acredito plenamente nas boas intenções dele e que ele tenha ficado convencido de que era de facto para isso, acredito piamente nisso, não tenho nada que me leve a duvidar de tal coisa, agora eu quero-lhe dizer é que o protocolo não abre essa porta, é o contrário, fecha-a numa cláusula que tem por epígrafe objecto. É o contrário, fecha-a. E não nos pronunciar hoje sobre este protocolo não é andar para trás, é pelo contrário, criar a possibilidade de andar para a frente. E depois quero salientar um outro aspecto, eu estou de acordo quando há pouco foi dito aqui se calhar temos que envolver a Feira nisto. Meus caros amigos, eu quero-vos dizer qual foi a importância que Santa Maria da Feira deu a esta coisa. A Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira está convocada para hoje à noite e nem sequer isto consta da Ordem de Trabalhos. Mas estamos perfeitamente à vontade, porque a tal Comissão que eu sugeri, e mantenho a proposta que seja criada, ficamos à vontade, nós não temos de esperar por Santa Maria da Feira para isto, vamos lá nós. Estou com certeza ciente de que o meu colega Hermínio Loureiro não se importa de integrar essa Comissão na sua qualidade de Deputado eleito pelo Distrito de Aveiro e eu na mesma qualidade e aí representaremos todo o Distrito que nos elegeu e, portanto, incluir-se-á Santa Maria da Feira, S. João da Madeira, Albergaria, Espinho, etc. e integram outros elementos por cada uma das Bancadas. Agora tenhamos a noção disto, primeiro a Secretaria de Estado não está vinculada por este protocolo. E eu quero salientar uma outra coisa, o Prof. Albino, Senhor Vice-presidente da Câmara, disse e muito bem que temos de refutar a atitude do “chico espertismo” que foi manifesta neste processo pelo Presidente Castro de Almeida. Mas com isso nós podemos bem, agora temos é que para futuro aprender com isto, porque chorar sobre leite derramado não vale a pena. E quando as pessoas aqui dizem “eu não acredito que um investimento de dez milhões de euros se façam em sete quilómetros quadrados”, mas então eu quero-vos dizer meus caros amigos, e isto é uma outra atitude de “chico espertismo” que venha de quem vier é tão reprovável, ou melhor só ajuda a reprová-lo aquilo que o Senhor Vice-presidente da Câmara já fez, que é: pergunta-me se eu acredito que estes dez milhões de euros, ao fim e ao cabo, sejam investidos nisto, eu acredito. Daí dizer que uma coisa que se chama plano de intenções em que o chefe desta orquestra desta coisa o Senhor Presidente Castro de Almeida, é uma coisa que me provoca urticária, mas se não tiver mais nenhuma utilidade e se não couber o dito metro de superfície, meus caros amigos, nenhum de

nós é ingénuo e tem dez anos para saber que daqui a dez meses, mais coisas menos coisa, há eleições autárquicas e o Presidente Castro de Almeida será recandidato e ele está-se a “borrifar” para o que isto é para Santa Maria da Feira e para Oliveira de Azeméis, quanto mais não seja uma excelente bandeira eleitoral para a sua recandidatura em S. João da Madeira. E agora eu pergunto: e nós Oliveirenses temos que dar para este santo? Não, não temos. Não quero saber se é o Dr. Castro de Almeida, se é um candidato do PS, se é de outro Partido qualquer. É irrelevante para mim, para aquilo que aqui interessa. Agora aquilo que aqui interessa é que aproveitemos, que todos estamos de acordo, e tiremos isto da discussão, porque é a única forma de o fazer, e vamos pôr pés ao caminho e não precisamos de ninguém. A seguir se o Presidente Castro de Almeida quiser vir ter connosco pois que venha, mas nem precisa de vir. Há uma coisa de que temos que ter a noção, é quando eu falo naquele sítio que está cheio de boas intenções, eu quero referir o seguinte: é bom que tenhamos a noção de que, quem não tem a noção passa a tê-la porque eu vou transmitir e isto é um testemunho pessoal: o Dr. Castro de Almeida é o Sanjoanense mais visto todas as semanas em Lisboa, eu raramente me cruzo com ele em S. João da Madeira ou nas redondezas, em Lisboa que é grande não há uma semana em que eu não me cruze com ele. E atenção não é depois dos novos cargos político-partidários que para resultaram do último congresso do Partido Social Democrata, é muito antes disso. E, portanto, meus caros amigos, estou muito disponível para que o Dr. Castro de Almeida lá na casa dele, que é S. João da Madeira, e dos Sanjoanenses faça o que entender. Agora, com a nossa ajudinha que ainda por cima, se fosse só ajuda para ele está tudo certo e para os Sanjoanenses também, o problema é que nos desajuda a nós. E, portanto, nós não vamos andar para trás, vamos é com isto andar muito para a frente. Obrigado. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Óscar Oliveira, do PCP-PEV. =====

===== Eu estou de acordo com a proposta do Senhor Presidente em relação a retirar este ponto, porque estamos a dar dividendos ao outro lado. Agora eu também estou de acordo com uma posição em relação à questão que a Senhora Deputada aqui disse, eu acho que devíamos andar sozinhos. Eu até vou explicar: em 2006, nós decidimos numa Assembleia-Geral do PCP avançar em relação àquilo que foi aqui colocado, logo na altura, em relação à valorização, requalificação e renovação desta linha, de Espinho até Águeda, de Águeda até Aveiro. Eu tenho um estudo de quantos passageiros diariamente andam de Águeda a Aveiro e de Águeda até Espinho, mais de Oliveira até Espinho. Agora só quero dizer que quando nós avançamos com esta luta, que acho que é uma luta muito positiva e valorizo aqui o papel que teve esta Assembleia Municipal em relação à moção. Nós apresentamos moções noutras Municípios e eu quero informar aqui que em S. João da Madeira foi aprovada por unanimidade, em Espinho foi aprovada por unanimidade, aqui foi aprovada por unanimidade e em Santa Maria da Feira não foi aprovada. Aquilo que disse o Senhor Presidente da Câmara, o Senhor Alfredo Henriques, era que não era prioridade daquele Município a valorização desta Linha, que as prioridades eram outras. Eu conheço a nossa eleita, vai haver uma Assembleia Municipal e nós em relação ao centenário, o PCP de Santa Maria da Feira tomou uma posição em relação ao Município, em relação às celebrações. Ele foi obrigado Senhor Presidente, ele foi obrigado pelas circunstâncias, porque ele está-se a marimbar para a Linha do Vale do Vouga, tal e qual como o Presidente de Albergaria, que não está nada interessado. Agora eu acho que devamos andar sozinhos e pactuo aqui e estou de acordo com a posição do Senhor Presidente da Assembleia Municipal, da constituição de uma Comissão e reunir com a Senhora Secretária, porque nós fomos induzidos em erro. =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Dr. Isidro Figueiredo, do PSD.* =====

===== *Senhor Presidente, eu acho que já perdemos tempo de mais na discussão deste ponto, dando-lhe a importância que se calhar ele não tem, não deixa de ser, e sublinho isso, um protocolo de intenções, mas eu acho que é sensata a proposta apresentada pelo Senhor Presidente da Mesa, aliás todos concordaram. O que é sensato neste momento é de facto suspender este ponto, marcarmos a audiência, constituirmos a equipa de trabalho e seguirmos em frente. Não é preciso dizer mais nada.* =====

===== *Pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal foi dito:* =====

===== *Que fique claro que isto em nada fragiliza a posição da Câmara Municipal, antes pelo contrário, só reforça o poder da Câmara Municipal. Portanto, com dois compromissos de já na próxima semana pedir as audiências que aqui foram combinadas ao Presidente da REFER e à Senhora Secretária de Estado Ana Paula Vitorino, e voltar a trazer, o compromisso que também assumo aqui, independentemente da forma como decorrerem as audiências, voltar a trazer este assunto novamente à Assembleia Municipal para podermos aprovar ou até rejeitar exactamente, por aí seguramente esperamos trazer dados novos. Estão de acordo? Se estão de acordo é retirado o ponto doze.* =====

===== *A Assembleia Municipal deliberou por unanimidade retirar o ponto supracitado, tendo sido constituído um Grupo de Trabalho composto por representantes de todas as forças partidárias para uma melhor análise do assunto em questão.* =====

===== **Ponto treze:** *Segunda adenda ao protocolo celebrado com “EDVENERGIA – Associação de Energia do Entre Douro e Vouga” em 06/05/2007 – Autorização/ Ratificação e convalidação de todos os actos entretanto praticados.* =====

===== *Pela Câmara Municipal, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando que: - Em 6 de Maio de 2007, foi celebrado Protocolo de colaboração entre a EDVENERGIA – Associação de Energia do Entre Douro e Vouga e o Município de Oliveira de Azeméis, visando uma política de utilização racional de energia, água, bem como em matéria de gestão de resíduos, o qual foi objecto de Adenda em 9 de Julho de 2008; - Em 14 de Novembro de 2008, foi solicitado pela EDVENERGIA, tendo em consideração as actividades desenvolvidas, alteração do número 1, da cláusula 4.ª, mesmo e “reforço no montante de € 20.100,00 (vinte mil e cem euros), podendo ser realizados acertos ou encontros de contas com pagamentos já realizados caso não seja atingido o valor de poupança previsto no n.º 2 do mesmo artigo”; propõe-se: - A ratificação da Segunda Adenda ao citado Protocolo, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de actas, com efeitos reportados à data em que foi assinada, nos termos e condições nela constantes, ao abrigo do disposto no artigo 137º do C.P.A., bem como convalidação de todos os actos entretanto praticados (designadamente pagamentos); - Seja a mesma remetida à Assembleia Municipal, para os mesmos efeitos (ratificação de todos os actos praticados incluindo pagamentos), bem como do determinado na alínea m) do n.º 2 do art.º 53º da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro na redacção da Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro”.* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos.* =====

===== *Tendo em conta que as actividades desenvolvidas pelo EDVENERGIA não se limitam a actividades geradoras de poupança, mas também ao desenvolvimento de actividades de sensibilização, a presente adenda ao protocolo celebrado entre as duas partes visa um reforço de € 20.100,00 (vinte mil e cem euros) passível de ser submetido a acertos ou encontro de contas, caso não seja atingido o valor da poupança previsto de € 78.000,00 (setenta e oito mil euros). Portanto, é uma adenda que nós fazemos e depois das contas apuradas fazemos as contas se temos a receber, ou se temos ainda a pagar alguma coisa. Mas temos que ter cobertura para poder pagar.* =====

===== *Aberto o período de inscrições, registou-se o pedido de inscrição do Senhor Bruno Aragão.* =====

===== *Pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal foi concedido o uso da palavra ao Senhor Bruno Aragão, do PS.* =====

===== *A algumas questões o Senhor Presidente acabou de responder, mas outras ainda subsistem. O protocolo assinado entre o Município de Oliveira de Azeméis e a Associação de Energia de entre Douro e Vouga (EDVENERGIA) “visa uma política de utilização racional de energia, água, bem como de gestão de resíduos”. No cumprimento destes objectivos a Câmara Municipal comprometeu-se a pagar um subsídio anual de € 15.000,00 (quinze mil euros). A este subsídio acresce um montante até € 28.200,00 (vinte e oito mil e duzentos euros) sempre que for demonstrado em sede de relatório de actividades uma poupança de € 78.000,00 (setenta e oito mil euros) em energia. Se o subsídio anual está justificado, enfim, pelo relatório de actividades apresentado, o mesmo já não se pode dizer do subsídio extraordinário solicitado. Aliás, quando se consulta o relatório de actividades, logo na primeira página podemos ler (cito): “Tendo como missão “EDV, uma região sustentável”, a EDVENERGIA organiza as suas actividades de acordo com as suas áreas de actuação prioritárias: os municípios, as empresas e os cidadãos”. Logo a seguir pode ler-se “O presente relatório visa apresentar as actividades desenvolvidas pela EDVENERGIA o ano de 2008 referentes aos eixos empresas e cidadãos”. Confesso que não percebi. Onde está a análise do eixo municípios que justifica em grande parte um protocolo destes? Por isso questiono: - Qual o montante real de poupança energética para que se decida deferir positivamente este pedido? - Que forma tem a autarquia de o provar efectivamente? - Em que documento pode ser consultado? Parecem preciosismos todas estas questões e até excesso de zelo. Não é. Porque se há energia que não só não tem sido poupada como tem sido abusivamente utilizada são os dinheiros públicos em Oliveira de Azeméis. Senhores, como V. Exas. podem constatar pela necessidade de um empréstimo de trinta e quatro milhões de euros, acreditem, esta energia não é renovável. Parecem palavras fortes e até exageradas para um assunto mais ou menos trivial, mas talvez algumas comparações ajudem as pessoas a reflectir. Com o subsídio anual e com o montante agora solicitado, a autarquia entrega à EDVENERGIA cerca de € 35.000,00 (trinta e cinco mil euros). O montante hoje aprovado nos protocolos de delegação de competências para quatro Juntas de Freguesia é de pouco mais de € 46.000,00 (quarenta e seis mil euros). Quando falamos de investimento sustentado e verdadeiramente justificado falamos disto. Quando falamos em prioridades falamos disto. Quando falamos em gestão falamos disto.* =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para dar explicações. =====

===== No final do ano, quando for elaborado o estudo da economia do ano em curso, nós fazemos um acerto de contas e transmitimos à Assembleia Municipal, assim como também o relatório de actividades da EDNENERGIA, que não é só isto que faz. =====

===== Posto isto, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número treze à votação, tendo sido deliberado por unanimidade autorizar/ ratificar a segunda adenda ao protocolo celebrado com “EDVENERGIA – Associação de Energia do Entre Douro e Vouga” em 06/05/2007 bem como convalidar todos os actos entretanto praticados. =====

===== **Ponto catorze:** Regulamento de Cedência e Utilização dos Veículos Municipais de Transporte de Passageiros – Aprovação final. =====

===== Pela Câmara Municipal, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - Que a Câmara Municipal, em reunião ordinária de 7 de Outubro de 2008, deliberou aprovar o “Projecto de Regulamento de cedência e utilização dos veículos municipais de transporte de passageiros2; - Atenta a audiência dos interessados, foram consultadas associações e instituições de carácter cultural, recreativo, social, desportivo, associações de pais e estabelecimentos de ensino – Agrupamentos de Escolas e as Escolas/Jardins-de-infância, estas últimas através da Plataforma de Comunicação com as Escolas; - Em Outubro de 2008, foi o mesmo publicado no Boletim Municipal n.º 46; - Constatou-se que, após conferência dos prazos, foram cumpridos os normativos legais sobre a audiência dos interessados; - Foram apresentadas sugestões pelas entidades consultadas; - Na sequência das mesmas, foram realizadas algumas correcções formais que não alteram, substancialmente, o conteúdo da proposta do projecto inicial, em face do exposto, propõe-se: - Que a Câmara Municipal delibere dar a sua anuência ao presente Regulamento, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de actas, bem como, submetê-lo à Assembleia Municipal para a devida aprovação; - Que se determine a posterior publicação no Boletim Municipal e inserção na página electrónica, bem publicitação do referido Regulamento nos termos do art.º 91º da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, na redacção da Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro”. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====

===== O Senhor Presidente da Câmara Municipal delegou a palavra ao Senhor Vereador Prof. Albino Martins, para prestar os devidos esclarecimentos. =====

===== Penso que este regulamento já foi suficientemente discutido. Eu queria só dizer que isto vem na sequência daquele compromisso, de há duas ou três Assembleias atrás, no sentido de se criar um novo regulamento que possibilitasse, por um lado, um abaixamento das taxas que eram demasiado pesadas, das taxas de utilização dos autocarros, e a criação de critérios uniformes para toda a gente. O que acontecia até agora era que as taxas aplicadas eram bastante elevadas, sobretudo ao fim-de-semana, porque havia os encargos das horas extraordinárias, etc. e o que acontecia é que muita gente recorria ao pedido de isenção e aqui não havia critério, porque dependia da disponibilidade e depois não havia regras no tempo de pedido. Portanto, o que era importante era balizar muito bem as regras iguais para toda a

gente. Penso que neste regulamento isso está contemplado, está aqui dito o máximo de isenções que podem ser dadas a cada colectividade, está dito qual é o valor que cada colectividade paga ao quilómetro por cada viatura, está tudo muito bem regrado. Após a aprovação é começar a aplicar o regulamento e vamos ver que todas as associações serão tratadas mais equitativamente, penso eu. =====

===== Aberto o período de inscrições, registou-se o pedido de inscrição da Senhora Dra. Ana de Jesus. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra à senhora Dra. Ana de Jesus, do PS, que interveio da seguinte forma: =====

===== É realmente verdade que sempre que esta Assembleia era chamada para aprovar mais uma isenção, eu subia aqui a este espaço e chamava a atenção de que estávamos a tratar as associações de forma diferente, de uma forma discricionária. Portanto, fico satisfeita por se ter dado este passo. Na minha perspectiva se calhar corrigiria dois ou três pontos. Um, penso que nesta altura em que estão suspensos os subsídios às associações, penso que estas isenções podiam ter sido um bocadinho mais alargadas, pelo menos nesta fase. Depois, é certo que os critérios são únicos, mas não quer dizer que com isso que se vá conseguir o ideal. Eu não conheço muito bem, muito de perto, por exemplo, a actividade do Museu de Oliveira, mas não tenho dúvidas nenhuma que se calhar duas isenções para o Museu de Oliveira é suficiente, agora conhecendo eu como conheço, por exemplo, a actividade do Museu de Cucujães duas isenções são muito poucas, porque tem uma actividade que vai muito além das fronteiras de Cucujães, que leva o nosso nome a muitas terras com o seu Grupo de Cantares. E por isso quando fazemos estes critérios equitativos, duas isenções para toda a gente, e quando muitas vezes não pautamos isso por um programa de actividades apresentado e discutido com a Câmara, corremos o risco de não sermos também justos. De qualquer forma, penso que é um ponto bom de partido, pelo menos as regras tornaram-se transparentes e acredito que com o tempo a gente ainda vai aperfeiçoar isso para chegar ao ideal. Obrigada. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Vereador Prof. Albino Martins, para prestar mais esclarecimentos. =====

===== A intenção teoricamente parece a melhor, mas tudo isso foi ponderado na fase de discussão pública e debate nas duas vezes em que isto foi à Câmara. Portanto, tivemos em atenção esses pormenores. É assim, naturalmente que seria interessante dar não duas, mas três ou quatro isenções. O que se diz aqui é que é “até ao máximo de”. Quando falou, deu o exemplo do Museu, podia ter dado de outra instituição qualquer, provavelmente essa instituição não pede nenhuma. Eu queria dizer o seguinte: a nossa vontade, e inicialmente até estávamos a prever apenas uma isenção por instituição, alargamos para duas, o nosso medo é que se alargássemos mais, iríamos correr o risco, que não era só o risco era a certeza de que iríamos causar mais discrepâncias, ou seja, a nossa capacidade de uma autocarro de cinquenta lugares e um de vinte e nove lugares, não dá para mais do que isso, foi estudado e viu-se que não dá para mais do que isto e mesmo para isto já é difícil conciliar os interesses de todos. Portanto, ao criarmos mais podíamos abrir a porta a que uma instituição tivesse, por exemplo, três saídas e a outra não tinha nenhuma, nem sequer a pagar, sendo que aquelas que são a pagar neste momento são mais baratas, digamos assim, são mais acessíveis e esse já é um benefício para as associações. A intenção aqui foi ajudar as associações e as instituições em geral que pedem, não só pela

isenção, mas também quando são taxadas ter um preço inferior àquele que é cobrado numa empresa de camionagem. Só mais uma dica, considerando o número de pedidos, nós tivemos em atenção, por exemplo, no art.º 10.º, as alíneas que aparecem aí das isenções para estabelecimentos de ensino, é lógico que um estabelecimento de ensino que tenha cem alunos não pode ser contemplado da mesma forma que um estabelecimento que tenha mil ou dois mil alunos, porque uma turma esgotava logo e depois não havia lugar para os outros, portanto teve este critério. É o que é possível. Perfeito, perfeito, abduco de dizer quem é. =====

===== Posto isto, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número catorze à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar o referido regulamento. =====

===== **Ponto quinze:** Proposta de estacionamento destinado a cargas e descargas na Rua António Bernardo desta cidade – Aprovação. =====

===== Pela Câmara Municipal, foi apresentada a seguinte proposta: “Tendo em conta: 1. A existência de muitas lojas comerciais na Rua António Bernardo; 2. A necessidade da existência de um lugar destinado a cargas / descargas, propõe-se: a) A colocação de sinal vertical H1a "Parque Autorizado" com placa adicional "Cargas / Descargas" na Rua António Bernardo na baía de estacionamento junto à loja "CIN", ficando colocado a meio da referida baía; - A sinalização vertical deverá ser colocada de acordo com o Decreto Regulamentar 22-A / 98 de 1 de Outubro e 41/2002 de 20 de Agosto.” =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====

===== O Senhor Presidente da Câmara Municipal delegou a palavra ao Senhor Vereador Dr. Ricardo Tavares, para prestar os devidos esclarecimentos. =====

===== Esta proposta é para colocação de um lugar para cargas e descargas numa rua que já tem algum comércio, ali em frente à BP, Rua António Bernardo. =====

===== Aberto o período de inscrições, registou-se o pedido de inscrição do Senhor Arqt.º Jorge Rosa. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Arqt.º Jorge Rosa, do PSD. =====

===== Boa noite. Não tenho nada contra, em particular, a este pedido de estacionamento. Só venho mais uma vez reforçar a necessidade, que eu acho que é importante para todos percebermos, destes pedidos serem complementados com uma parte gráfica. Por um lado, vimos aqui a regozijarmos pelo Portal Geográfico que temos disponível e depois não utilizamos esses recursos para fundamentar os nossos trabalhos e para esclarecer as nossas intenções. Em particular esta não é difícil de perceber, mas as próximas são muito difíceis e por essa razão eu tinha que deixar aqui esta chamada de atenção. Aproveitava também, não em particular para este ponto mas para o trânsito em geral e para a questão da arruamentação, foram feitas algumas alterações de trânsito que estão a funcionar no centro da cidade, já aqui referi que são necessários fazer alguns ajustes e que devemos de os fazer, a Câmara deve de os fazer, há outras situações que devem ser tidas em atenção com alguma urgência. Alguns

estacionamentos estão a perturbar bastante a visibilidade em cruzamentos importantes dentro da cidade, deveria ser feita alguma coisa neste sentido. Existem também equipamentos de publicidade que, agora com a nova proposta de trânsito que está em vigor, estão a pôr em perigo a segurança das pessoas, dos automobilistas e também dos peões que agora estão nas passadeiras do “lado contrário”. Ou seja, há um conjunto de questões que com estes textos e com estes documentos que nos chegam, não dão para perceber, mas na realidade e com a ajuda dos complementos gráficos, mais uma vez eu digo, de certeza que esta Assembleia está disponível para ajudar a que a nossa cidade seja ainda melhor. Muito obrigado. =====

===== Posto isto, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número quinze à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

*===== **Ponto dezasseis:** Proposta de sinalização vertical na Rua dos Bombeiros Voluntários, desta cidade – Aprovação. =====*

===== Pela Câmara Municipal, foi apresentada a seguinte proposta: “Tendo em conta: 1. A necessidade de facilitar as manobras dos veículos dos Bombeiros na cidade de Oliveira de Azeméis, propõe-se: a) A colocação de uma placa adicional “Excepto Bombeiros” no sinal vertical D1a (sentido obrigatório direita) situado na Rua dos Bombeiros Voluntários; - A sinalização vertical deverá ser colocada de acordo com o Decreto Regulamentar 22-A / 98 de 01 de Outubro e 41 /2002 de 20 de Agosto.” =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====

===== O Senhor Presidente da Câmara Municipal delegou a palavra ao Senhor Vereador D. Ricardo Tavares, para prestar os devidos esclarecimentos. =====

===== Isto era para colocar um sinal a permitir que os Bombeiros, face ao problema que surgir, tenham a possibilidade de à saída do quartel também poder virar à esquerda, ou descer a Rua dos Bombeiros Voluntários ou a Ernesto Pinto Basto, por razões de perigo, de rapidez e celeridade. =====

===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====

===== Posto isto, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número dezasseis à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

*===== **Ponto dezassete:** Proposta de sinalização para as PN e Pi da Abelheira – Aprovação. =====*

===== Pela Câmara Municipal, foi apresentada a seguinte proposta: “Tendo em conta: 1. A inauguração da Via Estruturante – Troço 7 que vai permitir encerrar ao trânsito automóvel as PN da Abelheira e da Auto-Barcelona; propõe-se: a) Na Rua Manuel José da Silva (junto à Auto-Barcelona): - Tirar o sinal “Sentido Único” no início da rua; - Pintar linhas amarelas dos dois lados da rua; - Tirar o sinal “Sentido Proibido”; - Tirar o sinal “Sentido Obrigatório” em frente à Rua José Alexandre Oliveira; - Tirar o sinal “Proibido virar à esquerda” na Rua José Alexandre Oliveira; - Tirar o sinal “Stop” da Rua José Alexandre Oliveira e colocar na Rua

Manuel José da Silva; - Aplicar no mesmo tubo um sinal “Via pública sem saída” e aplicar outro do outro lado do passeio; - Alterar o sinal de “Sentido Obrigatório”, virando-o para a direita, em frente à Auto-Barcelona; b) Na Rua Manuel José da Silva (depois da linha de ferro): - Tirar o sinal de “Sentido Obrigatório”; - Tirar os dois sinais de “Sentido Proibido”; - Tirar um sinal de “Proibição virar à direita” e um sinal “Proibição virar à esquerda”; - Colocar um “Stop” na Rua Frei Simão Vasconcelos; c) Na Passagem de Nível da Abelheira: - Tirar o sinal “Proibição a Pesados”; - Colocar sinal “Via Pública sem Saída” na Rua Eng.º Adelino Amaro da Costa; - Tirar o sinal “Proibido a Pesados” na Rua Castelhão e colocar a placa “Excepto Cargas / Descargas” no sinal “Proibido a Pesados” no início desta rua; - Tirar os dois espelhos parabólicos na linha de comboio; - A sinalização vertical deverá ser colocada de acordo com o Decreto Regulamentar 22-A / 98 de 1 de Outubro e 41 /2002 de 20 de Agosto”. =

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====

===== O Senhor Presidente da Câmara Municipal delegou a palavra ao Senhor Vereador Dr. Ricardo Tavares, para prestar os devidos esclarecimentos. =====

===== Esta proposta surge na sequência da supressão da passagem de nível aqui junto à Auto-Barcelona. Neste momento da Auto-Barcelona para cima, na Rua Manuel José da Silva existem dois sentidos, portanto, quem vem do troço 04 ou quem desce da Rua dos Bombeiros Voluntários, pode aceder ao roço 04 e passa a haver dois sentidos. A alínea a) refere-se às alterações, porque quando existia a passagem de nível era em sentido só descendente e aqui tem as alterações decorrentes de agora passarem a existir dois sentidos. O mesmo se diga depois da passagem de nível na mesma rua, portanto, são os ajustes decorrentes de agora passarem a existir dois sentidos. Na passagem de nível da Abelheira, também decorrente da supressão, também são as alterações decorrentes dessa supressão. =====

===== Aberto o período de inscrições, registou-se o pedido de inscrição do Senhor Eng.º Paulo Alegria, do PS. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Eng.º Paulo Alegria, do PS. =====

===== Boa noite a todos. Vim aqui só para um esclarecimento, porque como passo muito acolá fiquei na dúvida e não ouvi bem o Dr. Ricardo. Aquela rua, a Rua Manuel José da Silva, agora logicamente que eu já vi vai ter duplo sentido, mas irá ter um proibido estacionamento dos dois lados, porque senão é um pandemónio acolá. Aquela rua já teve dois sentidos e era permitido estacionar e se agora começar ir por lá trânsito é bastante complicado e perigoso. ==

===== Posto isto, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número dezassete à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

*===== **Ponto dezoito:** Proposta de sinalização vertical nas Ruas Centro Vidreiro e Júlio Mateiro, desta cidade – Aprovação. =====*

===== Pela Câmara Municipal, foi apresentada a seguinte proposta: “Tendo em conta: 1. A solicitação feita pela Fundação La Salette; 2. O facto de os autocarros terem dificuldade

em circular na Rua Júlio Mateiro, propõe-se: a) No início da Rua Júlio Mateiro, bem como no início da Rua do Centro Vidreiro (com a Rua Domingos José da Costa) sejam colocados dois sinais C2 “Trânsito Proibido” com a descrição “BUS”. A sinalização vertical deverá ser colocada de acordo com o Decreto Regulamentar 22-A / 98 de 1 de Outubro e 41 /2002 de 20 de Agosto”. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====

===== O Senhor Presidente da Câmara Municipal delegou a palavra ao Senhor Vereador Dr. Ricardo Tavares, para prestar os devidos esclarecimentos. =====

===== São as ruas em frente ao Parque de La-Salette, para quem conhece o Restaurante Agostinho, toda aquela zona. Era para proibir a circulação dos autocarros naquela rua que é estreita, quer de um lado, do lado mais junto ao Parque de La-Salette, quer do outro que é a saída. =====

===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====

===== Posto isto, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número dezoito à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

*===== **Ponto dezanove:** Proposta de sinalização vertical junto à Escola de Enfermagem – Aprovação. =====*

===== Pela Câmara Municipal, foi apresentada a seguinte proposta: “Tendo em conta: 1. A abertura da Escola de Enfermagem; 2. A necessidade de reformular a sinalização nos acessos à Escola de Enfermagem, propõe-se: a) A colocação do sinal “Sentido Proibido” com placa adicional “40m” na entrada da Rua Madalena Sotto; b) A colocação de dois sinais “Sentido Proibido” na Rua da Cruz Vermelha depois da baía de estacionamento prevista; c) A colocação do sinal “Proibido a veículos pesados “ e um sinal “Via de Sentido Único” no início do acesso ao túnel; - A sinalização vertical deverá ser colocada de acordo com o Decreto Regulamentar 22-A/98 de 01 de Outubro e 41/2002 de 20 de Agosto”. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====

===== O Senhor Presidente da Câmara Municipal delegou a palavra ao Senhor Vereador Dr. Ricardo Tavares, para prestar os devidos esclarecimentos. =====

===== Agora que está prestes a inauguração da nova Escola Superior de Enfermagem, foi necessário reformular toda a sinalização, porque aquele túnel, aquela passagem de emergência na saída da anterior GNR, no sentido nascente/poente com acesso ao IC2, vai haver agora um reverso desse sentido de trânsito. Agora vai ser permitido a quem sobe o IC2 aceder directamente à Escola de Enfermagem e, portanto, no sentido nascente/poente, que é onde começa a Rua Madalena Sotto, seria colocado um sinal de sentido proibido a quarenta metros, que é exactamente aí que se inicia o estacionamento para a Escola de Enfermagem. A colocação de dois sinais de sentido proibido na Rua da Cruz Vermelha, que é uma rua que só dá acesso à

Escola de Enfermagem depois da baía de estacionamento, que é para depois não haver conflito com os carros que vêm de frente, debaixo do túnel. E a colocação, quem acede pelo túnel, de um sinal proibido a veículos pesados e um sinal de via de sentido único. =====

===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====

===== Posto isto, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número dezanove à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

*===== **Ponto vinte:** Processo n.º 2252/06 – Manuel Pinho Martins Ferreira – Margem de acerto e rectificação. =====*

===== Este ponto foi retirado da Ordem de Trabalhos, a pedido da Câmara Municipal. =

*===== **Ponto vinte e um:** Alteração parcial da Macroestrutura Organizacional e Funcional dos Serviços Municipais – Aprovação. =====*

===== Pela Câmara Municipal, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - Que o Regulamento da Macroestrutura Organizacional e Funcional dos Serviços Municipais foi sujeito a alterações, as quais foram publicadas no D.R. n.º 30, II Série, Apêndice n.º 19, de 11 de Fevereiro de 2005, no D.R. n.º 21, II Série, Apêndice n.º 10, de 30 de Janeiro de 2006 e no D.R. n.º 64, II Série, Apêndice n.º 30, de 30 de Março de 2006, respectivamente; - As transferências de novas responsabilidades e competências em várias áreas/actividades municipais; - Que da publicação da Lei n.º 65/2007, de 12 de Novembro, que define o enquadramento institucional e operacional da protecção civil no âmbito municipal decorrem alterações, designadamente na organização dos serviços municipais de protecção civil, o que se pretende efectivar de acordo com a realidade e dimensão deste Município, procedendo-se à sua previsão na Macroestrutura Organizacional e Funcional dos Serviços Municipais, mais concretamente: a) Reformulação das atribuições do Gabinete Municipal de Protecção Civil (GMPC); b) Previsão no âmbito das atribuições do Gabinete Técnico Florestal, de nova denominação “Comissão Municipal de Protecção Civil” (em cumprimento do art. 40º da Lei n.º 27/2006, de 3 de Julho - Lei de bases da Protecção Civil); - A necessidade de se centralizar num só gabinete (GFM - Gabinete Central de Fiscalização Municipal), todas as acções e matérias relativas a fiscalização, quer preventivas, quer repressivas, por forma a melhorar a capacidade de resposta, bem como eficiência no cumprimento da recente legislação, neste domínio tão variado e fixar-se as respectivas competências, ficando assim prejudicadas as competências/actividades anteriormente distribuídas a diversos serviços municipais, – Os princípios da economia, eficácia e eficiência; propõe-se: a aprovação da alteração da redacção dos artigos 8º (n.º3), 21º, 21º-A, 71º e aditamento do artigo 13º-8 ao Regulamento da Macroestrutura Organizacional e Funcional, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de actas, e se remeta à Assembleia Municipal, nos termos do disposto no n.º 6, alínea a) e n.º 2, alínea n) do art.º 53º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro na redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro conjugado com o art.º 5º da Lei n.º 12-A/2008, de 28 de Fevereiro; que posteriormente se efectue a devida publicidade, nos termos da Lei”. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====

=====*Atendendo às transferências de novas responsabilidades e competências em várias áreas e actividades municipais, designadamente quanto ao novo enquadramento institucional e operacional da protecção civil no âmbito municipal, que obrigam a alterações na organização dos serviços municipais de Protecção Civil, nomeadamente quanto à reformulação de atribuições do Gabinete Municipal de Protecção Civil, bem como à previsão de uma Comissão Municipal de Protecção Civil. Por outro lado, atendendo a princípios de economia, eficácia, eficiência e rentabilização dos recursos, tornou-se necessário centralizar num só gabinete todas as acções e matérias relativas a fiscalização, quer preventivas, quer repressivas, criando-se um Gabinete de Fiscalização Municipal, sob a dependência directa do Presidente da Câmara.*====

=====*Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição.*=====

=====*Posto isto, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número vinte e um à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar a alteração parcial da Macroestrutura Organizacional e Funcional dos Serviços Municipais.*=====

=====***Ponto vinte e dois:** Aprovação do mapa de pessoal para 2009.*=====

=====*Pela Câmara Municipal, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - As necessidades previsionais de pessoal para 2009, manifestada pelos Serviços/ Secções/ Divisões/ Departamentos, em cumprimento do n.º 1 do art.º 4º da Lei 12-A/2008, de 28 de Fevereiro (LVCR e anexo à Lei); - Que a LVCR veio estabelecer, entre outros, novos princípios e orientações no domínio da gestão de pessoal e da disciplina relativa aos mapas de pessoal, entre os quais a anuidade do mapa de pessoal, que deve obrigatoriamente, acompanhar a proposta de orçamento (art.º 2º, 3º, 4º, 5º, 7º, 49º e 117º, nºs 7 e 8); - Que o mapa de pessoal compreende a totalidade dos postos de trabalho necessários a desenvolver as actividades previstas no Plano de Actividades, que são caracterizadas em função das atribuições/competências ou actividades que o seu ocupante se destina a cumprir/executar, do cargo ou da carreira que lhe corresponda e ainda dentro de cada carreira/categoria a área de formação académica ou profissional de que o seu ocupante deva ser titular (art.º 5º da L VCR e Decreto-Lei nº 121/2008, de 11 de Julho); - Que as verbas relativas a despesas de pessoal, a inscrever no orçamento, deverão cobrir os encargos com remunerações, novos recrutamentos de pessoal, alteração de posicionamentos remuneratórios obrigatórios e gestionários e se for o caso, com a atribuição de prémios de desempenho a atribuir aos trabalhadores, propõe-se: - A apresentação para aprovação da Câmara Municipal do mapa, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de actas, o qual representa e incorpora a previsão de pessoal que se estima ser necessário para 2009; - Que se submeta o mesmo à aprovação da Assembleia Municipal, na mesma sessão da apresentação do orçamento municipal para 2009 – nos termos do artigo 4º e 5º da LVCR, conjugados com o art.º 53º n.º 2 alínea o) e art.º 64º, n.º 6 alínea a), da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro; - Que posteriormente, se torne público, por afixação no órgão/serviço e inserção na página electrónica, em cumprimento do determinado no citado art.º 5º”.*=====

=====*O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos.*=====

=====*A nova Lei de Vínculos e Carreiras da Função Pública estabelece novos princípios e orientações no domínio da gestão de pessoal e da disciplina relativamente aos*

mapas de pessoal, designadamente a sua anuidade e a obrigatoriedade deste acompanhar a proposta do Orçamento. Foram consultados os Serviços/ Secções/ Divisões/ Departamentos da Câmara Municipal, que manifestaram as suas necessidades previsionais de pessoal para o ano 2009. Assim, submete-se à aprovação desta Assembleia Municipal o Mapa de Pessoal o qual representa e incorpora a previsão do pessoal que se estima ser necessário para 2009, em cumprimento da Legislação em vigor. =====

===== Aberto o período de inscrições, registaram-se os pedidos de inscrição dos Senhores Óscar Oliveira e Armindo Nunes. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Óscar Oliveira, do PCP-PEV. =====

===== Senhor Presidente, a aplicação deste mapa de pessoal que os Municípios são obrigados a aprovar, que estão vigentes na Lei-Quadro que o Partido Socialista aprovou em 28 de Fevereiro, com a conviência do PSD, como é natural, e do CDS, quanto à Reforma dos Vínculos, Carreiras e Remunerações e do Regime Geral da Prestação do Trabalho na Administração Pública, conjugada com o nosso Sistema Integrado da Avaliação do Desempenho e o novo Estatuto de Disciplina alternada com a alteração ao Código de trabalho, que neste momento até está parado, visam no essencial dar expressão à ofensiva mais geral contra a Administração Pública, mas também subverter o regime do trabalho neste sector e colocar em causa os direitos dos Trabalhadores. São também da nossa óptica uma forma de enviar dezenas de trabalhadores para a mobilidade geral. Pensamos que poderá ser uma forma encapotada de vir a acrescentar ainda mais a precariedade neste sector que é a Administração Pública. Já agora queria perguntar, e penso que é extremamente importante, se com este mapa a Câmara Municipal pretende despedir alguém? Deduzo que não. Segundo, quanto aos trabalhadores a recibo verde, se existem, qual vai ser o seu futuro? A outra questão, é que esta Lei também poderá ser uma oportunidade para não só extinguir, ou criar postos de trabalho, ao sabor também da conjuntura e também de alguma forma procurar outros postos de trabalho através de algumas dificuldades e até de necessidades do momento, em relação às necessidades do Município. Coloco estas questões ao Senhor Presidente da Câmara: se há perspectiva de despedimentos, à partida deduzo que não, por aquilo que estive a ver no mapa parece que estão à procura de mais gente, e qual a postura da Câmara em relação aos trabalhadores a recibos verdes, se é que existem. Qual a postura em relação a esta situação. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Armindo Nunes, do PS, que interveio da seguinte forma: =====

===== Foi proposta à aprovação o Mapa de Pessoal para 2009. Estudado o documento, conclui-se que se prevê a admissão de mais trinta e quatro trabalhadores, de diversas profissões e níveis hierárquicos, para provimento de vagas em diversos serviços. Não está demonstrado na fundamentação apresentada, o esgotamento das possibilidades de utilização dos mecanismos de mobilidade do pessoal entre os diversos Serviços da Câmara, para suprir a totalidade ou parte das novas necessidades. Não há no relatório nenhuma referência a eventuais novas abordagens de gestão de recursos humanos e funções, nomeadamente a criação de serviços de utilização comum, perfeitamente viáveis em algumas áreas, como por exemplo nos serviços de limpeza, apoio administrativo, etc.. Nada é referido sobre a possibilidade de contratação de algumas tarefas em regime de prestação de serviços. São criadas funções de encarregados para equipas

de reduzida dimensão, que em primeira análise podem ser coordenadas pelo quadro hierárquico existente. E ainda: A situação económico-financeira do Município padece de graves constrangimentos, sendo previsível que assim se mantenha por longo período, impondo uma postura de grande rigor e austeridade, em nome do interesse colectivo. No Estudo e Plano de Saneamento Financeiro, o Executivo compromete-se, entre outras medidas, a “Não aumentar o quadro de pessoal, pela contenção de novas admissões, pesquisa interna de recursos e reafecção dos quadros de pessoal” citei o estudo de saneamento financeiro. O peso das despesas de pessoal nos custos da estrutura, é superior ao de outros municípios equivalentes. É expectável que comecem a sentir-se os efeitos da modernização administrativa, na libertação de recursos humanos. Mas reconhecemos também a necessidade de provimento do quadro das novas estruturas. Neste quadro e com o nível de informação que temos, a minha bancada vai abster-se nesta votação. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para responder às questões colocadas. =====

===== O Senhor Presidente da Câmara Municipal delegou a palavra ao Senhor Vereador Dr. António Rosa, para prestar esclarecimentos. =====

===== As intervenções não colocaram grandes questões, a não ser objectivamente o Óscar Oliveira relativamente aos despedimentos. Obviamente que a Câmara Municipal não está a equacionar despedir quem quer que seja, nem o pode fazer. Aquilo que estamos a fazer é simplesmente seguir aquilo que a Lei para 2009 estabelece no que diz respeito à gestão de pessoas. Eu gostava de dar uma nota, de que o actual Quadro de Pessoal da Câmara Municipal tinha lugares de quadro não utilizados, portanto que estavam vagos, trezentos e catorze lugares. Aquilo que estamos a fazer é a abandonar um quadro de acordo com o enquadramento legal e a prever, de acordo com o que a Lei exige, o número de lugares a aprovisionar no decurso do ano 2009. Portanto, essa era uma questão que eu gostava de esclarecer. Obviamente que em relação às avenças temos de proceder de acordo com aquilo que a Lei exige. À medida que as avenças, com pessoas em nome individual que a Câmara Municipal tem, se vão esgotando no tempo não estão a ser renovadas naturalmente, porque assim não o podemos fazer, à excepção de uma ou outra situação que declaradamente é inviável adjudicar a uma qualquer empresa, mas essas são questões de facto absolutamente residuais no cômputo da Câmara Municipal. Relativamente aos trinta e quatro lugares e às preocupações da massa salarial, obviamente que ninguém mais do que nós, e temos dado provas evidentes disso, tem nas suas preocupações esse factor. Este foi um trabalho que a Câmara Municipal fez em termos de procedimentos, já agora também só para perceberem, aquilo que fez foi pedir aos serviços o levantamento das suas necessidades e como compreenderão a elencagem destas necessidades foi substancialmente superior àquilo que é o mapa que estamos aqui a apresentar. Este mapa foi feito com critérios de rigor, com a lógica efectivamente de encontrarmos soluções internas para tudo aquilo que seja passível de ser solucionado por essa via e, portanto, estes trinta e quatro lugares são efectivamente as necessidades que perspectivamos e que enquadrámos em termos orçamentais, daí também perspectivamos um ligeiro acréscimo na massa salarial para 2009, mas decorrente destes trinta e quatro lugares. Obviamente que temos a noção também, e isto tem acontecido ao longo dos últimos anos, de que haverá saídas, quanto mais não sejam por aposentação. Essas naturalmente não as estamos a prever, porque não temos condições para isso, porque não há uma garantia, mas cremos e acreditamos que isso irá acontecer e, portanto, aquilo que estamos a fazer em termos orçamentais e veremos já de seguida de que estamos a ser prudentes neste sentido, porque estamos efectivamente a acautelar que este número de pessoas tenha

enquadramento em termos orçamentais. Uma última nota que eu penso que também é relevante, estes trinta e quatro lugares estão devidamente analisados, no sentido inclusive, de acordo com as necessidades, serem escalonados ao longo do ano. Há equipamentos que perspectivamos abrir em determinada altura do ano, há pessoas que terão que entrar de imediato para preparar a abertura, outras entrarão apenas no momento em que entre em funcionamento. Tudo isto está subjacente a este quadro de pessoal que aqui estamos a aprovar. =====

===== Posto isto, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número vinte e dois à votação, tendo sido deliberado por maioria aprovar o mapa de pessoal para 2009, com os seguintes votos: a favor - vinte e sete do PSD, um do CDS/PP e Presidente da Junta de Freguesia de Fajões; abstenções - quinze do PS e um do PCP-PEV. =====

*===== **Ponto vinte e três:** Orçamento e Grandes Opções do Plano/ 2009 – Aprovação. ==*

===== Pela Câmara Municipal, foram presentes os documentos referidos em epígrafe, os quais irão ficarão arquivados em pasta anexa ao livro de actas, elaborado ao abrigo do Decreto-Lei n.º 54-A/99 de 22 de Fevereiro. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====

===== O Orçamento e as Grandes Opções do Plano de 2009 apresentados neste documento, demonstram a coerência e rigor da gestão deste Executivo, reforçando as medidas implementadas e os objectivos traçados no início deste mandato. Este documento contempla importantes ajustamentos orçamentais devidos ao Plano de Saneamento Financeiro em curso e tudo aquilo que o mesmo impõe. Significa, por isso, que eventuais esforços de comparação com documentos relativos aos anos anteriores serão, invariavelmente, condicionados por este factor. A solidez e o rigor orçamentais exigidos, o constante esforço de redução da dívida e do endividamento e uma aposta empenhada num planeamento fidedigno, têm permitido uma gestão rigorosa dos recursos existentes e, assim, uma maior eficácia na nossa actuação. A redução da despesa corrente e da dívida, consolidada ao longo dos últimos anos, permitirá continuar com níveis de investimento elevados. Será, o ano de 2009, mais uma oportunidade para dar continuidade ao esforço de desburocratizar e simplificar os processos administrativos existentes no Município o que, certamente, poderá contribuir para melhorar o relacionamento com os clientes, munícipes e unidades empresariais do concelho. Note-se o esforço que vem sendo feito numa gestão rigorosa e partilhada do recurso mais importante ao dispor da autarquia, que é o seu capital humano. Só assentando numa relação recíproca de profissionalismo, dedicação e cooperação entre os diferentes níveis da hierarquia municipal, tem sido possível e é perspectivado para o ano de 2009, um crescimento aproximadamente nulo na massa salarial global do Município. Quer isto dizer que, as iniciativas, projectos e equipamentos novos que têm sido colocados à disposição de todos os Oliveirenses, têm sido assegurados à custa de uma reestruturação e partilha de recursos humanos do Município, sem com isso sacrificar o bolo financeiro que é disponibilizado para o investimento. 2009, será um ano de concretização de um conjunto de infra-estruturas e equipamentos que darão continuidade ao reforço da qualidade de vida de todos os Oliveirenses. Espaços como o Arquivo Municipal, a Ludoteca, o Núcleo Museológico do Moinho e do Pão, serão colocados ao serviço da população até final do primeiro semestre. Para o segundo semestre está prevista a abertura de importantes equipamentos como sejam o Complexo de Piscinas e o Pavilhão Oficina, os quais beneficiarão

*de uma intervenção da área envolvente que conferirá ao espaço uma qualidade e conforto que marcarão este como uma zona de referência na qualidade de vida e do lazer para os Oliveirenses. No que às infra-estruturas de Água e Saneamento diz respeito, o ano de 2009 será marcado pela concretização da concessão destes serviços. A abertura de um Concurso Público Internacional, no início do ano, faz perspectivar a adjudicação da concessão destes serviços básicos, para o segundo semestre do ano. Ao nível da rede viária, e após a conclusão de um vasto conjunto de novas vias de comunicação estruturantes, será intensificado o esforço de requalificação de alguns troços degradados, em particular na cidade. Espera-se que o arranque definitivo e real do QREN permita assegurar o arranque de projectos importantes que aguardam por essa oportunidade e, assim, reforçar os níveis de investimento previstos no presente Orçamento e PPI. O cenário de crise económica em que Portugal se encontra conduziu a um desagravamento dos compromissos do país face ao Pacto de Estabilidade e Crescimento sem com isso ser desagradada a limitação do endividamento imposta aos municípios. No entanto, comprova-se, neste orçamento, que apesar de um ambiente de contexto que é hostil, é possível seguir um caminho de desenvolvimento no Município. Isto só é possível devido a uma gestão baseada em três pilares essenciais: **Rigor** na gestão; **Inovação** nos processos; **Envolvimento** dos diferentes agentes na resolução dos problemas. A respeito deste envolvimento de parceria, concluo destacando a experiência de sucesso ensaiada neste ano de 2008, na realização de investimentos em parceria com todas as freguesias onde, através da realização de protocolos de delegação de competências, foi possível alavancar investimentos por todo o concelho através da partilha de recursos do Município e da capacidade empreendedora das freguesias. Esta é uma aposta que terá continuidade em 2009. =====*

===== Aberto o período de inscrições, registaram-se os pedidos de inscrição dos Senhores Armindo Nunes, Óscar Oliveira, Ilídio Lopes, Nuno Jesus, Dr. Isidro Figueiredo e Eng.º Joaquim Jorge. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Armindo Nunes, do PS, que disse: =====

===== Estamos a discutir dois instrumentos fundamentais para o governo do nosso Município: o ORÇAMENTO e as GRANDES OPÇÕES DO PLANO para o ano de 2009. Este é o último ano do mandato e por isso importa fazer a leitura destes documentos a par duma análise retrospectiva da evolução dos rubricas mais importantes, que nos permita perceber as políticas que lhes estão subjacentes. A primeira conclusão é de que estamos perante um Orçamento e um Plano pobres, sem ambição, claramente condicionados pela situação económico/financeira criada ao longo dos anos. O Orçamento e o Plano são o corolário há muito previsível do caminho trilhado, que não é seguramente o caminho certo que foi prometido a todos os Oliveirenses. Atentemos na evolução dos números, porque só eles traduzem com objectividade, sem paixões ou cores políticas o desempenho real do nosso Executivo: 1- Valor do Orçamento: Em termos meramente quantitativos, continua a sua linha de emagrecimento, sendo o mais modesto dos últimos cinco anos, tendo descido de € 42.052.000,00 (quarenta e dois milhões e cinquenta e dois mil euros) em 2005 para € 39.031.000,00 (trinta e nove milhões e trinta e um mil euros) em 2009, em valores nominais. 2 – Despesas de Capital: Esta rubrica, fundamental para a realização dos fins últimos do Município, de desenvolvimento económico e social, criação de qualidade e condições de vida dos munícipes, tem descido continuamente, tendo sofrido mesmo a maior queda em 2009. Em 2005, o orçamento foi de € 21.830.000,00 (vinte e um milhões oitocentos e trinta mil euros); em 2006, desceu para € 20.210.000,00 (vinte milhões

duzentos e dez mil euros); em 2007, desceu para € 18.961.000,00 (dezoito milhões novecentos e sessenta e um mil euros); em 2008, desceu para € 18.292.000,00 (dezoito milhões duzentos e noventa e dois mil euros); em 2009, cai para € 14.310.000,00 (catorze milhões trezentos e dez mil euros) ou € 10.835.000,00 (dez milhões oitocentos e trinta e cinco mil euros), se lhe retirarmos o valor imputado a Passivos Financeiros. Um Município com um Orçamento de cerca de quarenta milhões de euros, destina ao investimento apenas onze milhões, ou seja, 28% do total da despesa, contra 47% em 2005. 3 – Despesas Correntes: Já em relação à despesa corrente, a evolução é claramente inversa. Vejamos os números: Em 2005, o orçamento foi de €20.223.000,00 (vinte milhões duzentos e vinte e três mil euros); em 2006, subiu para €20.791.000,00 (vinte milhões setecentos e noventa e um mil euros); em 2007, subiu para €21.786.000,00 (vinte e um milhões setecentos e oitenta e seis mil euros); em 2008, subiu para €22.397.000,00 (vinte e dois milhões trezentos e noventa e sete mil euros); em 2009, sobe para €24.721.000,00 (vinte e quatro milhões setecentos e vinte e um mil euros). O investimento cai a pique, ao mesmo tempo que a despesa sobe a bom ritmo. A despesa corrente absorve agora 63% do total da despesa, contra 48% em 2005. 4 – Despesas com o Pessoal: Em 2005, o orçamento foi de € 9.226.000,00 (nove milhões duzentos e vinte e seis mil euros), com um peso de 22% na despesa total; em 2006, subiu para € 9.840.000,00 (nove milhões oitocentos e quarenta mil euros), com um rácio de 24%; em 2007, subiu para € 10.094.000,00 (dez milhões e noventa e quatro mil euros), com um rácio de 25%; em 2008, subiu para € 10.443.000,00 (dez milhões quatrocentos e quarenta e três mil euros), com um rácio de 26%. E em 2009, estão orçamentados € 10.946.000,00 (dez milhões novecentos e quarenta e seis mil euros), mais meio milhão de euros, com um rácio de 28% na despesa total. Regista-se uma variação para mais de 4,8% em relação ao orçamento de 2008. Enquanto Municípios que tinham os mesmos problemas financeiros tomaram medidas de rigor e contenção de pessoal, com resultados já visíveis, no nosso nada se faz para inverter esta tendência, antes se agrava de cada vez mais, contratando mais e mais pessoal. Sobre este tema, será útil fazer um pequeno exercício de benchmark, comparando o valor desta despesa no nosso Município com a despesa média dos Municípios do Distrito de Aveiro. Dados duma publicação oficial, da DGAL, relativos à prestação de contas dos municípios do ano de 2006 (o último que encontrei), mostram que na estrutura da despesa, o rácio Pessoal/Despesa Total é o seguinte: No distrito 25%; Oliveira Azeméis 33%. A diferença de 8 pontos percentuais corresponde a € 2.459.000,00 (dois milhões quatrocentos e cinquenta e nove mil euros), montante que só por si justifica uma atenção especial às políticas de recursos humanos. 5 – Juros e Outros Encargos: Vejamos a sua evolução, em valores absolutos e de percentagem na despesa total: Em 2005, o orçamento foi de € 626.000,00 (seiscentos e vinte e seis mil euros), com um rácio de 1,5%; em 2006, subiu para € 649.000,00 (seiscentos e quarenta e nove mil euros), com um rácio de 1,6%; em 2007, subiu para € 996.000,00 (novecentos e noventa e seis mil euros), com um rácio de 2,4%; em 2008, subiu para € 1.043.000,00 (um milhão e quarenta e três mil euros), com um rácio de 2,6%; e em 2009, o orçamento é de €3.053.000,00 (três milhões e cinquenta e três mil euros), com um rácio de 7,8% sobre a despesa total. Faça um parêntesis a propósito da forma como o Dr. Isidro Figueiredo tratou há pouco a questão do empréstimo, valorizando tudo acessório, mas esquecendo o fundamental, é que os trinta e quatro milhões de euros do empréstimo não são a panaceia que resolve tudo, resolve-nos esta situação, simplesmente cria-nos uma outra que é difícil de controlar e que nos vai durar anos e anos, pelo menos doze. Portanto, não confundamos o acessório com o essencial. Tal como o previsto, a bola de neve continua a engordar e as consequências do endividamento estão agora a ficar palpáveis. Talvez agora os indefectíveis partidários das políticas seguidas, percebam que as consequências não são inócuas, custam muito dinheiro ao erário público e têm necessariamente reflexos no desenvolvimento do nosso concelho.

Continuamos a caminhar para o precipício, a afunilar a nossa capacidade de investimento e se não invertermos este caminho, tempos virão em que teremos dificuldades mesmo para financiar a despesa corrente. Apenas mais um item, este do lado da receita, respeitante a Impostos, taxas e multas. A evolução é a seguinte: Em 2005, o orçamento foi de € 8.150.000,00 (oito milhões cento e cinquenta mil euros); em 2006, foi de € 8.065.000,00 (oito milhões e sessenta e cinco mil euros); em 2007, foi de € 8.453.000,00 (oito milhões quatrocentos e cinquenta e três mil euros); em 2008, foi de € 8.970.000,00 (oito milhões novecentos e setenta mil euros); e em 2009, sobe para € 9.365.000,00 (nove milhões trezentos e sessenta e cinco mil euros), um crescimento de 4%, que consideramos irrealista, face ao abrandamento da actividade económica e ao decréscimo previsível dos impostos sobre o património imobiliário. Uma referência positiva para a rubrica de Rendas e Alugueres, que está orçamentada em € 878.000,00 (oitocentos e setenta e oito mil euros), menos cerca de € 370.000,00 (trezentos e setenta mil euros) do que no ano em curso, o que registamos com agrado. Quanto às Grandes Opções do Plano e Plano Plurianual de Investimentos, reflecte a incapacidade do Município para libertar meios que permitam fazer obras que faltam, algumas vitais para o nosso desenvolvimento e qualidade de vida da população. Para a água e saneamento foram destinadas verbas irrisórias, de €157.000,00 (cento e cinquenta e sete mil euros) e € 366.000,00 (trezentos e sessenta e seis mil euros), respectivamente, não está inscrita nenhuma obra relevante e as freguesias estão muito esquecidas, apenas se enumerando numa longa lista, obras de administração directa, que vão passando de ano para ano. Não vislumbramos neste Orçamento e Grandes Opções uma única medida de carácter estrutural que indicie uma mudança de políticas, aquelas políticas de que sempre discordámos, por antevermos as consequências, razão por que a minha Bancada votará contra a proposta. =====

===== Seguidamente, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Óscar Oliveira, do PCP-PEV. =====

===== Anunciamos desde já a nossa oposição às opções aqui tomadas. Em matéria financeira, duas preocupações. Uma primeira, duvidamos do rigor do orçamento no que toca ao cálculo das receitas de capital. Mais uma vez a Câmara Municipal faz o empolamento desta receita. Verificamos que estas receitas têm vindo nos últimos três anos de contas aprovadas, 2005, 2006 e 2007, a descer. Senão vejamos os números: em 2005, € 10.818.080,00 (dez milhões oitocentos e dezoito mil e oitenta euros); em 2006, € 9.061.168,00 (nove milhões e sessenta e um mil cento e sessenta e oito euros); em 2007, € 7.011.411,00 (sete milhões e onze mil quatrocentos e onze euros). Mesmo assim a Câmara Municipal orçamenta uma verba muito longe da melhor atingida, ou seja, € 13.608.890,00 (treze milhões seiscentos e oito mil oitocentos e noventa euros), quase duas vezes mais do que o atingido em 2007. Será rigoroso? Vamos ver quando aprovarmos as contas de 2009. Segunda preocupação: estamos preocupados por neste orçamento não percebermos qual o compromisso do Executivo no sentido de sanear a frágil situação financeira do Município. Falta-nos um plano de evolução da dívida. Sabemos que a 01 de Janeiro de 2008, a dívida de médio e longo prazo era de € 28.824.725,00 (vinte e oito milhões oitocentos e vinte e quatro mil setecentos e vinte e cinco euros) e a dívida de curto e médio prazo era de € 26.360.443,00 (vinte e seis milhões trezentos e sessenta mil quatrocentos e quarenta e três euros), ou seja, um total superior segundo o balanço de cinquenta e cinco milhões de euros. Era de todo conveniente termos documentos de previsão da dívida em 01 de Janeiro de 2009, acompanhados dos planos de amortização da mesma durante o ano de 2009. Era bom que percebêssemos o que a Câmara Municipal propõe em matéria de dívida para 31 de Dezembro de 2009 e quanto vai o Município dever aos bancos, à EDP e aos fornecedores no dia

31 de Dezembro de 2009. Não sabemos, navegamos sem costa à vista, sem GPS, sem bússola, ou seja às cegas, com fé em Deus talvez. Em matéria de prioridades das Grandes Opções do Plano, uma primeira preocupação, nós consideramos que um País sem a cobertura total no abastecimento de água e saneamento, é um País do terceiro mundo e em Portugal isso acontece em muitas localidades, o distrito de Aveiro é fértil nesse atraso e o nosso Município é o espelho também desse atraso. Algum investimento tem-se feito nesta área, mas a realidade é muito pouca. Sentimos uma profunda tristeza, ao verificar no Plano Plurianual de Investimentos que o valor previsto para 2009 em matéria de abastecimento de água se cifra nos € 156.670,00 (cento e cinquenta e seis mil seiscentos e setenta euros), ou seja, trinta e um mil contos, 1,37% do total do Plano Plurianual de Investimentos. E que o valor previsto para a rede de saneamento é de €365.540,00 (trezentos e sessenta e cinco mil quinhentos e quarenta euros), ou seja, setenta e três mil contos, 3,2% do Plano Plurianual de Investimentos. A Câmara Municipal investe somente cerca de € 522.000,00 (quinhentos e vinte e dois mil euros), ou seja, cento e quatro mil contos, na grande carência existente no concelho. Esta deveria ser a grande prioridade do Município como sempre defendemos. Uma segunda consideração, a educação. É do conhecimento público que nos últimos anos tem-se dado passos positivos nesta área, mas achamos que ainda não são os suficientes. No que toca ao ensino do 1.º ciclo, achamos que as carências das nossas escolas ainda são muitas. Pensamos que ainda estamos bastante mal neste capítulo. Verificamos que a Câmara Municipal prevê investir uma verba que achamos insuficiente para as necessidades do concelho € 1.511.000,00 (um milhão quinhentos e onze mil euros), parece-nos ser uma verba considerável, mas se observarmos bem o estado e as necessidades das nossas escolas do 1.º ciclo do ensino básico facilmente ficamos com a sensação de que temos muito que investir. Mas se existem estas insuficiências no 1.º ciclo do ensino básico, mais graves serão no ensino primário. Senhor Presidente da Câmara, a verba que se prevê gastar em 2009, em matéria de ensino pré-primário para não são suficientes, para não dizer chocante, pela importância que damos ao ensino pré-primário, fundamentalmente para evolução escolar das nossas crianças, a verba que se prevê investir nesta área em 2009 é de apenas € 23.390,00 (vinte e três mil trezentos e noventa euros), menos que quatro mil e setecentos contos. Mesmo que estivéssemos de acordo com o total previsto para as outras áreas de investimento, que não estamos, o que se prevê investir para o abastecimento de água e saneamento básico e para a educação (pré-primário e 1.º ciclo), nos levaria a votar contra o Orçamento e as Grandes Opções de Plano. Assim, votamos contra a convicção profunda que é a oposição aos documentos que hoje nos são propostos quanto a investimentos, são a posição que melhor serve o nosso concelho. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Ilídio Lopes, Presidente da Junta de Freguesia de S. Martinho da Gândara. =====

===== O Orçamento e as Grandes Opções do Plano do Município de Oliveira de Azeméis para o ano de 2009, como instrumento que orienta as políticas a implementar em função dos recursos disponíveis, e a perspectiva dos que possam ainda vir a ser disponibilizados no decurso do ano, face ao arranque definitivo e real de candidaturas ao QREN em projectos de elevada importância, e que seguramente vão reforçar os níveis de investimento, retrata bem a visão e a estratégia do Executivo. Como referiu o Senhor Presidente, este precioso documento de gestão em análise e discussão, contempla importantes ajustamentos orçamentais devidos ao Plano de Saneamento Financeiro em curso, e tudo aquilo que o mesmo impõe. Com a utilização do empréstimo de saneamento financeiro estão a ser liquidadas as dívidas a fornecedores e outros credores do Município pelo que, as mesmas já não constam do Orçamento para 2009.

Significa isto que, apesar da redução do valor global do Orçamento para 2009, que será de aproximadamente trinta e nove milhões de euros, face a 2008, poder levar, numa análise menos atenta, à conclusão de que se perspectiva uma redução da actividade municipal, na verdade, porque o mesmo contempla menos dívida transitada de anos anteriores, fica espaço para uma execução real mais elevada. Significa por isso, que comparar variações de rubricas deste Orçamento, com as de anos anteriores, será um exercício que não trará conclusões coerentes. Caros colegas, tal como o Senhor Presidente referiu o cenário de crise económica que se vive em Portugal, conduziu a um desagravamento dos compromissos do país, face ao Pacto de Estabilidade e Crescimento, sem com isso ser desagravada a limitação do endividamento imposta aos municípios. Por isso, gerir hoje um município obedecendo criteriosamente ao rigor da nova Lei das Finanças Locais, não é tarefa fácil. A invenção não basta! À invenção, terá que ser associada a competência e Inovação, o rigor da Gestão, a Definição de prioridades, como forma de assegurar os melhores investimentos sem comprometer o futuro. Por isso mesmo, o destaque da minha intervenção terá, forçosamente, que ir para a componente do investimento que não se encontra explicitamente referida nas Grandes Opções do Plano para 2009. A grande notícia que nos foi transmitida pelo Senhor Presidente, adjudicação da concessão da Água e Saneamento de todo o concelho, prevista para o segundo semestre do próximo ano. É uma matéria que me é particularmente querida. Já em anos anteriores a ela me referi, como uma das maiores (para não dizer a maior) reivindicações da minha freguesia. É pois, com enorme satisfação, que vejo este anseio próximo de ser concretizado. Tive oportunidade de acompanhar pelos jornais os números deste processo, que são impressionantes; quarenta e três milhões de euros de investimento, a realizar no prazo de sete anos, para atingir uma cobertura de 92% para o saneamento, e 100% para o abastecimento de água. Qualquer coisa como 330km de rede de saneamento e 192km de rede de água, com três estações de tratamento de águas residuais. Senhor Presidente, caros colegas, Este é um regozijo legítimo para quem, como eu, tem reivindicado ao longo de anos este serviço para as suas populações. Aliás, não esqueço, que esta foi sendo ao longo dos últimos anos, uma batalha levada a cabo pelo Partido Socialista pelo que, seguramente, os colegas da bancada à minha esquerda, partilharão hoje comigo este sentimento de satisfação e apoio a esta medida. Voltando agora à minha análise do Orçamento da Despesa, peço à Câmara Municipal alguns esclarecimentos: As Despesas com o pessoal apontam para um crescimento de 4,8% face ao ano de 2008. Gostaria que esclarecesse quais as razões para este aumento, quando o definido por Lei é de 2,9%. Em relação às Transferências Correntes, solicito também esclarecimento relativo às rubricas: Associação de Municípios, Instituições sem fins lucrativos e Outras Famílias, as quais, não tendo orçamentação substancial em anos anteriores, apresentam para 2009 valores significativos. Em relação à conta residual Outras Despesas Correntes verifica-se um saldo € 544.000,00 (quinhentos e quarenta e quatro mil euros), dos quais € 422.440,00 (quatrocentos e vinte e dois mil quatrocentos e quarenta euros), são referentes a Outros da Câmara Municipal. Qual a justificação para este valor? Na rubrica Transferências de Capital - Administração Local - Juntas de Freguesia, prevê-se para o ano de 2009 um valor de € 931.190,00 (novecentos e trinta e um mil cento e noventa euros), que reflecte um acréscimo de 15,6% face ao ano de 2008. Aceitando de bom grado este acréscimo questiono, qual a justificação para este valor? Uma última e inevitável referência referente a Juros e Outros Encargos. Naturalmente que sabemos a que se refere: são os encargos financeiros decorrentes da utilização do Empréstimo de Saneamento Financeiro. Note-se que, desde o estudo que nos foi apresentado, até à efectiva adjudicação do empréstimo, verificou-se uma variação nos custos da taxa de juro próximo de 1%. Isto significa, que houve um acréscimo do custo financeiro cerca de € 340.000,00 (trezentos e quarenta mil euros). Com isto termino, desejando a todos um bom resto de ano e que o próximo ano de 2009 nos traga tudo de bom.

Muito obrigado. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Nuno Jesus, Presidente da Junta de Freguesia de Travanca. =====

===== Como Presidente da Junta de Freguesia de Travanca, tenho que tecer algumas considerações neste ponto da Ordem de Trabalhos, não só pelo facto de ter que agir em coerência com posições tomadas em iguais situações no passado, mas também porque os seus fregueses assim o exigem, nomeadamente, naquelas interpelações que quase diariamente me fazem para, até é ironia dizer, em 99% das situações reclamarem de situações para as quais a Junta de Freguesia não tem competência, nem responsabilidade directa, mas como nós somos, nós Presidentes de Junta, somos os que estamos mais à mão... Assim relativamente a este ponto o Presidente da Junta de Travanca não pode abster-se de comentar 2008. Em 2008 e relativamente principalmente ao Plano Plurianual de Investimentos e Administrações Directas, em Travanca efectivamente foram cumpridas, ou foram efectuadas algumas obras, nomeadamente o Plano de Obras por Administração Directa, mas como iniciativa da Junta, em que a Junta de Freguesia fez um investimento maior e quase que, eu atrever-me-ia a dizer, não foi a Junta que foi a reboque da Câmara, mas foi a Câmara que foi a reboque da Junta, ou seja, a Junta de Freguesia de Travanca felizmente o vai conseguindo fazer. Relativamente ao plano para 2009, mais uma vez a Junta de Freguesia de Travanca nem sequer foi ouvida, nem sequer foi feita aquela consulta, ainda no ano passado mandaram um e-mail a dizer “que obras é que vocês querem que constem em PPI”. Este ano nem isso. O plano é uma cópia mal feita do plano anterior e eu dou um exemplo que é caricato – intervenções na Escola de Besteiros, a Escola de Besteiros foi cedida a uma associação e a Câmara não precisa de gastar lá nenhum tostão. Portanto, como é possível ter esta obra no plano? Depois não há obras em PPI para 2009, as únicas obras que aparecem estão para os anos seguintes e aqui tenho que me sentir bastante triste e dando apenas dois exemplos: como é possível não aparecer a Rua do Outeiro e a Escola do Outeiro? A reformulação da Escola do Outeiro efectivamente aparece no Plano de Obras por Administração Directa, mas eu não sei como é que os funcionários da Câmara vão fazer caixilharia em alumínio, acho que esta obra deveria estar no PPI e não no Plano de Obras por Administração Directa. São só alguns exemplos e repetindo, em coerência com aquilo que tenho vindo a dizer em pontos idênticos no passado, são alguns exemplos para enumerarem ou para justificar mais uma vez o meu voto contra os documentos apresentados neste ponto da ordem de trabalhos. Obrigado. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Dr. Isidro Figueiredo, do PSD. =====

===== Relativamente à discussão do Orçamento e Grandes Opções do Plano, penso que aqui já foram abordadas as questões principais no que diz respeito às grandes questões que estão aqui subjacentes e importa neste momento, até porque o período da ordem de trabalhos vai longo, sobretudo dar ou conferir a este documento a opção política que o Partido Social Democrata lhe pretende conferir. Evidentemente que o documento que está em apreço orientará a acção da Câmara Municipal no próximo ano e em especial no próximo ano, porque estamos a falar no último ano do mandato e salientamos que esse documento contempla e se enquadra dentro das linhas orientadoras estabelecidas pelo Plano de Saneamento Financeiro, a que já fiz referência no “Período de Antes da Ordem do Dia”. A este propósito gostava de responder directamente, até porque fui interpelado pelo Senhor Armindo Nunes, que nunca em momento

algun disse que o Plano de Saneamento Financeiro, portanto, o empréstimo solicitado e aprovado pelo Tribunal de Contas era a panaceia de todos os problemas da Câmara Municipal. Evidentemente que não é, nunca o disse nem poderia dizer, porque não é essa a minha postura, nem o meu entendimento sobre essa matéria. Por várias vezes já fiz referência, que a situação financeira da Câmara também é nossa preocupação e, portanto, nesse sentido quisemos sobretudo dar resposta e fomos os únicos a trilhar esse caminho, quisemos dar resposta aos credores/fornecedores da Câmara e, portanto, nesse sentido quisemos encontrar uma solução imediata para um problema que se punha e urgia uma resolução eficaz. As Grandes Opções do Plano e o Orçamento seguem uma linha de continuidade na procura da consolidação financeira, baseada na solidez e no rigor orçamental, tendo em vista a continuação da redução da dívida e do endividamento com processos de planeamento e gestão, que nós entendemos ser uma gestão que tem vindo a dar resultados e, portanto, rigorosa dos recursos existentes, conferindo assim maior eficácia à actuação da Câmara. E os resultados alcançados em anos consecutivos também confirmam esse facto. Não esqueçamos que a sucessiva redução da dívida e do endividamento aconteceu em paralelo com a concretização de avultados investimentos que transformaram a cidade, dando-lhe uma dimensão mais moderna com vias estruturantes, espaços de convívio, lazer, cultura e desporto, que decerto, todos nós reconhecemos, qualificaram ou permitiram maior qualidade de vida aos Oliveirenses. Mas este esforço de modernização e desenvolvimento do concelho apesar, e como sabemos, do contexto de crise que se prolongará infelizmente para o próximo ano, se calhar com dimensões ainda mais gravosas, apesar disso tudo, o esforço de modernização e desenvolvimento do concelho vai prosseguir em 2009. Este será um ano de concretização de um conjunto de infra-estruturas e equipamentos que dão, portanto, continuidade a esse esforço de modernidade para o concelho. Algumas obras que estão em vias de conclusão e também já aqui foram citadas de que as mais emblemáticas, poderemos citar: o complexo de piscinas e o pavilhão oficina. Também se espera que com a entrada em vigor do QREN, esse Quadro de Referência Estratégica Nacional permita a concretização de projectos importantes na sede do concelho, mas também em cada uma das dezanove freguesias. E é certo que o investimento tem de ser também, cada vez mais, uma preocupação de se estender às dezanove freguesias do nosso concelho. Finalmente, e porque aqui ouvi uma citação do Senhor Óscar Oliveira, não podia deixar de dizer que nós obviamente suportamos este documento, iremos votar a favor, também já vimos qual é a intenção da Oposição, mas dizer-lhe que nós navegamos com fé em Deus, mas podia ter completado a frase dizendo que confiamos nos homens de boa-vontade. E esta seria talvez a melhor forma, até porque estamos ainda na quadra natalícia, para terminar uma intervenção que se espera que não seja desta vez suscitadora ou susceptível de grande polémica, no sentido de dizer que acreditamos que temos ideias para o concelho, que acreditamos naquilo que realizamos, certamente que não conseguiremos concretizar tudo aquilo que pretendemos, mas é também com a fé e com a boa-vontade que se pode concretizar alguns dos sonhos que pretendemos para todos nós. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Eng.º Joaquim Jorge, do PS, que fez a seguinte intervenção: =====

===== As minhas saudações a todos os presentes e começaria por agradecer ao Senhor Ilídio pela forma brilhante como ilustrou, eu não faria melhor, tudo aquilo que está por fazer em termos de água e saneamento no nosso concelho. Quarenta e três milhões de euros é efectivamente um enorme investimento; trezentos e trinta quilómetros de condutas é realmente muita coisa que está por fazer, aliás está quase tudo por fazer. Se tivéssemos a assistir a esta

Assembleia, forasteiros, pessoas que não conhecessem Oliveira Azeméis, essas pessoas certamente pensariam, depois de ouvirem as nossas intervenções, que das duas, três: ou os da oposição mentem, ou os do poder mentem, ou ambos mentem. Mas os Oliveirenses sabem quem fala verdade, porque sentem na pele e no bolso o pior mandato autárquico da história Oliveirense. Diz o Senhor Presidente da Câmara, que os dois documentos (referindo-se ao Orçamento e às Grandes Opções do Plano para 2009) “demonstram a coerência e o rigor da gestão deste Executivo”. Diz ainda que “A redução da despesa corrente e da dívida permitirá continuar com o grande volume de investimento em 2009”. Bom, Senhor Presidente, o Senhor vai trazer um violino para ouvir a Dra. Helena Terra, traga antes uma orquestra para musicar o filme “Ilídio e Isidro no concelho das maravilhas”, que vai ser de certeza um sucesso de bilheteira. O rigor a que V. Exa. se refere é o que resultou numa dívida monstruosa que com o empréstimo contraído ascende a setenta milhões de euros e que os Oliveirenses vão ter que pagar nos próximos doze anos. Ao ouvir o Senhor Ilídio, ao ouvir o Prof. Isidro, parece que os trinta e quatro milhões de euros do empréstimo contraído desapareceram. Não desapareceram, simplesmente foram transitados para a banca, vamos ter que os pagar. Aliás, Senhor Presidente, começamos já a sentir os benefícios desse seu rigor com o aumento dos “juros e outros encargos” de 2008 para 2009 a passarem de um milhão para três milhões de euros, ou seja, vamos pagar de juros em 2009, na moeda antiga, cerca de cinquenta mil contos por mês, sem amortizarmos um único cêntimo do empréstimo recentemente contraído. Isto de rigor só tem o facto de ser rigorosamente mau, para todos os Oliveirenses. E é precisamente pela falta de rigor que caracteriza a sua gestão, que os Oliveirenses não acreditam neste Orçamento. Os nossos empresários não acreditam neste Orçamento, porque ele não vai permitir a construção das Zonas Industriais de excelência, fundamentais para a implementação de novas unidades industriais que potenciem o desenvolvimento económico e social no nosso concelho. Os nossos comerciantes não acreditam neste Orçamento, porque ele não vai permitir a requalificação do nosso tecido urbano, nem criar as condições de atractividade que são necessárias para o desenvolvimento do nosso comércio. As nossas Juntas de Freguesia, que têm demonstrado saber gerir melhor do que a Autarquia os recursos disponíveis, vão continuar a não ver repostos os valores que lhes foram retirados pelo Executivo. Por isso, apesar das transferências para as Juntas de Freguesia registarem um aumento de 2008 para 2009 de 4,83%, este aumento não repõe o que lhes foi retirado desde 2003, sendo o valor de 2009 ainda inferior em cerca de 37%, ao valor que era então transferido para as Juntas de Freguesia. Por outro lado, as nossas associações culturais, recreativas e colectividades desportivas também não podem estar satisfeitas com um orçamento que reduz as verbas para a cultura de um milhão e meio de euros em 2008 para cerca de cento e oitenta e cinco mil euros em 2009. As verbas para “desporto, recreio e lazer” têm igual tratamento descendo de cerca de três milhões e duzentos mil euros em 2008 para um milhão de euros em 2009. Os Oliveirenses não podem acreditar num orçamento que desinveste fortemente nos indicadores que relevam para a melhoria substancial da sua qualidade de vida: -A educação desce de dois milhões para um milhão e quinhentos mil euros; - O ordenamento do território de dois milhões e duzentos mil euros para um milhão e setecentos mil euros; - Os transportes e comunicações de sete milhões e cento e cinquenta mil euros para dois milhões trezentos e quarenta mil euros; - Saneamento de um milhão e setecentos e oitenta mil euros para trezentos e sessenta e cinco mil euros; - Abastecimento água de setecentos mil euros para cento e cinquenta e seis mil euros; - Resíduos Sólidos de onze mil euros para dois mil euros; - A protecção do meio ambiente de trinta e seis mil euros para quinze mil euros. A confirmação da continuidade do grande volume de investimento da autarquia propagandeado pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, é desmentido pelo PPI que desce 42%, de cerca de vinte milhões de euros em 2008 para onze milhões e quatrocentos mil euros em 2009, sendo

neste ano de 2009 1/3 do valor inscrito no PPI de 2003 que era de trinta e três milhões de euros. Vamos pois investir em 2009 1/3 do que já investíamos em 2003 ou 2004. Se atendermos à realidade de que as taxas de execução dos sucessivos PPI ronda os 50-60%, ou seja, só é investido em cada ano, pouco mais de metade das verbas inscritas, ficamos com a ideia clara do que nos vai acontecer nos próximos anos. Mesmo que se procure retirar da frieza dos números duplas interpretações, como o Prof. Isidro Figueiredo recorrentemente aqui procura fazer, a dura realidade que os Oliveirenses bem conhecem e que faz parte do seu quotidiano já não o permite. Este é o último orçamento deste mandato autárquico disse muito bem, e ainda bem, porque encerra um ciclo de orçamentos que traduzem um modelo de gestão autárquica completamente errado, que no final do ciclo nos afastou profundamente do desenvolvimento dos concelhos vizinhos e nos colocou nos piores lugares dos indicadores nacionais de qualidade de vida. Para melhor constatar isso mesmo, queria apenas mostrar três quadros: O primeiro quadro demonstra claramente que a despesa corrente da Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis tem subido largamente nos últimos anos à custa da despesa de capital. São dados objectivos e são retirados dos Orçamentos da Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis. O segundo quadro, onde diz-nos que os Oliveirenses vão pagar de juros no próximo ano, fruto de todo o rigor que o Senhor Presidente coloca na gestão, o equivalente a todo o investimento previsto para as seguintes áreas – Serviços Gerais e da Administração Pública, Segurança, Educação, Saneamento, Abastecimento de Água, Resíduos Sólidos, Protecção do Meio Ambiente, Cultura, Comércio e Turismo. Ora, se estes dados ainda não forem suficientes para se aquilatar da realidade dos números, e porque Oliveira de Azeméis não está sozinha no mapa, importa vermos o que se passa à nossa volta. Assim, demo-nos ao trabalho de ver alguns dos orçamentos disponíveis de Municípios do Distrito de Aveiro para percebermos qual a despesa de capital, a despesa que verdadeiramente interessa, a despesa que identifica a qualidade de vida dos Municípios, em termos” per capita”. O resultado é mais uma vez um sinal da excelente gestão do PSD, senão vejamos o gráfico. Em termos de investimento per capita, ficamos em último lugar na análise comparativa com S. João Madeira, Ílhavo, Arouca, Ovar, Albergaria e Aveiro. Temos aqui Câmaras de todos os quadrantes políticos. Parabéns Senhor Presidente, por nos dar um investimento três vezes inferior a Arouca, cinco vezes inferior a Ílhavo, entre outros. Isto, Prof. Isidro, não é o discurso da desgraça, é a realidade, é a pura realidade. Espero sinceramente que esta seja a última oportunidade que os Oliveirenses dão ao PSD para a elaboração dum orçamento e que o orçamento de 2010, já não seja da sua responsabilidade, para bem de Oliveira de Azeméis. Um bom ano para todos. Muito obrigado. =

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====

===== Eu passo a palavra daqui a bocado ao Senhor Vereador do Pelouro, mas eu queria lembrar a Assembleia Municipal que estes documentos apresentados hoje são os primeiros documentos e estes documentos são dinâmicos. Nós podemos prever receita do QREN e cabimentá-la nestes documentos. O QREN é só quando a candidatura for homologada e assinado o contrato, aí é que depois é cabimentado aqui. Portanto, estes números que o Senhor fala, não atrapalham nada, porque quando acabar o próximo ano nós vamos ter valores de investimento muito superiores aos que apresentamos agora. Somos obrigados a apresentar assim. Outra coisa que queria dizer é que estes documentos são dinâmicos e como são dinâmicos há alterações que se podem fazer, inclusive tem aqui obras que tem de estar aqui enquanto não forem pagas, quando forem pagas elas saem daqui. A qualquer momento, se nós fizermos uma candidatura ao QREN é mais uma obra que vem para aqui, que não pode estar

antes, tem de estar no momento próprio. Eu pedia ao Dr. António Rosa se dava uma explicação relativamente aos documentos. =====

===== O Senhor Presidente da Câmara Municipal delegou a palavra ao Senhor Vereador Dr. António Rosa, para dar mais explicações sobre os documentos apresentadas e responder às questões colocadas. =====

===== Eu penso que as intervenções foram de carácter mais eminentemente político do que propriamente necessário algum esclarecimento, no entanto eu não gostaria de deixar de fazer duas ou três considerações. Em primeiro lugar, e eu se calhar começava por aquele que está mais fresco, o Eng.º Joaquim Jorge, ele começou a intervenção dizendo que os Oliveirenses sabem que alguém mente, que mentirá o poder ou mentirá a oposição e eu, se me permite, daria a minha achega dizendo que mente naturalmente o Partido Socialista. E eu digo porque é que mente. O Senhor Eng.º Joaquim Jorge fez uma afirmação de que a Câmara Municipal terá supostamente uma dívida de cerca de setenta milhões de euros. E a minha dúvida aqui fica se a mentira é por ignorância ou se é por má-fé. Essa é a minha única dúvida. Acredito que não seja por ignorância, portanto não sendo terá que ser a outra. Suponho que este vaticínio de setenta milhões de euros venha do facto de acrescentar àquilo que é a dívida da Câmara Municipal, que ronda os cinquenta milhões de euros como sabemos, os encargos que a Câmara Municipal terá com o pagamento deste empréstimo. É um exercício que eu próprio estou a fazer e, portanto, também para tentar compreender e fazer passar essa mensagem. Naturalmente que no mínimo tem um carácter inventivo e uma capacidade rebuscada de conseguir fazer essa avaliação, caso contrário terão que acrescentar a isso os salários que vamos pagar a todos os funcionários que têm compromissos com a Câmara Municipal ao longo dos próximos doze anos e todas as outras responsabilidades que são igualmente residentes e assumidas pela Câmara Municipal e, portanto, aí daria várias centenas de milhões de euros naturalmente. Eu ainda a este respeito, reportar-me-ia agora à intervenção feita pelo Senhor Armindo Nunes, e confesso que, o Senhor Armindo até por intervenções em anos anteriores, esperava um bocadinho mais da análise que fez. Isto porque efectivamente o orçamento para 2009, é um orçamento como o Senhor Presidente teve a preocupação de explicar inicialmente, enfim percebo que as intervenções venham preparadas e não haja a capacidade de as alterar atempadamente, mas a verdade é que o Senhor Presidente explicou claramente que há aqui um factor que altera substancialmente a leitura dos documentos. É porque estamos a falar de orçamentos de tesouraria, de recebimentos e de pagamentos e naturalmente que tendo a Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis aprovado um Plano de Saneamento Financeiro, contratado um empréstimo e tendo já até este momento utilizado uma parte muito substancial, a quase totalidade, desse empréstimo, naturalmente que já pagou as suas responsabilidades para com os fornecedores, não as vai pagar outra vez em 2009 e isto era um factor que acontecia nos orçamentos anteriores e, portanto, afecta substancialmente a leitura dos dados, porque o orçamento para 2008 comportava quer aquilo que a Câmara Municipal iria executar, quer aquilo que teria de liquidar de responsabilidades do passado. O que não acontece para 2009, portanto, há aqui uma alteração substancial na análise e naturalmente que não terei aqui que detalhar todas as análises feitas catastróficas de redução de investimento, de redução na educação, de redução no desporto, etc.. Esta é, creio eu, uma questão que feriu, eu diria quase, de morte todas as intervenções feitas e todo o cenário de desgraça apontado pelo Partido Socialista. Algumas questões colocadas pelo Senhor Óscar Oliveira, enfim, terão sido já de algum modo respondidas. Naturalmente que o plano de amortização da dívida, eu retive essa afirmação, que penso que foi aquela que é mais substancial e importante de fazer. Repare, a Câmara Municipal

de Oliveira de Azeméis fez aquilo que poucas Câmaras fazem no País, e são tão poucas que sabem que são pouquíssimos os planos de saneamento financeiro feitos pelos Municípios, agradeço a concordância, porque fez um plano de saneamento financeiro que perspectiva na íntegra e ao detalhe a evolução do seu endividamento ao longo de doze anos. Este é um exercício que não é um exercício propriamente de retórica é um exercício de rigor e de prospecção a médio/ longo prazo. Portanto, a sua perspectiva e o plano de amortização de dívida está lá, foi aprovado, a Câmara Municipal está comprometida com ele e esse é que serve de batuta para tudo aquilo que a Câmara venha a fazer ao longo deste período. Uma outra questão que foi colocada, quer pelo Senhor Ilídio, quer também anteriormente, que diz respeito aos custos com o pessoal. Eu já referi há bocadinho, penso que terá fica mais ou menos claro, há naturalmente aqui uma componente que não é órfã, porque acontece por diversas vezes e aqui acontece também, a Câmara Municipal naturalmente tem de aplicar aquilo que é a Lei que é feita pela Administração Central e, portanto, aumentos este ano, felizmente para os funcionários públicos de 2,9% e logicamente que a Câmara Municipal terá que aplicar isso também. Como sabem para além disto, há aquilo que foi alvo de deliberação no ponto anterior é que, como eu disse também nesse momento aqui numa perspectiva prudente, há a perspectiva de integração de trinta e quatro pessoas que serão aquelas que serão alvo deste quadro de pessoal. Naturalmente que a realidade será diferente, porque há aqui saídas que não estão aqui perspectivadas e que naturalmente irão compensar e isto será alvo da nossa gestão também ao longo do ano 2009, de forma a cumprirmos com os nossos objectivos. Senhor Presidente, eu creio que às questões essenciais eu já as terei respondido, as restantes serão questões mais concretas. O Senhor Ilídio colocou duas ou três questões mais específicas, são rubricas mais de carácter residual, mas que efectivamente têm valores substanciais, as outras despesas correntes, isto tem ver com aquilo que são as restituições de impostos cobrados em anos anteriores e que têm de ser devolvidos ao Estado, que nos últimos anos têm tido uma dimensão mais substancial e por esse factor as regras previsionais dizem que devemos ter em conta o passado histórico e prever o futuro com base nisso e, portanto, é essa a razão essencial daquele valor elevado que não estava previsto em anos anteriores. =====

===== O Senhor Presidente da Câmara Municipal fez a seguinte intervenção: =====

===== Antes de finalizar eu queria acrescentar uma questão, porque se falou muito da massa salarial e eu queria dizer nesta Assembleia que nós hoje pagamos menos, hoje a massa salarial (2008) é inferior à massa salarial de 2005. A partir de 2005, todos os anos, nós reduzimos massa salarial, reduzimos os custos com o pessoal. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Helder Simões, do PS, para mais um pedido de esclarecimento. =====

===== Mais uma vez boa noite a todos. Na sequência da intervenção do Dr. António Rosa, suscitou-me algumas questões, obviamente que nós sabemos que todos os orçamentos são dinâmicos, mas a realidade é que o orçamento não é só dinâmico para Oliveira de Azeméis, também é dinâmico para os outros Municípios e a realidade é que nos outros Municípios, muito provavelmente com as candidaturas ao QREN, a diferenciação de investimento per capita manter-se-á, ou em alguns casos até tenho as minhas sérias suspeitas de que se agravará por terem já candidaturas ao QREN muito mais adiantadas do que o Município de Oliveira de Azeméis. Portanto, não basta dizer que é dinâmico, todos nós sabemos que é, mas a realidade é que é dinâmico para todos e, portanto, tive pena de não conseguir poder juntar aqui mais alguns

Municípios. Só para nós termos noções de comparação, por exemplo, o orçamento de Santa Maria da Feira, obviamente que é um Município muito maior do que o nosso, mas é de cento e vinte e dois milhões de euros, mas eu não consegui a despesa de capital, mas comprometo-me a trazer em próximos reuniões exemplos de outros Municípios à nossa volta. Mas há aqui algumas questões, porque quando se fala em rigor, e eu já aqui falei nisto na Assembleia passada, o Plano de Saneamento Financeiro que foi apresentado e também se diz “fomos os primeiros a apresentar um Plano de Saneamento Financeiro e a ter um Plano de Saneamento Financeiro”, pois também fomos dos primeiros a ter um buraco tão grande, que temos de arranjar uma forma de lá sair e quer se goste, quer não se goste, foi por iniciativa do Governo Socialista de resolver esta situação, porque quando era com a Ferreira Leite cortou-se com todos os empréstimos às Câmaras Municipais, se bem se recordam, e passou-se o ónus do financiamento para as Câmaras indirectamente para os fornecedores. Mas há aqui uma questão que eu gostava de colocar, se há o tal rigor, porque é que no Plano de Saneamento Financeiro, que foi elaborado em Maio de 2008, não se conseguiu prever então que o aumento de pessoal iria ser superior ao que está e que foi dito ao Tribunal de Contas, mais € 200.000,00 (duzentos mil euros) para 2009 do que o que estava previsto? Em juros e outros encargos também não se conseguiu prever à data que já estávamos a errar em € 600.000,00 (seiscentos mil euros), porque dissemos quer eram dois milhões e quatrocentos mil euros e já estamos em três milhões de euros. Também não conseguimos prever isso. Falamos num PPI de catorze milhões de euros, mas depois dissemos ao Tribunal de Contas que só tínhamos capacidade para aquisição de bens de capital e transferências de capital de cinco milhões de euros. Também estamos aqui, como diz o Eng.º Joaquim Jorge, são os tais onze milhões de euros de investimento, cá está a realidade dita ao Tribunal de Contas e não explanada nestes documentos. Mas também há mais, há aqui mais situações que dizem e nos provam que este orçamento terá pouca credibilidade, ou seja, nós dissemos ao Tribunal de Contas que íamos ter de impostos directos nove milhões e quatrocentos mil euros e afinal já só conseguimos impostos directos de oito milhões e cem mil euros, já estamos a reduzir um milhão e trezentos mil euros à receita dos impostos. Portanto, isto é o rigor que se põe nas contas, tudo aquilo que se previu em Maio para dar ao Tribunal de Contas e que o Tribunal de Contas tem que acompanhar, semestralmente o Ministério das Finanças vai ter que acompanhar a análise destes documentos, qual é o rigor que vão entender das contas da Câmara nessa perspectiva. Também gostava, Senhor Vereador, no que diz respeito à dívida, obviamente que todos sabemos que a dívida da Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis, e não vou dizer o ronda, é de € 52.000.000,00 (cinquenta e dois milhões de euros). Penso eu que não estou a errar, mas da última vez que alguém da Câmara disse que rondava um determinado valor enganou-se por vinte milhões de euros, eu não me vou enganar por vinte milhões. A dívida da Câmara à data de hoje deve andar nos cinquenta e dois, cinquenta e três milhões de euros, mas nós temos que pagar os juros e os juros resultaram da decisão do empréstimo de saneamento financeiro e é por isso mesmo que nós assumimos que a dívida da Câmara à data de hoje, aliás aquilo que tem aqui de dívidas da Câmara Municipal que foi dito ao Tribunal de Contas é que vamos pagar até 2020 dezanove milhões de euros de juros e que vamos amortizar cinquenta e dois milhões de euros de capital, portanto a dívida dá setenta e um milhões de euros. Portanto, estamos aqui a falar de setenta e um milhões de euros de dívida, fruto do empréstimo bancário e dos encargos com os empréstimos bancários e a realidade é só essa, não há aqui nenhuma má-fé, é uma interpretação política e que os Oliveirenses vão ter que pagar, a não ser que, se calhar alguns auguravam que o empréstimo não tivesse sido com a Caixa Geral de Depósitos, porque a Caixa Geral de Depósitos não vai à falência, vamos ter mesmo que o pagar, se eventualmente fosse com o BPP e o BPP fosse à falência podíamos não ter que o pagar e podia ser essa a salvação, mas não é o caso. Como esse não é o caso, vamos ter que

pagar estes setenta e um milhões de euros e a interpretação é essa. O orçamento da Câmara Municipal tem muita falta de rigor nessa matéria comparado com o plano de saneamento financeiro. É só. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Eng.º Joaquim Jorge, do PS, para mais um pedido de esclarecimentos. =====

===== Os esclarecimentos já foram dados pelo Helder Simões, eu só queria dizer ao Senhor Vereador Dr. António Rosa, que percebo a necessidade dele se incluir na orquestra do Senhor Presidente e que não foi má-fé, nem ignorância os valores que apresentei. Faço-o desde sempre com o máximo de preocupação, com rigor, é uma das coisas que me caracteriza e, portanto, vou procurar fazê-lo. Portanto, Senhor Vereador, sendo o Senhor o responsável pelo pelouro, já tivemos exemplos no passado da sua dificuldade de comunicar ao Senhor Presidente da Câmara a dívida exacta da autarquia, falamos em euros de vinte milhões. Portanto, eu agradecia que o Senhor esclarecesse esta Assembleia e dissesse rigorosamente qual é a dívida da autarquia neste momento, incluindo os juros naturalmente, a não ser que o Senhor não considere os juros dívida. Obrigado. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o usa da palavra ao Senhor Vereador Dr. António Rosa, para dar mais explicações. =====

===== Senhor Presidente, só muito rapidamente, correndo o risco naturalmente de deixar mais alguma dúvida aos Senhores Membros da Assembleia, mas esclareceremos. Naturalmente que tenho de refutar a afirmação, mais uma vez absolutamente errada, da incoerência destes documentos com o plano de saneamento financeiro. Eles são absolutamente coerentes com o plano de saneamento financeiro. Lógico que está, que nós tivemos a felicidade do Tribunal de Contas a nós não nos ter dito, em qualquer circunstância, que só por milagre é que cumpriríamos o plano de saneamento financeiro, terá dito a outras instituições mas a nós não disse. Nós claramente não somos videntes, nós previmos um determinado aumento da massa salarial para 2009 e para os anos seguintes e em coerência com aquilo que era a prática dos últimos anos. Não sabíamos que as condições do País iriam melhorar tanto que era possível de um ano para o outro alterar aumentos na ordem de 1% para 2,9%. Obviamente que isto tem um impacto no plano feito e tivemos que o ajustar. Os juros, naturalmente que também não é novidade para nenhum dos Senhores, eu pago uma casa ao banco todos os meses e tenho sentido aquilo que são as variações das taxas de juro e desde Maio, em que fizemos o plano, até à adjudicação aquilo que era a nossa perspectiva de taxa de juro aumentou 1%. Naturalmente que a nossa perspectiva, felizmente, é de que o próximo ano seja de inversão, mas a verdade é que é esta a realidade, temos que ser prudentes e sendo prudentes temos que prever assim. Portanto, é por isso que os juros estão com este valor, que queremos nós não os ter que pagar nesta dimensão. Uma última nota em relação ao que disse o Helder Simões, há pouco passou-me, este exercício interessante de despesas de capital per capita, é de facto um exercício interessante, mas mais uma vez peço-vos desculpa tenho que vos explicar. Não sei se repararam qual era o Município que tinha o “per capita” mais elevado, era Aveiro, curiosamente fez um plano de saneamento financeiro também, está é um pouco mais atrasado porque ainda não o utilizou. Se calhar era melhor validarmos estes dados depois da utilização do empréstimo de saneamento financeiro e aí estaríamos naturalmente de acordo em relação aos dados. =====

===== *Posto isto, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número vinte e três à votação, tendo sido deliberado por maioria aprovar os referidos documentos, com os seguintes votos: a favor - vinte e sete do PSD e Presidente da Junta de Freguesia de S. Tiago de Riba-Ul; contra - catorze do PS, um PCP-PEV e Presidente da Junta de Freguesia de Fajões; abstenção do CDS/PP.* =====

===== *O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Fajões, Dr. Luís Filipe Oliveira, apresentou a seguinte declaração de voto: “Votei contra o Orçamento e Opções do Plano para o ano de 2009, pelos seguintes factos e motivos: - porque como Presidente da Junta de Freguesia de Fajões estou muito insatisfeito, e muito insatisfeito, e muito inconformado com a diminuta parcela de melhoramentos com que foi contemplada a minha freguesia que tem direito a mais e merece mais, muito mais da Câmara Municipal; - por o plano para o ano de 2009 não incluir obras para Fajões, que o Presidente da Câmara Municipal, há mais de sete anos, promete e que em todas as reuniões com a Autarquia Fajoense renova essas promessas mas não as executa; - por o plano da Câmara Municipal para o ano de 2009, para a freguesia de Fajões, incluir obras que já foram efectuadas, feitas, e estão já concluídas pela Junta de Freguesia de Fajões e sem nenhum apoio da Câmara Municipal; - por não integrar obras nos anos transactos, quando a Junta de Freguesia foi ouvida, indicou como prioridades para a freguesia para serem integradas no plano da Câmara Municipal; - por não incluir para o ano de 2009 obras muito prementes para a freguesia tais como: - abastecimento de água ao domicílio, saneamento básico, construção da rua para a Escola EB 2,3 de Fajões, entre muitas outras; - por considerar que este plano é mais “uma peça” de que a Câmara Municipal lançou mão para continuar a perseguição política que, ao longo destes últimos anos, tem feito ao povo de Fajões e ao progresso e desenvolvimento de Fajões”.* =====

===== ***Ponto vinte e quatro:** Empréstimo a curto prazo para o ano económico de 2009 – Autorização.* =====

===== *Pela Câmara Municipal, foi apresentada uma proposta acompanhada dos elementos comprovativos das condições praticadas pelas diversas Instituições de Crédito, para contratação de empréstimo de curto prazo para o ano de 2009, no montante até € 1.900.000,00 (um milhão e novecentos mil euros) destinado a ocorrer a dificuldades de tesouraria.* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos.* =====

===== *É um empréstimo a curto prazo para o ano 2009, uma vez que no início do ano há dificuldades.* =====

===== *Aberto o período de inscrições, registou-se o pedido de inscrição do Senhor Helder Simões.* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Helder Simões, do PS, que fez a seguinte intervenção:* =====

===== *É só um pedido de esclarecimento muito rápido, que será talvez dirigido ao Dr. António Rosa, é um empréstimo que é normalmente utilizado pela Câmara Municipal, agora a questão que eu queria colocar é que por norma este empréstimo ronda um milhão e cem mil*

euros, atendendo a que o Senhor Dr. António Rosa disse ainda há bocado que já tinham usado quase a totalidade do empréstimo do saneamento financeiro, as dificuldades de tesouraria da Câmara Municipal num curto prazo são assim tão grandes que justifiquem um aumento deste empréstimo de um milhão e cem mil euros para um milhão e novecentos mil euros, com o consequente aumento dos juros a pagar por este empréstimo que será de oitenta e cinco mil euros? É só esta a questão, porque atendendo a que as necessidades de tesouraria da Câmara Municipal, a nosso ver, serão diminutas no curto prazo. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Vereador Dr. António Rosa, para responder à questão colocada. =====

===== Como disse, e bem, o Helder é a vosso ver que não serão necessárias, é naturalmente a nosso ver que estamos no poder que são necessárias, sem com isso dispensar o rigor natural e que é necessário. Uma explicação para a mudança, enfim aquilo que estamos a fazer é a utilizar a Lei, a Lei alterou os limites dos empréstimos de curto prazo. Mas para além disso aquilo que estamos a fazer é contratar um empréstimo para a possibilidade de o utilizarmos. Á semelhança do que temos feito em anos anteriores, o que diz a Lei, é que utilizá-lo-emos na exacta medida em que dele tivermos necessidade, podemos utilizar zero euros deste valor. É isso que tem acontecido. =====

===== Posto isto, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número vinte e quatro à votação, tendo sido deliberado por unanimidade autorizar a contratação do referido empréstimo. =====

===== **Ponto vinte e cinco:** Adaptação da Associação de Municípios de Terras de Santa Maria à Lei n.º 45/2008 de 27 de Agosto – Aprovação. =====

===== No seguimento do deliberado em reunião do Órgão Executivo de 22.12.2008, a Câmara propôs à Assembleia Municipal, na qualidade de associado da Associação de Municípios das Terras de Santa Maria, a aprovação da manutenção do estatuto de entidade pública da AMTSM, nos termos do disposto no número 6, do artigo 38.º da Lei n.º 45/2008 de 27 de Agosto. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====

===== Como sabem saiu Legislação sobre as Associações de Municípios e nós queremos adaptar a Associação de Municípios de Terras de Santa Maria à Lei n.º 45/2008 de 27 de Agosto. É somente isto. =====

===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====

===== Posto isto, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número vinte e cinco à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar que a AMTSM mantenha em vigor a sua natureza de pessoa colectiva de direito público, nos termos do disposto no número 6, do artigo 38º da Lei nº 45/2008, de 27 de Agosto. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal disse: =====

===== *Terminada a Ordem de Trabalhos, vamos entrar no período destinado ao Público.*=====

=== **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO (ARTIGO 21º DO REGIMENTO)** ===

===== *Aberto o período de inscrições, registaram-se os pedidos de inscrição dos Senhores Amândio Correia, Altino Tavares, Prof. Leonel Martins e Eng.º Paulo Alegria.*=====

===== *O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Amândio Correia, residente na Rua dos Cadavais, freguesia de Nogueira do Cravo, que disse:* =====

===== *Boa noite. Eu sou natural de Nogueira do Cravo e em Julho deste ano assistimos a uma invasão, eu considero uma invasão, a uma calçada na minha freguesia. Houve uma anexação de uma calçada. Eu faço parte de um jornal da terra e também sou correspondente do jornal concelhio e então nesse jornal da terra eu escrevi um artigo sobre essa calçada, não sem antes ouvir o Presidente da Junta de Freguesia. Na altura essa anexação foi feita pelo ex-presidente da Junta Senhor Resende de Sá, em que pediu à Câmara Municipal para fazer uma vedação do seu terreno e aproveitou e anexou essa calçada. Eu pedi explicações ao Presidente da Junta e ele disse-me na altura que tinha pedido um parecer ao seu advogado da Junta, parecer esse que me foi fornecido também na altura, e que veio a demonstrar que de facto a anexação é ilícita, ou seja, está ilegal. Está ilegal, porquê? Porque esta calçada, que é chamada a Calçada do Barrus, foi aprovada pela Assembleia de Freguesia em 12 de Julho de 2004. Da minha parte, houve várias tentativas para tentar esclarecer este assunto perante a própria Assembleia de Freguesia, o que me foi sempre vetado, digamos tapada a margem de manobra para isso. Como se não bastasse a Junta de Freguesia ameaçou-me e meteu-me no Ministério Público por esse dito artigo. Então eu resolvi, por conta própria, fazer um trabalho de fundo sobre esta calçada. Está aqui tudo elaborado, eu peço autorização ao Senhor Presidente da Assembleia se me permite entregar este processo e depois se o Senhor Presidente da Câmara me autorizar eu também lhe entregarei também um processo sobre isto. Só queria pedir é que fossem o mais isentos possível, Nogueira do Cravo não merece que lhe roubem a terra que lhe foi roubada. Obrigado.*=====

===== *O Senhor Amândio Correia entregou à Mesa, o seguinte sobrescrito: “No passado mês de Julho de 2008 a população da Vila de Nogueira do Cravo foi surpreendida pela anexação da calçada do (BARRUS), por o proprietário da casa da habitação sita no gaveto das ruas Manuel Godinho Levantei Capitão Correia Martins/ 25 de Abril, á sua propriedade. Após varias diligencias para apurar o porque desta anexação, segundo o presidente da junta de freguesia Agostinho Tavares, diz que a Câmara municipal pediu que a junta desse um parecer se a calçada era publica ou particular, e este pediu ao advogado da autarquia que também desse um parecer jurídico, e baseado neste, comunicou á Câmara Municipal que o caminho era privado. Após de se desencadear uma reacção pública negativa sobre esta anexação e os seus contornos, seria de boa politica que este assunto fosse esclarecido de forma clara e transparente para que não haja margens para qualquer dúvida. Neste sentido foi elaborado por mim um trabalho de pesquisa, quer em contacto com pessoas idóneas que nasceram e viveram em frente á dita calçada, assim recolha de alguma documentação, quer em actas da assembleia de freguesia, mapas tipográficos, fotos, e escrituras dos terrenos adjacentes neste último foram só*

visionados. Este caminho já é tão antigo que os mais velhos, uns recordam como sendo BARROCO, outros BARROCHO, e outros como BARRUS, este ligava do lugar da represa da (Sra. Marquinhas) hoje rua Capitão Martins, ao alto do serro, com a abertura da estrada nacional 227 o caminho passou a fazer ligação a esta via nacional. Este caminho tinha dois metros e meio de largura e tinha confrontações com os terrenos a sul com, João Resende Martins, a norte com Sra. Marquinhas, a sul Valdemar Rebelo, a oeste com Constantino, e Da Beatriz, e sudoeste e a sul, Doutor Resende, a norte com herdeiros de Adelino da Raqueta, novamente a sul com João Resende Martins. No começo do caminho a partir da dita represa, começava com uma declinação que ao passar nos terrenos que se descreve no ponto 06°, tinham uma altura para o leito do caminho cerca de um metro, e noutros casos cerca com dois metros, indo terminar na estrada nacional 227 á sua face. No terreno de Valdemar Rebelo estava entre uma bifurcação, de dois caminhos, sendo o caminho lado norte que lhe servia de entrada, e do Barros tinha uma altura superior a dois metros e estava murado, e a partir deste, o caminho do Barros ainda fazia uma inclinação de descida que ultrapassava um metro. Cada terreno tinha uma entrada tipo rampa que eram fechados com portões em ferro, nestes casos o terreno João Resende Martins, Valdemar Rebelo, os terrenos da Marquinhas, e Constantino, e Beatriz tinham um muro com cerca de mais de dois metros de altura, no caso do terreno da dona Beatriz tinha um pequeno portão com umas escadas em terra no interior desse terreno para descer ao Barros. As escrituras dos terrenos que faziam confrontação com o dito caminho do Barros, em todas elas são com (Caminho). O caminho do Barros tinha em toda a sua extensão um rego que conduzia as águas para rega para todos os terrenos envolventes, assim como no Inverno servia de vazadouro das mesmas. Como é referido no ponto 04, foram ouvidas pessoas que nasceram e viveram a sua infância e a sua adolescência, e alguns ainda residem em frente a caminho do Barros, Rogério Correia, Abílio Guimarães, António Correia, António Guimarães, Valdemar Correia, José Guimarães, todos estes confirmam o alegado nos pontos acima referidos, e que caminho sempre foi caminho público, tanto é que tinham uma entrada e uma saída para estradas nacional e camarária. Em 1999 aquando a junta de freguesia liderada por Resende Sá e depois de negociações com os proprietários dos terrenos, abre a rua desde da F erre ira de Castro, á rua Manuel Godinho, á avenida dos descobrimentos, esta beneficiação veio trazer alteração do caminho do Barros, visto que esta abertura tomou conta de parte deste caminho. O caminho do Barros com esta alteração ficou ligado desde da rua Capitão Martins, com a nova rua hoje designada avenida 25 Abril, e passa a ter três terrenos a confrontar com o Barros, Herdeiros de João Resende Martins, e José Guimarães e de Valdemar Rebelo. No terreno de herdeiros de João Resende Martins este mantêm-se como é referido no ponto 08°, ou seja com uma entrada para o caminho do Barros com cerca de um metro e meio de altura, terminando junto ao terreno de Valdemar Rebelo, e à avenida 25 de Abril com dois metros do leito do caminho. O terreno de José Guimarães que foi adquirido por este a herdeiros da Sra. Marquinhas, construí um muro de vedação com cerca de dois metros com o caminho do Barros, e do lado da avenida 25 de Abril existia uma curva e o muro foi apanhar mais de dois metros ao caminho Barros, para ter entrada por avenida 25 de Abril. O terreno de Valdemar Rebelo com a abertura da avenida 25 de Abril ficou praticamente inutilizado ficando só com cerca de trinta metros quadrados. O terreno descrito no ponto anterior foi adquirido por 5000 euros José Manuel Resende de Sá, que era o Presidente da junta de freguesia de Nogueira do Cravo, para anexar ao terreno dos herdeiros de João Resende Martins, visto que Resende Sá tinha pretensões em herdar este terreno duma sua tia, o que veio acontecer. Ano 2002 junta de freguesia já liderada por Francisco Figueiredo, manda calcetar a calçada do Barros e ao chegar ao terreno referido no ponto 17, o Resende Sá, proibiu que fosse calcetada a bifurcação visto que esse terreno lhe pertencia, foi então que a junta de Freguesia pediu ao ministério

publico que averiguasse de quem era a pertença do caminho, o que após várias secções de julgamento lhe foi atribuído. Assembleia de Freguesia de 4/10/2002 na acta n.º 125, é eleita a comissão toponímica cujos membros faziam parte desta assembleia, e da Junta de Freguesia; Eng. Amaral, Rui Rebelo, António Grifo, André Mota, Doutor João Paulo. Nesta reunião é pedido pelo Rui Rebelo que se dê um nome á nova rua, ou seja actual 25 de Abril. Em 3/10/2003 na acta 130 da Assembleia é transcrito que naquela reunião foi apresentado, pela comissão toponímica, um mapa com 18 nomes para novas ruas e alterações á toponímia existente, entre as quais consta a (Calçada do Barros). Visto tratar-se dar nome ou alterar o existente em muitas ruas o Presidente da Assembleia Jorge Pinho - sugeriu que antes do mapa ser votado fosse colocado em lugares públicos para que a população se pudesse pronunciar. Esta sugestão foi aceite pela Assembleia. Em Julho de 2004 passado 9 meses em Assembleia de Freguesia na acta 133 este mapa é posto á votação, sem antes haver três alterações, uma por António Grifo, que alterou a rua (J), para (JOSÉ LINO FERNANDES), Rui Rebelo que a rua (K) iria ser rua (FEIRA DOS 27), DR. João Paulo referiu que a rua Baden Powel, iria passar a rua dos escuteiros, e o mapa foi aprovado por unanimidade. Em 20/12/2004 a Assembleia de Freguesia recebe um pedido por escrito dos escuteiros para que o Nome do Fundador do escutismo se mantivesse visto que é a única rua no país com o seu nome, o que foi aprovado, acta nº 135. As actas da assembleia de Freguesia, até Outubro de 2008 não foi feita alteração de nome ou eliminação de qualquer rua ou calçada do mapa aprovado referido ponto 19º. O parecer jurídico, confirma que esta calçada foi aprovada como se refere no ponto 19º, e também afirma no ponto 24 desse parecer que ajunta de Freguesia é detentora desse caminho visto ter havido obras de beneficiação, no ano 2002 (conforme documento anexo). Na Junta de Freguesia tem escrituras recentes aquando da aquisição dos terrenos aonde estão construídos os edificios (rua nova), e essas escrituras tem confrontações com caminho de SERVIDÃO. As escrituras dos terrenos que fazem confrontação com actual calçada do Barros, dos herdeiros de João Resende Martins, e de José Guimarães, não existem na posse da autarquia. Desde da tomada de posse desta actual junta de Freguesia liderada por Agostinho Tavares, esta Calçada foi colocada ao abandono, criando mato, o que impossibilitava a passagem. Em Julho de 2008 o terreno dos herdeiros de João Resende Martins, ou seja João Manuel Resende de Sá, é feito um muro de vedação, para a avenida 25 de Abril, muro esse que anexa a calçada do Barros. A licença Camarária para a construção do dito muro n.º 243/3, requerida por os herdeiros de João Resende Martins, e autorizada pelos serviços municipais, não contempla anexação da calçada. Em Julho de 2008 os serviços de fiscalização da Câmara, decreta o embargo das obras visto estas não corresponderem á licença referida no ponto anterior. Em Setembro de 2008 as obras continuaram e a Câmara municipal move um processo-crime, contra a continuação das obras. A vedação da calçada do Barros foi feita do lado da rua Capitão Martins com um portão, e do lado da avenida 25 de Abril com um muro. Os consórcios da água de rega ficaram sem acesso, ao abrir a água na represa, e em vez de acompanhar esta por a calçada do Barros, terão que ir dar a volta por as ruas capitão Martins, Manuel Godinho Levante, e 25 de Abril, numa extensão de cerca de mil metros. CONCLUSÃO: Não há dúvidas de que o caminho do BARRUS, é caminho público. Violação. A tomada de posse da Calçada, por parte de herdeiros de João Resende Martins, ou seja Resende Sá. A Junta de Freguesia liderada por Agostinho Tavares ao enviar para a Câmara Municipal de que o caminho era particular, e após de ter em seu poder o parecer jurídico em concluía que a calçada tinha sido aprovada pela Assembleia de Freguesia, e de que a mesma era património da Autarquia, este ultrapassou as suas competências. Ao abandonar a limpeza da calçada a junta de Freguesia, deu claramente espaço para que esta fosse anexada. A mesma autarquia acompanhou as obras de anexação do caminho, para além de não proteger o património da freguesia, permitiu a este vedar a passagem dos consórcios da

água, que só com uma autorização expressa e fundamentada, o que não foi feito. Na construção do muro por parte de José Guimarães, este entrou dentro da calçada cerca de dois metros, e não á documentação que prove que o podia fazer. Após a intervenção com obras publicas, ou seja o seu calcetamento, e de ser aprovado em assembleia de freguesia, violou quer o Regimento da Assembleia no seu artigo 13 alínea (i), e do mesmo artigo n.º 2 alínea (i) no que refere a defesa dos direitos legais sobre o património da junta de Freguesia. Está provado de que o mapa com as 18 ruas e calçadas, estava incluído a calçada da Barrus, e ao pedido da Câmara Municipal dos novos nomes aprovados pela Comissão de Toponímica, pela Junta de Freguesia só foram indicados 17, não incluindo a calçada do Barrus, o sem que disso fosse dado conhecimento nem havendo autorização para o fazer por parte da Assembleia de Freguesia. Do exposto se conclui que houve uma violação em termos legais. Sendo assim venho a Solicitar à Assembleia de Freguesia de Nogueira do Cravo, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, e Presidente da Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis, e ao Ministério Publico, que se faça um inquérito rigoroso sobre esta anexação”. =====

===== Seguidamente, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Altino Tavares, residente nesta cidade. =====

===== Boa noite. Peço resposta ao solicitado na Assembleia Municipal de 27.06.2008, que passo novamente a descrever: Quanto ao corte de cargas e descargas nas ruas pedonais, por dois pilares que não descem, não estou de acordo, porque obriga a uma manobra de inversão de marcha e, em alguns casos, de marcha atrás, muito perigosa e sujeita a graves acidentes. Quem é responsável por essas manobras perigosas? Quem fiscaliza o espaço para cargas e descargas, que para esse fim está disponível e que está todo o dia ocupado pelas mesmas viaturas? Onde podemos estacionar para cargas e descargas, sem incorrer a manobras perigosas? E hoje faço outras observações relativas aos pilares, que não descem e que impedem e dificultam a circulação de veículos, nas ruas pedonais Bento Carqueja e António Alegria e para as quais, pretendo resposta. Se existir um incêndio nas ruas pedonais a responsabilidade pela demora no combate ao incêndio é da Câmara ou dos Bombeiros? Se caso haja necessidade numa emergência médica, nas ruas pedonais Bento Carqueja e António Alegria pelos Bombeiros ou pelo INEM, quem é responsável pela demora nessa emergência, a Câmara ou os Bombeiros? Se caso haja necessidade numa rápida intervenção por parte da GNR, devido a distúrbios ou assalto, a pessoas ou bens, nas Ruas Bento Carqueja e António Alegria, quem é responsável pela demora nessa intervenção, a Câmara ou a GNR? Como é que Oliveira de Azeméis pode voltar a ser o que era? Digo isto, porque entendo que as ruas pedonais desde 2002, foram, são e serão ruas desertas, enquanto não se permitir a circulação de carros, porque quem não é visto não é lembrado e, “as pessoas são comodistas e gostam de trazer o carro até à porta”. Se as ruas pedonais foram pensadas para os peões, se os peões não usufruem essas ruas, porquê uma rua pedonal? São motivos fortes e válidos para a circulação de viaturas ligeiras nessas ruas. Se a concentração do comércio tradicional desaparece, para quê uma rua pedonal? O que atrai um munícipe a ir a um centro comercial? O que atrai um munícipe a ir a uma rua pública pedonal? O que atrai um munícipe a ir a um jardim público? O que fazer para atrair os Oliveirenses a virem ao centro da cidade? O que fez a Câmara para defender o comércio tradicional? O que fez a Câmara que defendeu um novo posicionamento do comércio tradicional face às grandes estruturas comerciais? O que fez a Associação Comercial? Onde estão os eventos tão anunciados? O que devem fazer os comerciantes? Marcar a diferença dos centros comerciais? Como? O que devem fazer os proprietários dos imóveis? São questões que faço, para que V. Exas. pensem um pouco, se tiverem tempo e se me ouvirem. O que resta dos comerciantes em

actividade, estes vêem os dias passar, e não vêem passar ninguém, nas ruas que se dizem pedonais, o que é desanimador, frustrante, porque nada do que se faz para dinamizar estas ruas, atrai os Oliveirenses. Atravessamos uma das crises mais visíveis e graves e com as taxas aplicadas por este Executivo é impossível alguém resistir, se nada for feito. Por isso apelo aos Senhores do Executivo, que baixem os valores e percentagens aplicadas nas taxas, aos municípios, ao comércio e às indústrias. Que temporariamente, neste tempo de crise que atravessamos, abram a circulação de viaturas ligeiras nas Ruas Bento Carqueja e António Alegria. Porque, se nada se fizer, se V. Exas. nada fizerem, isto desta maneira não vai a lado nenhum. Morre. Damos conta que não existimos e não me conformo com isso. Como é que Oliveira de Azeméis pode voltar a ser o que era? Também e porque sou um defensor do solo rural, e porque também é prática corrente noutros municípios, e porque existe na posse da Câmara terrenos de cultivo ao abandono, quer na cidade, quer fora dela, proponho que V. Exas., ponderassem a possibilidade de fazerem um levantamento dos terrenos disponíveis a nível concelhio e darem conhecimento aos municípios desses espaços rurais, para que os interessados, apresentem-se como candidatos a cultivar as parcelas de terra disponíveis. Estou convencido que muitos irão arregaçar as mangas e tratar a nossa terra com carinho e a interessar-se por ela como se deles se tratasse. Esta é uma forma de fazermos parte dessa natureza, e podermos explicar aos nossos filhos os mistérios da reprodução. É uma forma de termos a natureza sempre em nossa casa e uma terapia para o corpo, para o espírito e uma ajuda para a saúde do planeta. Obrigado. =====

===== O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Prof. Leonel Martins, residente nesta cidade. =====

===== Boa noite. Eu ia começar a minha intervenção de uma forma diferente, para encaixar de certa maneira na intervenção do Senhor Altino. Quem vem aqui falar no período destinado ao público merecia um pouco mais de respeito por parte da Assembleia, relativamente a determinadas questões que se colocam e que depois não se obtém resposta. Por exemplo, na última Assembleia trouxe aqui um conjunto de sugestões e não sei se foram tidas em consideração ou não. O público não recebe dinheiro nenhum e os Senhores creio que são pagos, abdicamos de estar com a família, ao fim parece que há aí uma jantarada para a rapaziada e nós não vamos a essa jantarada. É só para terem a noção de que estamos aqui porque gostamos de intervir e de dar sugestões, pelo que merecíamos um pouco mais de respeito e não ficava nada mal responderem às nossas questões. O Senhor Altino levantou uma questão, com a qual eu discordo, relativamente à zona pedonal, porque eu sou partidário que seja mesmo uma zona pedonal, e veio pedir que se abrisse as ruas nesta altura de crise. É uma das críticas que lhe vou fazer, a zona pedonal deixou de existir nesta altura da quadra natalícia, para aí há três semanas que não há zona pedonal e era curioso perguntar aos senhores do comércio tradicional se houve um “boom” nas vendas, porque agora já não podem evocar que a zona pedonal é a causa de não haver vendas. O problema do nosso comércio é um bocado mais complicado, um deles passa por ser uma zona muito tradicional, em que há muitas casas tradicionais que nem sequer têm Multibanco para pagar e depois é o facto de que os Oliveirenses preferem ir fora, disso não há dúvida. Se não têm as coisas, não temos, se temos não usufruímos, é muito complicada esta questão do comércio tradicional. Pegando novamente na questão da zona pedonal, eu não me imponho que abram lá a zona pedonal, abram, façam como quiser, o que convém é tomar medidas e quando fizerem isso era interessante que recolocassem as placas de trânsito, ou seja, junto à Igreja, já que abriram convinha que colocassem lá a placa a dizer trânsito só de cargas e descargas, limite de velocidade, dar prioridades aos peões. E depois era interessante que junto

à Câmara Municipal retirassem a placa de sentido proibido. Do outro lado, a esquina onde funcionava o banco é preciso também repor lá as placas. Quando fizerem isso, é preciso, lá ao fundo junto ao Cipriano Martins convinha colocar uma placa de sentido proibido, porque as pessoas que vêm do Largo do Gemini, como não tem sentido proibido, vão sempre em frente, situações a que já assisti. Quando quiserem abrir abram, os senhores é que mandam, mas ponham lá novamente as placas de limite de velocidade e a dar prioridade aos peões. Outro pormenor, agora vou retomar o que queria dizer. Recebi um ofício do Dr. Ricardo Tavares, faz em Abril dois anos, e eu continuo a insistir e enquanto não me provarem o contrário, vou continuar a insistir, que é a questão da placa de dar a prioridade aos peões junto aos bombeiros. Eu volto a insistir, na ligação da zona pedonal há traçado no chão uma passadeira, quem vem dos bombeiros encontra a placa de prioridade dos peões antes da passadeira, o que quer dizer que induz as pessoas em erro, quem vem de carro não sabe se vai dar prioridade na passadeira que está pintada no chão ou se é em cima. Se entendem que eu estou errado, dizem e eu não insisto mais neste ponto, mas enquanto não me disserem o contrário, eu entendo que aquela placa deve ser retirada de lá e deve ser aproximada da ligação da zona pedonal, quer dizer deve ser afastada meia dúzia de metros. Continuo a insistir, faz em Abril dois anos que eu falei nesta questão, há dois anos que ando a falar nesta questão. Volto a insistir, se disserem que estou errado, quem quiser pode intervir e dizer que está errado, que não se justifica isso, tudo bem, eu não falo mais nesta questão. Outro pormenor, o fontanário em frente à Igreja, está a funcionar, estava parado desde o início das obras da pedonização, felizmente está a funcionar. Agora a minha opinião sincera, aquilo ficava bonito era como estava antigamente, que era a queda de água simples, acho que aqueles jactos de água não encaixam no monumento, muito sinceramente. Posso estar errado, mas acho que não encaixa numa peça daquelas, escultura tão antiga, acho que ficava bonito só a queda de água. Eu soube que hoje havia Assembleia Municipal, porque alguém me encontrou na rua e me disse. Antigamente avisavam com antecedência, até vinha o edital nos jornais da terra e agora não vem nada. Ou é falha, ou não querem que venha aqui ninguém. Os placares informativos espalhados, não sei se a Câmara comprou ou foi oferecido, não interessa, mas podiam perfeitamente dar uma utilidade mais prática àqueles placares, por exemplo quando há estas Assembleias podiam perfeitamente avisar as pessoas com antecedência, projectos de actividades, etc. Podiam dar um carácter mais prático, mais útil àqueles placares. O Troço 03, tem uma zona de passeio que não está arranjado, disseram que iam fazer lá umas construções e que não se justificaria, mas mesmo que não arranjasse os passeios com carácter definitivo, com pedrinha, acho que podiam pôr ali uma camada de terra ou brita para as pessoas poderem passar, caso contrário acabam por vir para a estrada. A questão da Rua Velha de Santo António, há tempos eu sugeri que aquela zona fosse pedonizada. A Rua Velha de Santo António, há muita gente que a utiliza para vir para Santo António ou para a zona do jardim e não tem passeios, por isso as pessoas vão pela estrada e andam à vontade, mas se vier um carro e atropelar a culpa é do peão que ia no meio da estrada. Uma sugestão a curto prazo, pôr lá em cima uma placa de limite de velocidade e a dar prioridade aos peões, até depois ser tomada uma medida de fundo, eventualmente. Terminando desejando a todos um bom jantar e um bom ano de 2009 para todos os presentes. Obrigado. ==

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal disse: =====

===== Só dar nota, só para servir de esclarecimento, eu quis saber qual é que era a razão por não ter saído nos jornais, como sabem é sempre feita a publicação nos jornais. A explicação é que um jornal atrasou a saída, só saiu na outra semana, e o outro não foi a tempo, porque neste período de Natal é sempre complicado. Portanto, as explicações foram dadas. É

sempre tornado público a realização das Sessões da Assembleia Municipal. Se o Prof. Rebelo diz é porque é verdade, é preciso perceber nos Serviços da Câmara Municipal, para explicarem o que é que se passa, porque eu mando publicar nos jornais. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Eng.º Paulo Alegria, residente nesta cidade. =====

===== Senhor Presidente, vou ver se sou o mais sucinto possível, mas queria fazer hoje quebrar aqui o meu silêncio de mais de dois anos, sobre a Quinta do Dr. Eugénio Alegria. Antes disso queria fazer uma pequena introdução, porque muitas vezes é distorcido por pessoas que estão aqui na Assembleia e transmitem lá fora outras coisas que não são ditas aqui e algumas vezes até pela própria comunicação social. O Senhor Presidente da Câmara sabe perfeitamente, porque desde o princípio em que se iniciou este processo, que tratei sempre com ele, sabe perfeitamente que enquanto o meu Pai era vivo que fui sempre eu que fui tratar com conhecimento e prévia autorização do meu Pai. Todas as minhas intervenções na Assembleia Municipal, no período destinado ao público, foram sempre com conhecimento da maioria dos Herdeiros do Dr. Eugénio Alegria. Isto é uma pequena introdução que eu faço, um pequeno preâmbulo, porque muitas vezes diziam que eu vinha aqui em nome individual, somente eu, sem conhecimento dos outros. É falso. Depois desta pequena introdução, eu vir aqui falar hoje nesta situação, é porque na realidade, Senhor Presidente, estive para trazer, sem qualquer ofensa para a Assembleia Municipal e para o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, um pequeno quequezinho com uma vela para festejar, porque ontem o processo passou de um número a dois números, dez anos. O processo de viabilidade entrou na Câmara no dia 28 de Dezembro de 1998. Houve muitas coisas, houve muitos aborrecimentos, houve muitas reuniões e eu para abreviar tudo isto só queria ler aqui três coisas para lembrar toda esta situação. Na Assembleia de 30 de Setembro de 2004, numa intervenção o Senhor Helder Simões falou que não era costume trazer aqui situações particulares, mas eu vou citar “nós não estamos na Assembleia para tratar de problemas específicos de particulares, mas este problema já ultrapassou os limites do particular para ser um problema do domínio público e refiro-me ao acto da presença do Eng.º Paulo Alegria nesta sala, que sistematicamente não tem respostas”. Por aqui fora vem várias coisas, em que depois houve a resposta do Senhor Presidente da Câmara, que diz assim “Por outro lado, também quero dizer que parece que a Câmara não vai fazendo, mas houve uma reunião neste espaço de tempo e o projecto veio da equipa “Sítios e Formas”, que está a fazer o projecto, que reuniu com o técnico que está a executar o processo para o Senhor Eng.º Alegria e chegaram à conclusão, com os nossos técnicos, com a nossa arquitecta responsável, de que haviam algumas correcções a fazer. Foi novamente para fazer as correcções e julgo que dentro de uma ou duas semanas estará cá definitivamente e que será aceite pelo próprio técnico do projecto do Senhor Eng.º e também aceite pelos técnicos da Câmara. Estaremos em condições de negociar. A rua não altera, é sempre necessário, é o troço 02, é para construir, foram infelizmente pormenores, a rua também tem uma certa exigência para podermos coordenar a necessidade pública e a necessidade particular e é isso que se está a fazer. Penso que dentro de duas semanas teremos luz verde e poderemos reunir e discutir o assunto com o proprietário e técnicos”. Isto foi em 30 de Setembro de 2004, foi dito aqui, não aqui na Biblioteca Ferreira de Castro, mas na Assembleia Municipal. Depois disto, passados mais dois anos, chegou através dos serviços técnicos da Câmara Municipal uma possível minuta para se fazer um protocolo totalmente diferente daquilo que tinha sido acordado nas reuniões com o Senhor Presidente da Câmara. E em 26 de Abril de 2006, numa reunião pública da Câmara Municipal, eu fui discordar do que me entregaram, que supostamente era para fazer

agora neste protocolo. A construção do troço desaparece e surge um novo processo para a construção de uma praça à qual é dada o nome da Família Alegria. Se a Praça da Cidade demorou vinte anos para ser construída, quanto tempo demorará a Praça dos Alegrias? Disse ainda que após ter contactado vários arquitectos e advogados, os mesmos disseram que só para projectar a praça seria necessário um ano e mais quatro no mínimo para todos os trâmites legais. Isto passou-se e o Senhor Presidente da Câmara respondeu-me que se iria fazer uma reunião até ao dia 27 de Maio, para a concretização do troço 02, 27 de Maio de 2006. Mais tarde, precisamente o ano passado, o Senhor Presidente numa entrevista à “Voz de Azeméis”, precisamente nesta altura de fim-de-ano, ao fazer o balanço do ano de 2007, não fui eu, foi o entrevistador, diz aqui “Estivemos a falar de Vias Estruturantes, o que me faz lembrar da situação da Quinta dos Alegrias. Como está esse processo?”. A resposta do Senhor Presidente “Nós temos deixado essa questão adormecida, mas no próximo ano vai mexer”. Próximo ano, Senhor Presidente, e foi por isso que eu vim cá hoje, depois de ter dito que nunca mais falava nisto, o próximo ano termina daqui a dois dias, nada foi mexido, está tudo parado. Eu ouvi com toda a atenção as palavras do amigo Francisco, que com toda a certeza terá menos de trinta e quatro anos, é muito novinho por isso mesmo, e congratulo-me na realidade com várias obras que estão a ser concluídas, ou que foram inauguradas este ano, e outras que estão a ser programadas para serem inauguradas no futuro, na realidade são obras que, talvez não se lembre nessa altura ainda era pequeno, mas o 25 de Abril foi em 1974, pois é, são trinta e quatro anos para se fazer as obras que se realizaram até este momento em Oliveira de Azeméis. É uma verdade, nua e crua, estou a falar isto como puro Oliveirense, não tenho qualquer cor partidária, estou a falar como puro Oliveirense. Isto é uma realidade e ao afirmar isto eu tenho pena que na realidade a Quinta do Dr. Eugénio Alegria, para mim, é o espelho desenvolvimento de Oliveira de Azeméis. É uma pena eu ter de dizer isto, Senhor Presidente, mas é o que eu sinto. O Senhor Presidente sabe perfeitamente, porque já me conhece há muitos anos, somos amigos, e sabe que foi sempre o meu princípio, não gosto, nunca gostei de dizer nada por trás das costas das pessoas, gosto sempre de dizer olhos nos olhos, frontalmente e quando digo isto Senhor Presidente, pode crer que é com muita mágoa, porque já não digo os prejuízos que nós tivemos durante estes anos todos. Mas faço-o, tanto em respeito à memória do meu Pai como à minha própria Mãe que já vai fazer noventa anos e quando se fala naquilo e no projecto ela deixa sempre umas lágrimas e isso custa-me como filho imenso. Lamento dizer isto, porque estamos numa época festiva, é Natal, espero que todos tenham tido um bom Natal e espero que todos tenham um bom ano de 2009 e que o ano de 2009 seja muito bom para Oliveira de Azeméis e para todos vós. Muito obrigado. =====

===== Antes de terminar o Senhor Presidente da Mesa propôs a aprovação por minuta da acta relativa à presente Sessão, sendo a mesma aprovada por unanimidade. =====

===== Para terminar esta Sessão, o Senhor Presidente da Assembleia disse: =====

===== Estamos em condições para terminar a nossa Sessão da Assembleia Municipal. Aproveitar para desejar a todos um 2009 repleto de sucesso. Como temos hoje o nosso encontro anual, não sei se já está tudo pronto, deve estar aliás a hora já tardia e, portanto, àqueles que não nos encontrarmos lá, desejo um 2009 repleto de sucessos pessoais e profissionais. Muito obrigado. =====

===== *E não havendo outros assuntos a tratar, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal declarou encerrada a Sessão, eram 22h e 30m, da qual para constar se lavrou a presente acta, que depois de lida e aprovada vai ser assinada pelos elementos constituintes da Mesa.* =====